

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG DANUZE PEREIRA DE CARVALHO MOURA

RELAÇÕES BRASIL - NIGÉRIA:

A importância de uma maior proximidade

Rio de Janeiro

2023

CMG DANUZE PEREIRA DE CARVALHO MOURA

RELAÇÕES BRASIL - NIGÉRIA:

A importância de uma maior proximidade

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Alexandre Tito dos
Santos Xavier

Rio de Janeiro

2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

Ao Capitão de Mar e Guerra (RM1) Alexandre Tito dos Santos Xavier, meu orientador e meu amigo de adolescência na fase escolar no Colégio de Aplicação da UERJ, agradeço pelo apoio, incentivo, preciosas orientações, ensinamentos e disponibilidade irrestrita. Certamente, sem seu direcionamento não teria conseguido.

Ao meu esposo Renato, pelo apoio e companheirismo irrestritos ao longo de toda a nossa caminhada juntos (37 anos e meio).

Aos meus filhos Renato e Bernardo, pela compreensão, incentivo e por serem inspiração para minha vida.

Aos meus pais Geraldo (*in memoriam*, que foi a pessoa que mais comemorou minha entrada para Marinha do Brasil) e Ana Maria, pelos exemplos, ensinamentos e incontáveis abnegações a favor de minha criação e de meu irmão.

Ao meu querido irmão José Geraldo, meu amigo e grande incentivador em todos os momentos da vida.

Aos Srs. Contra-Almirante José Cláudio Oliveira Macedo e Embaixador Francisco Luz, agradeço a cordialidade e disponibilidade em responderem minhas entrevistas as quais muito me ajudaram na realização desse trabalho.

Aos amigos da Turma C-PEM 2023, pelo companheirismo e camaradagem.

“Se quisermos alcançar resultados nunca antes alcançados, devemos empregar métodos nunca antes testados”

(Francis Bacon).

RESUMO

Esse trabalho analisará a conjuntura atual do ocidente Africano com foco no Golfo da Guiné e, mais especificamente, na Nigéria, com a identificação dos seus principais atores endógenos e exógenos que atuam no combate aos crimes ilícitos cometidos naquela região, como a pirataria, a pesca ilegal, o terrorismo e o tráfico, sendo este último, com suas mais diversificadas formas de abrangência. Será pontuado também, a importância de cada grande potência atuar naquela região e suas diferentes formas de relacionamento com os países africanos tendo como objetivo, seus próprios interesses. As constantes mudanças ocorridas no Mundo durante os últimos anos, trouxeram consequências importantes para região do oeste africano e fizeram com que os países africanos ocidentais, que são detentores de riquezas minerais e alimentos, sem falar na posição geográfica que ocupam, territórios de grandes interesses e cobiça. Será feita referência a principal potência econômica africana, a Nigéria e sua grande produção de petróleo, gás refinado e, ultimamente fertilizantes, riquezas que se tornaram assunto de grande relevância, principalmente após o início da guerra entre a Rússia e a Ucrânia que acabaram por demandar as outras Nações mundiais formas alternativas energéticas para atender suas próprias demandas internas de consumo. A contribuição do governo brasileiro na ajuda ao combate das atividades ilícitas por meio da Marinha do Brasil através de participação em missões militares de cooperação e patrulhamento na costa do Golfo da Guiné, serão relatadas. A necessidade do fortalecimento da ZOPACAS mantendo o interesse brasileiro na área de defesa que é norteadada pela Política Nacional de Defesa, Estratégica Nacional de Defesa e a preocupação em manter a integridade do Entorno Estratégico Brasileiro. A Nigéria por ser a maior potência africana sendo a maior exportadora de petróleo do continente e o país mais populoso da África necessita de uma maior aproximação política, econômica e militar com o Brasil, pois outras potências já vislumbraram a relevância dessa parceria com o referido Estado africano.

Palavras-chave: Nigéria; petróleo; alimento; pirataria; entorno estratégico; Golfo da Guiné; Brasil; ZOPACAS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Registro de ilícitos na África Ocidental.....	35
Figura 2	- Quadro demonstrativo das importações e exportações entre China e África.	50
Figura 3	- Área de atuação e evolução do BOKO HARAM.....	56

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGNU -	Assembleia Geral das Nações Unidas
AJB -	Águas Jurisdicionais Brasileiras
AGOA -	Lei de Crescimento e Oportunidades para a África
BRICS -	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
BM -	Banco Mundial
CCS -	<i>Commercial Crime Services</i>
CGG -	Comissão do Golfo da Guiné
CNUDM -	Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar
CHEC -	<i>China Harbour Engineering Company Ltda</i>
CPLP -	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CEDEAO -	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CEEAC -	Comunidade Económica dos Estados da África Central
CSNU -	Conselho de Segurança das Nações Unidas
ECCAS -	<i>Economic Community of Central African States</i>
ECOWAS -	<i>Economic Community of West African States</i>
EEB -	Entorno Estratégico Brasileiro
EGN -	Escola de Guerra Naval
END -	Estratégia Nacional de Defesa
EPE -	Empresa de Pesquisa Energética
EUA -	Estados Unidos da América
FMI -	Fundo Monetário Internacional
GNL -	Gás natural liquefeito
ICC -	<i>International Chamber Commerce</i>
INN -	Ilegal, não declarada e não regulamentada
ISA -	<i>International SeaBed Authority</i>
IMB -	<i>International Maritime Bureau</i>
IMO -	<i>Internacional Maritime Organization</i>
LBDB -	Livro Branco de Defesa do Brasil
LCM -	Linhas de Comunicações Marítimas

MB -	Marinha do Brasil
Mercosul -	Mercado Comum do Sul
MSC -	<i>Maritime Safety Committee</i>
MEDN -	Movimento de Emancipação do Delta do Níger
NPaOc -	Navio-Patrolha Oceânico
NAVAF -	<i>Naval Forces África</i>
NIMASA -	<i>Nigerian Maritime Administration and Safety Agency</i>
NAVEUR -	<i>Naval Forces Europe</i>
OUA -	Organização da Unidade Africana
OPEP -	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
ONU -	Organização das Nações Unidas
PEM -	Plano Estratégico da Marinha
PIB -	Produto Interno Bruto
PND -	Política Nacional de Defesa
UA -	União Africana
UE -	União Europeia
US AFRICOM -	<i>United States Africa Command</i>
USPFM -	Unidade da Polícia Marítima e Fluvial Especial do Benin
ZEE -	Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS -	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	16
3	IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL.....	22
3.1	Fatos Históricos de Destaque na Região do Atlântico Sul.....	22
3.2	Geopolítica do Atlântico Sul.....	24
4	REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ.....	26
4.1	Localização.....	26
4.2	Importância.....	27
4.3	Atividades ilícitas.....	29
4.3.1	Pirataria e terrorismo.....	30
4.3.2	Pesca ilegal.....	35
5	FORMA DE ATUAÇÃO DOS ATORES EXÓGENOS PRESENTES NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ.....	39
5.1	Estados Unidos da América.....	39
5.2	França.....	42
5.3	Reino Unido.....	44
5.4	Rússia.....	46
5.5	China.....	47
5.6	Índia.....	51
6	NIGÉRIA.....	53
6.1	Contextualização inicial.....	53
6.2	População e geografia.....	54
6.3	Política e economia.....	57
7	RELAÇÕES ENTRE NIGÉRIA E BRASIL.....	60
7.1	Contextualização inicial.....	60
7.2	Política e economia.....	61

7.3	Importância do Entorno Estratégico Brasileiro e Atuação da Marinha do Brasil.....	66
8	CONCLUSÃO.....	71
	REFERÊNCIAS.....	76
	APÊNDICE A – ENTREVISTA COM O EMBAIXADOR FRANCISCO LUZ.....	88
	APÊNDICE B – ENTREVISTA COM O CONTRA-ALMIRANTE JOSÉ CLÁUDIO OLIVEIRA MADECO.....	94
	ANEXO A – O TERRITÓRIO BANHADO PELO ATLÂNTICO SUL.....	100
	ANEXO B – OS ESTADOS QUE FAZEM PARTE DO GOLFO DA GUINÉ.....	101
	ANEXO C – AS RIQUEZAS MINERAIS E AS ETNIAS DO ESTADO DA NIGÉRIA...	102

1 INTRODUÇÃO

As grandes transformações sofridas no Mundo a partir do final da Segunda Guerra Mundial (1945) passando pelo período da Guerra-Fria (1947 a 1991) e chegando até a globalização do século XXI, fizeram com que as situações envolvendo os assuntos pertinentes a economia e geopolítica sofressem alterações no campo Mundial, nas quais outros objetivos e prioridades estão sendo valorizados internacionalmente, como a busca hegemônica local, continental ou mundial por cada uma das grandes potências que despontam na atualidade.

Esse trabalho demonstrará a importância que o continente africano assumiu no período da globalização, pois não há nada mais valioso e significativo do que possuir em seu território riquezas como energia e alimento, sendo essas em quantidades expressivas e que se apresentam abundantes na África, principalmente em sua porção ocidental, local onde se encontra a região conhecida como Golfo da Guiné, e dentro desse Golfo, o estratégico e importante Estado da Nigéria.

A região do Golfo da Guiné apresenta significativas reservas de petróleo e gás, além de abrigar uma biodiversidade de seres marinhos vivos, que são extremamente importantes e utilizados como forma de alimentos. Importante ressaltar que essa biodiversidade e riquezas minerais constituem uma maneira de fomentar a pesquisa visando o desenvolvimento científico e tecnológico, que são atividades importantes para descobertas de energias renováveis e pesca autossustentável objetivando o equilíbrio dos ecossistemas para a manutenção da alimentação e, conseqüentemente, da continuidade da preservação da vida dos povos. Cabe lembrar que o continente africano é o segundo mais populoso do Mundo ficando atrás somente da Ásia.

A costa ocidental da África está compreendida dentro do Entorno Estratégico Brasileiro (EEB) representando assim, uma área de interesse brasileiro sendo pontuado nos documentos de defesa do Estado (2022) que são norteados pela Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e pelo Livro Branco de Defesa do Brasil (LBDB). Será mencionado a contribuição militar do governo brasileiro através da Marinha do Brasil na atuação em missões coordenadas com outras Marinhas, Nações e Guardas Costeiras visando combater a prática de atividades ilícitas como: a pirataria, a pesca ilegal, o terrorismo e o tráfico, sendo esse último pontuado com suas diversificadas formas de abrangência (armas, drogas e pes-

soas). Serão descritas as participações brasileiras nas operações militares no continente africano, denominadas: *Obangame Express*, *Grand African Nemo* e *Guinex*. Para que as relações comerciais continuem a progredir na região do EEB, o Brasil precisa assegurar o comércio do Atlântico Sul por meio de uma segurança marítima eficiente, moderna, ágil e capaz de manter a posição de destaque e supremacia almejada pelo Brasil. Tarefa que pode ser alcançada através de uma Marinha de Guerra dotada de bons conhecimentos técnicos, científicos e táticos, acrescidos de uma boa diplomacia naval e de meios operacionais adequados, ágeis e modernos que possam assegurar a hegemonia no EEB diante de outras Nações.

Será feita referência: a principal potência econômica do continente africano, ou seja, a Nigéria, destacando-se com sua importante e significativa produção de minerais como petróleo, gás refinado e, mais recentemente, fertilizantes. Tais riquezas, se tornaram assunto de grande relevância, principalmente, após o início da guerra entre Rússia e Ucrânia. O Brasil devido à grande importância Mundial que tem com suas exportações de commodities agropecuárias, apresenta uma alta dependência das importações de fertilizantes para a continuação do bom desenvolvimento do seu denominado “agronegócio”. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia, tornou o Estado da Nigéria um dos principais países de exportação de ureia para o Brasil.

A Nigéria por pertencer a região do Golfo da Guiné e representar a maior potência econômica e populacional do continente africano, passou a despertar interesse de outras Nações como: Estados Unidos da América, França, Reino Unido, China e Índia.

Será mencionada a valorização e a busca dos Estados por regiões ricas em minerais e em quantidades suficientes para seus abastecimentos internos e atividades econômicas, tornando-as alvo de cobiça e interesses por diversos atores, sejam eles endógenos ou exógenos ao continente africano, pois o processo da globalização trouxe a necessidade de energia crescente, fazendo com que novas descobertas de polos de reservas energéticas sejam estratégicos. O Estado da Nigéria se destaca por ser o maior exportador de petróleo do continente africano.

O estudo realizado mostrará a necessidade da busca de novas linhas de comércio por meio dos mares e oceanos que atendam as dimensões das embarcações mercantis e petroleiras atuais, e de um comércio mais dinâmico com mais possibilidades de alternativas de rotas comerciais. Além do comércio marítimo, há a importância da passagem de cabos submarinos

no fundo dos oceanos como forma de avanço tecnológico e melhorias nas comunicações digitais dos Estados, pois uma boa e eficiente comunicação digital é estratégica para o desenvolvimento de qualquer Nação que almeje despontar sua supremacia continental.

Nesse sentido, o propósito desse estudo é fomentar uma maior aproximação nas relações entre o Brasil e a Nigéria. Assim para atingir o referido propósito, tentar-se-á responder a seguinte questão de pesquisa: Em que medida o fortalecimento das relações político-estratégicas entre o Brasil e a Nigéria poderá contribuir para o protagonismo brasileiro na região da África Ocidental, notadamente no Golfo da Guiné, quando existe, atualmente, uma competição entre as grandes potências (China, EUA, França, Reino Unido e Rússia), bem como, um interesse de outros países exógenos ao continente africano nessa região?

O estudo compreenderá o período de pós-guerra fria (1991), se estendendo até o início de 2023.

A relevância dessa Tese se justifica em virtude da necessidade de mostrar que para manter a integridade da região do EEB há necessidade de garantir o comércio no Atlântico Sul por meio de uma segurança marítima eficiente capaz de manter a posição de destaque do Brasil através de uma Marinha de Guerra dotada de bons conhecimentos técnicos e táticos e com capacidade para conferir uma hegemonia diante de outras nações; fato que só poderá ser atingido se o Brasil criar novos acordos de cooperação técnica e mantiver, reformular e incentivar os já existentes como as Operações Militares Multinacionais. Além de fomentar uma maior proximidade nas relações comerciais e políticas com a maior potência africana, a Nigéria.

Portanto, foi utilizada a metodologia bibliográfica-documental, em que o estudo foi baseado em análises e pesquisas realizadas em artigos científicos, monografias, dissertações, revistas, documentos nacionais, sites nacionais e internacionais e entrevistas com autoridades competentes no assunto, que serviram de ferramentas para que fossem formulados alguns questionamentos fundamentados e suficientes para elaboração de argumentos e sugestões. Assim, a pesquisa foi elaborada em oito capítulos, sendo este a Introdução.

No segundo capítulo será feito uma contextualização histórica de como os estados africanos se tornaram independentes e de que forma esse processo de independência das Nações africanas interferiu e foi determinante na formação da cultura, política e desenvolvimento econômico de cada região do continente africano. Foi utilizado como referência o processo de transformação sofrida pelo continente africano desde o século XIX até a globalização do

século XXI, referenciado por CAMPOS, GONÇALVES e RIEGER. Além do grande pensador e filósofo africano Marcien Towa que defendia as ideias de uma África livre e menos servil.

O capítulo três falará da importância estratégica e comercial do Atlântico Sul e os principais acontecimentos ocorridos em suas águas. Será feita referência ao pensador Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e a importância do controle marítimo como sendo determinante para a supremacia de uma Nação. Será mencionada a importância do oceano Atlântico por Barbosa Júnior, em sua monografia no ano de 2007, assim como, a necessidade de buscas alternativas comerciais frente a crise do petróleo ocorrida em 1973, referenciada por VENDRUSCOLO e SANTOS (2020).

O capítulo quatro dissertará sobre a localização, importância, relevância e combate as atividades ilícitas que ocorrem na região do Golfo da Guiné com especial interesse para o Estado nigeriano. Ginga (2020) faz referência: a posição estratégica oceânica da África Subsaariana. Já a importância das riquezas minerais do Golfo da Guiné são mencionadas pelo autor Escorrega (2010).

O capítulo cinco abordará a presença das principais grandes potências mundiais na região ocidental africana como: EUA, França, Reino Unido, Rússia, China e Índia e suas diferenciadas formas de atuação no campo político e econômico com os governos africanos, assim também, como a realização de missões militares por meio de acordos de cooperação com os governos africanos visando combater as atividades ilícitas da região do Golfo da Guiné. Nesse capítulo a referência de 2023 de Marinho fará a diferenciação entre *hard power* e *soft power*. O Boletim de Conjuntura do Petróleo de 2023, que é um boletim periódico da Empresa de Pesquisa Energética, mostrará as significativas mudanças ocorridas no cenário Mundial após o início do conflito entre Rússia e Ucrânia (2022).

No capítulo seis será dada ênfase ao Estado Nigeriano por meio de um pequeno histórico desde sua origem como colônia britânica até a fase em que se tornou um Estado africano independente. Serão mencionadas por Andrade (2017) a localização, política, economia e sua posição atual e contemporânea no cenário geopolítico Mundial. Quais riquezas e possibilidades o país oferece e que o torna importante para outras Nações serão referenciados por Melos e Merola (2016).

O capítulo sete abordará as relações entre Brasil e Nigéria e a forma de atuação brasileira para aumentar suas relações comerciais com o país africano e manter de forma segura suas importações de petróleo, gás não liquefeito e fertilizantes. Além de identificar e analisar

as missões, diplomacia e participações bem-sucedidas da Marinha do Brasil com outras Nações, com ênfase no continente Africano, que possibilitam o Brasil alcançar maior destaque na região evitando a securitização do seu EEB. Padilha (2013) faz referência: a geopolítica do petróleo que provocará mudanças nas relações comerciais entre os Estados assumindo grande relevância no Atlântico Sul. A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) também merecerá destaque e será analisada por Barros (2023).

Por fim, serão realizadas as considerações finais e conclusões com o objetivo de fomentar e aproximar as relações entre Brasil e Nigéria com a finalidade de evitar a militarização da região do EEB tendo como base as observações e pesquisas realizados na elaboração desse trabalho, bem como tentar responder à questão de pesquisa, que norteou essa TESE.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

O capítulo abordará o período histórico compreendido entre o século XIX e o início da Guerra Fria (1947), visando analisar como a África era percebida pelas potências na época do Imperialismo Europeu e, caracterizado por regimes autoritários e coercitivos, que exploravam as riquezas minerais das colônias e subjugavam os povos africanos a condição de completa submissão, disseminando o conceito de inferioridade humana em comparação aos povos europeus.

O período da Guerra Fria trouxe a bipolarização mundial, marcada por dois tipos de governos, o capitalismo e o comunismo, e a busca das duas potências hegemônicas, Estados Unidos da América e a ex-União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, pela conquista de novos mercados e disseminação de suas ideologias políticas (OLIVEIRA, 2009). Nessa época, cresciam no continente africano as ideias nacionalistas do pan-africanismo, difundidas por pensadores internos e externos ao continente. A própria situação financeira deficitária do período pós-guerra, não permitia mais que os Estados europeus mantivessem suas colônias, acabando por fomentar e contribuir para o início dos processos de independência dos Estados da África (OLIVEIRA, 2009).

O continente africano durante o século XIX até o início da Guerra Fria (1947), era visto pelo Mundo como sendo um território dominado por nações imperialistas europeias as quais tinham necessidade de expandir seu capitalismo industrial e, por esse motivo, viam em suas colônias africanas, que eram organizadas em pequenas sociedades tribais, territórios de exploração de riquezas minerais de onde retiravam toda a matéria prima necessária para a produção e fortalecimento de suas economias (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011). Essa forma de domínio tornava as potências cada vez mais poderosas no campo político e socioeconômico e, conseqüentemente, fomentava o grau de dependência e empobrecimento das populações africanas.

Devido a necessidade europeia de explorar novas regiões, foi realizada na Alemanha nos períodos de 1884 e 1885 a Conferência de Berlim, que teve como objetivos: organizar, explorar e dividir o território africano entre as grandes potências da Europa (CAPOSSA, 2005). Esse tipo de colonização, no território africano, teve como Estados soberanos: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Inglaterra, Itália e Portugal. Assim, essa fragmentação favoreceu o surgimento de “fronteiras artificiais” com formação de grandes e diversificadas etnias, religiões,

costumes e tradições que acabaram por fomentar conflitos regionalizados que interferiram e retardaram diretamente no desenvolvimento e independência dos países africanos no pós-guerra fria (CAMPOS; GONÇALVES; RIEGER, 2011).

Nesse sentido, podemos concluir que, o processo de colonização africana foi caracterizado por um período de intensa exploração no qual o único objetivo era o enriquecimento das próprias metrópoles. Logo, esse processo contribuiu para geração de múltiplas crises sociais, étnicas e religiosas que acabaram por agregar populações distintas, desorganizadas e desprovidas de conceitos nacionalistas capazes de centralizar e fomentar o desejo de organização e formação de uma nação forte, coesa e capacitada a lutar por uma mesma ideologia. Logo, o Imperialismo foi um período marcado pelo racismo, forma servil e sentimento populacional de inferioridade.

Dessa forma, figurava a doutrina do Eurocentrismo, em que o homem branco europeu era considerado soberano em relação a população negra local, dando ênfase assim: a teoria do Darwinismo social (1870) sendo, posteriormente, referenciado por Richard Hofstadter (1944) que defendia que, na luta pela vida somente as nações e as raças mais fortes sobreviveriam. O europeu era considerado como modelo e padrão para sociedade. Tal pensamento, foi bem propagado por Victor Hugo, em 1879, em seu discurso sobre a população africana na academia francesa.

O Mar Mediterrâneo é um lago de civilização; com certeza, não é por acaso que o Mar Mediterrâneo tem por um lado das suas margens o velho universo e no outro o universo ignorado, isto é, de um lado toda civilização, e do outro toda uma barbárie. [...] No século dezenove, o Branco fez do Preto um homem; no século vinte, a Europa fará da África um mundo. Refazer uma África nova, tomar velha a África manejável à civilização, tal é o problema. A Europa o resolverá. Vão, povos! Apropriem-se desta terra. Tomem-na. A quem? A ninguém. Tomem esta terra a Deus. Deus dá a terra aos homens. Deus dá a África à Europa. Tomem-na. (HUGO, 1879, p. 8 *apud* DANTAS, 2018, p. 48).

Ao final da Segunda Guerra Mundial (1945), as Nações europeias passaram por processos de grandes reformulações e eram relevantes as dificuldades políticas e econômicas, resultando em escassos recursos financeiros para manutenção de suas colônias. Tal fato, contribuiu para a queda do regime político autoritário exercido nas regiões africanas, associado aos próprios movimentos internos anticoloniais que desejavam maior autonomia e independência, pois ao longo dos anos de repressão a que ficaram subjugados, puderam desenvolver

alguns princípios de nacionalização. Nesta época, se destacou o sociólogo americano Du Bois¹ (1868-1963), que era um defensor do pan-africanismo, ou seja, defendia a liberdade das colônias e criticava o regime segregacionista europeu. O filósofo camaronês Marcien Towa (2015) em seu discurso fazia referência “as diferenças e as oposições que afetam a realidade e os interesses, geram diferenças e oposições e resultam em filosofias diferentes”.

O primeiro (o senhor) se expressa, projeta, pensa, decide, ordena e, ao fazê-lo afirma sua identidade humana genérica; enquanto, para o segundo (o servo), logo que sai daquilo que o mestre estima sem importância é proibido de se expressar, de pensar e de decidir; melhor dizendo, sua humanidade é reprimida, sufocada, negada (TOWA, 2015, p. 68).

Towa defendia a existência de uma filosofia africana que conflitava com a condição serviçal dos povos africanos “devemos alimentar, ao respeito de todo culto da diferença e da identidade, uma desconfiança sistemática sem a qual corremos o risco de nos conformar dentro da servidão” (TOWA, 2015).

A promulgação da Declaração de Direitos Humanos em 1948, pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerava que os Estados membros se comprometiam a respeitar universalmente os direitos humanos e as liberdades fundamentais (BRATTI, 2022).

Assim, podemos concluir que a própria promulgação desta declaração não oferecia mais sustentação aos pensamentos e comportamentos coercitivos e ditatoriais europeus, juntamente com o crescimento das ideias de pan-africanismo difundidas por filósofos, que se encontravam dentro e fora do continente Africano e, esses acontecimentos, acrescidos ao período inicial da Guerra Fria, foram fatos que contribuíram e resultaram no processo de descolonização dos territórios africanos. A bipolarização mundial recém-formada pelos Estados Unidos da América (EUA) e pela ex-União Soviética, buscava captar Nações para as novas influências sociopolíticas e econômicas no novo contexto Mundial.

Em 1963, foi fundada a Organização da Unidade Africana (OUA) que mais tarde, em 2002, deu origem a chamada União Africana (UA)² com sede na cidade de Adis Abeba na Etiópia, cujo o objetivo era estimular a integração e manutenção dos interesses do continente

¹ William Edward Burghardt Du Bois nasceu no estado de Massachussets nos Estados Unidos, faleceu em Gana e foi o primeiro homem negro a receber um Ph.D. da Universidade de Harvard.

² A União Africana (UA) é constituída por 55 países africanos, criada oficialmente em 2002 e tem como objetivo incentivar o desenvolvimento socioeconômico e político do continente e estes objetivos foram discriminados em um documento denominado “Agenda 2063” durante o evento de comemoração dos 50 anos da UA em 2013.

africano e, desta forma, contribuir para disseminar as ideias nacionalistas do pan-africanismo (DIALLO, 2005).

A grande oferta de recursos naturais e minerais tendo como destaque, o petróleo, gás natural, urânio, ouro e diamante, assim como, uma diversificada agricultura e a destacada posição geográfica, tendo como limites: o mar Mediterrâneo ao norte, o istmo de Suez na extremidade nordeste, o oceano Atlântico na parte ocidental e o oceano Índico na porção oriental, tornaram o continente africano uma importante região de cobiça e interesses por parte das grandes Nações Mundiais, principalmente, para as questões geopolíticas e econômicas voltadas para o Mundo no final do século XX e se estendendo até os dias atuais (FIRMINO, 2021) (vide Anexo A).

O continente africano recém descolonizado se dividiu em cinco regiões distintas: África Setentrional ou do Norte, África Meridional ou Austral, África Central, África Ocidental e África Oriental, existindo significativas diversidades climáticas, de relevo, vegetação, socioeconômicas e religiosas entre cada uma das regiões (FIRMINO, 2021).

Nesse sentido, podemos concluir que, tendo como referência a pluridiversidade mencionada acima, que o processo de independência não significou o fortalecimento dos novos Estados africanos, pelo contrário, representou formação de regiões de grandes conflitos internos e acirramentos de rivalidades culturais, étnicas, políticas e religiosas, fruto de um processo de distorções, advindo de um período colonial altamente repressor que marcou por seu princípio de segregação e franco desrespeito a própria história regionalizada de cada povo territorial africano. As guerras entre etnias rivais favoreceram e continuaram a fomentar e contribuir com o desequilíbrio regional aumentando as desigualdades e retardando o desenvolvimento de cada Estado do continente.

A globalização trouxe grandes mudanças ao cenário Mundial. Nesta fase, houve uma maior valorização dos mares e oceanos com a necessidade de conquista de novas linhas de comércio, que fossem capazes de garantir o transporte e a segurança das mercadorias. A busca por petróleo e novas reservas energéticas, impulsionadas pela crise do petróleo ocorrida em 1973, através dos embargos econômicos por parte dos países pertencentes: a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que fizeram com que o preço do barril aumentasse a valores próximos de 400%, resultando em uma significativa instabilidade econômica Mundial; contribuíram, fortemente, para o novo realinhamento Mundial. Estas alterações políticas e econômicas fomentaram o ressurgimento da nova importância estratégica

do continente africano, impulsionadas por suas grandes reservas de petróleo e riquezas minerais. Neste período, houve um avanço no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias de energias alternativas, destacando-se a eólica e a solar (VENDRUSCOLO; SANTOS, 2018).

Tendo como referência o que foi dito no parágrafo anterior, Estados como EUA, Rússia, França, Reino Unido e, mais recentemente a China, buscaram parcerias com os Estados africanos objetivando abastecer seus mercados internos e garantir suas hegemonias continentais e mundiais através de ganhos econômicos e políticos (SANUSI, 2013 *apud* ÁFRICA..., 2018).

Podemos concluir assim que, a globalização do início do século XXI, conduziu a grandes mudanças no cenário Mundial que resultaram em um novo rearranjo social, estratégico, político e econômico, através de uma maior valorização dos mares e oceanos devido a necessidade de conquista e expansão de novas linhas de comércio, busca por novas reservas energéticas e o surgimento de novos Estados despontando pela busca da hegemonia Mundial.

Nesse contexto, novas regiões do Mundo passaram a ter alta relevância estratégica, destacando-se no continente africano a região conhecida como, Golfo da Guiné, situada na porção ocidental africana, e dentro dessa região, o Estado da Nigéria com suas relevantes reservas de petróleo e gás natural, e representando o Estado com a maior economia africana na atualidade. O Fundo Monetário Internacional (FMI, 2023) prevê que o PIB da Nigéria atinja 574 mil milhões de dólares este ano de 2023.

Alguns estudiosos mencionam que o continente africano se apresenta em uma nova fase no século XXI. “A África atravessa a terceira fase da chamada *“Scramble for Africa”*, motivada por razões geopolíticas, geoeconômicas e estratégicas, fazendo com que as maiores potências internacionais estejam cada vez mais atentas a região” (ABEGUNRIN, 2009).

No cenário atual Mundial, os países emergentes se tornam cada vez mais importantes quando se avalia os indicadores da macroeconomia. Devido a desaceleração da economia mundial, países em desenvolvimento se tornam mais atrativos, devido sua capacidade de crescimento econômico, processo recente de industrialização e um índice médio de desenvolvimento humano. Os países emergentes são aqueles que não apresentam um nível de desenvolvimento econômico elevado como os países ricos, mas que estão em crescimento acelerado e com elevação de sua taxa de crescimento econômico (REIS, 2019).

Os principais países emergentes que fazem parte do grupo denominado BRICS³ são Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul e suas ações são baseadas em três princípios: não interferência, igualdade e benefício mútuo. A ideia principal é de engajamento internacional e cooperação política e diplomática, visando o crescimento acelerado das economias e o aumento nos investimentos internacionais (REIS, 2019).

A importância de grandes Estados que possuem grandes extensões territoriais, alta densidade demográfica e escala econômica propulsora voltada para o novo ciclo do crescimento econômico no Mundo, passaram a despontar mundialmente e, conseqüentemente, tentar conquistar uma nova hegemonia Mundial/Continental. Dentre esses atores destacam-se Estados como China, Índia e Brasil que voltaram suas atenções para a porção ocidental do continente africano (SARAIVA, 2015).

Os interesses desses Estados estão voltados para conquista de novos mercados e busca de novas fontes de energia e alimentos, especialmente China e Índia. Já o Brasil se apresenta mais preocupado em manter a hegemonia do seu EEB.

A governança sincrética é um sistema híbrido. O peso das velhas potências e dos órgãos econômicos, como o FMI e o Banco Mundial, é compartilhado com grupos de países tais como aqueles que compõem o BRICS. Há também a inserção de novos atores, como as empresas multinacionais do Sul em processo ampliado de internacionalização. Vide os casos chinês, brasileiro e indiano. No campo da segurança internacional, a governança sincrética torna difícil o caminhar rumo aos antigos consensos. Já não se aprovam sanções e intervenções no sistema internacional sem o apoio dos emergentes (SARAIVA, 2015).

Concluimos então, que o continente africano em sua contextualização, passou por várias fases em sua formação e desenvolvimento, porém tendo como elo constante e predominante, a dependência dos interesses de Estados exógenos e endógenos para o seu próprio desenvolvimento interno, embora sempre estivesse presente na África, em todas essas fases do desenvolvimento, a disponibilidade de riquezas minerais e alimentos, significando uma grande potência energética e alimentar africana, servindo conseqüentemente, como território de cobiça e interesse a múltiplos atores mundiais interessados em expandir suas hegemônias.

³ BRICS representa uma sigla que se refere ao **Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul**, conhecida como grupo de países emergentes selecionados e reunidos pelo estágio de desenvolvimento econômico e mensurado pelo Produto Interno Bruto (PIB), (REIS, 2019). As principais características dos BRICS que as diferem de outros países, é o fato de serem países em desenvolvimento com grande potencial de crescimento econômico (suno.com.br, 2023).

3 IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL

Este capítulo tem como objetivo demonstrar a relevância do oceano Atlântico como sendo uma importante rota comercial e servindo como cenário de grandes batalhas ocorridas durante os conflitos da Primeira (1914 a 1918) e Segunda Guerras Mundiais (1939 a 1945), e também, na guerra das *Falklands* em 1982, entre o Reino Unido e a Argentina.

Em 27 de outubro de 1986, por iniciativa do Brasil, a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) foi criada por meio da Resolução nº 41/11, da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), como forma de valorizar o EEB, que compreende América do Sul, África Subsaariana, parte da Antártica e o Atlântico Sul propriamente dito, e todas as riquezas existentes nas profundidades das águas do Atlântico Sul, tendo como objetivo, evitar a formação de uma zona militarizada na região, pois outros Estados exógenos e endógenos a região, estão interessados em expandir e manter suas hegemonias mundiais como: EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França (SILVA; MARCONDES, 2019). Neste contexto, assume grande importância estratégica, política e econômica a porção ocidental africana do Golfo da Guiné com sua riqueza energética, posição estratégica e pluridiversidade de organismos marinhos.

Além disso, é feita referência ao pensamento de Mahan, que centralizava o poder de uma Nação na obtenção de sua soberania marítima.

3.1 Fatos Históricos de Destaque na Região do Atlântico Sul

O oceano Atlântico no passado, serviu como rota de comércio para as Índias (século XV) e via de transporte de tráfico de navios negreiros entre Europa, Brasil e África (séculos XV até XIX) (PEREIRA, 2013). No século XX, serviu de palco secundário para a Batalha das *Falklands* entre os ingleses e alemães, durante a Primeira Guerra Mundial. Já durante a Segunda Guerra Mundial, foi cenário da Batalha Naval do Atlântico (BARBOSA JÚNIOR, 2007).

Em 1973, veio a crise do petróleo fazendo com que novas rotas de comércio fossem valorizadas como alternativa para compra do mineral em outros territórios, diferentes dos países pertencentes a OPEP (VENDRUSCOLO; SANTOS, 2020).

No ano de 1982, ocorreu a Guerra das *Falklands*, entre o Reino Unido e a Argentina, marcando a importância estratégica do oceano. A presença de petróleo *offshore* nas ilhas de

Ascensão e Malvinas, que são territórios pertencentes ao Reino Unido, conferem a importância das ilhas e, conseqüentemente, a posição estratégica do oceano (VAZ, 2011).

No ano de 1986, por iniciativa do Brasil, foi criada a ZOPACAS com o objetivo de promover a cooperação, manutenção da paz e segurança na região, como forma de valorizar o entorno do Atlântico Sul (PEREIRA, 2013).

Nos anos de 2006 e 2007, foram descobertas pela Petrobras⁴ novas reservas de petróleo abaixo de uma grossa camada de sal, na região da bacia de Campos no estado do Rio de Janeiro, sendo conhecido como pré-sal, elevando significativamente as reservas petrolíferas do Brasil (BRITO, 2012). A extração brasileira pela Petrobras saltou de 500 mil barris por dia em 1984, para 1,5 milhão de barris por dia, em 2018 (PETROBRAS, 2019). O desenvolvimento tecnológico em prospecção de petróleo em águas mais profundas, proporcionou ao país a autossuficiente em relação a esta fonte de energia (SOUZA; MONTEIRO, 2021).

Em 2008, os EUA reativaram sua Quarta Esquadra na base naval de *Mayport*, ao norte da Flórida, dando ênfase: a importância estratégica do Atlântico Sul (MONTYSUMA, 2019). Cabe ressaltar, que essa reativação aconteceu após a descoberta brasileira do pré-sal e a não ratificação dos EUA à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar ⁵(CNUDM). Esse fato, acabou por gerar desconfiança e sentimento de insegurança e, conseqüentemente, por fomentar a necessidade do fortalecimento da defesa do EEB (RUCKS, 2014).

Visentini (2010) menciona as descobertas de petróleo na costa brasileira e no Golfo da Guiné, e pontua: a soberania dos Estados costeiros sobre as águas territoriais, a necessidade da segurança dos oceanos para a navegação evitando a militarização dessas regiões por potências extra regionais.

Em 2015, o Brasil recebeu da Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (*International SeaBed Authority* - ISA) permissão para prospectar e explorar comercialmente jazidas minerais submarinas ao largo do Rio Grande do Sul até o ano de 2030, por meio da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), ou seja, pode ser pesquisado e extraído minério

⁴ Petrobras é uma empresa estatal brasileira de economia mista que atua na exploração, produção, refino, transporte e comercialização de petróleo e seus derivados, além do gás natural.

⁵A CNUDM, caracteriza-se por um tratado multilateral que teve início na segunda metade do século XX, sendo concluída, em Montego Bay, na Jamaica, em 10 de dezembro de 1982. A Convenção foi assinada por 119 países, mas somente entrou em vigor em 16 de novembro de 1994 quando a Guiana, o sexagésimo país, ratificou o acordo. A CNUDM firmou diversos princípios acerca do Direito do Mar, no que diz respeito à exploração dos recursos marítimos, da Zona Econômica Exclusiva, entre outros. Alguns países não ratificaram a Convenção sobre o Direito do Mar, entre eles os Estados Unidos.

em uma área de três mil quilômetros quadrados na elevação do Rio Grande, área submarina a cerca de 1.100 quilômetros (PADILHA, 2013).

3.2 Geopolítica do Atlântico Sul

O Atlântico Sul com seus 117 milhões de Km² em extensão, representa o segundo maior oceano do mundo ficando atrás somente do oceano Pacífico, passando a ter destaque no contexto atual, pois recobre 20% da superfície terrestre, faz comunicação direta com os oceanos Índico, Glacial Antártico e Pacífico, interliga os continentes Americano e Africano (porção ocidental) e banha a região sul do Caribe. O oceano representa uma via alternativa as tradicionais linhas de comércio marítimo entre Ocidente e Oriente, que já não comportam mais as grandes dimensões dos cargueiros e petroleiros que trafegam pelo Canal de Suez e o Canal do Panamá (ROCHA, 2018b).

O Atlântico Sul concentra 20% das reservas mundiais de petróleo. Em suas águas navegam cerca de 200 mil navios por ano, o que representa 80% das importações de petróleo pela Europa Ocidental e 40% pelos EUA. Possui significativas reservas de gás natural, se apresenta como importante fonte de alimentos provenientes da pesca, abriga uma pluridiversidade de espécimes marinhas, constituindo um importante fator para manutenção dos ecossistemas. No fundo de suas águas passam cabos submarinos para comunicação e, mais recentemente, têm sido realizados estudos e pesquisas para realização de mineração submarina (VAZ, 2011).

A geopolítica do poder naval desenvolvida por Mahan⁶ (1890) corresponde à análise do papel do mar no controle marítimo, como elemento estratégico para superioridade nas dinâmicas entre Estados. A forma de pensamento de Mahan centraliza o poder na importância de uma Nação em controlar e obter soberania marítima sobre determinada região (BRAGA, 2011).

Neste contexto, podemos verificar que o Atlântico Sul assume grande relevância econômica para o Brasil, pois faz parte do EEB, representando assim, uma grande extensão territorial a ser controlada e protegida, devendo ser considerado que 95% do comércio das expor-

⁶ Alfred Thayer Mahan nasceu em 1840 em Nova York, foi um oficial da Marinha dos EUA, que despontou como estrategista e professor, cujos escritos faziam referência a importância central do mar na grandeza e soberania dos países.

tações e importações brasileiras ocorrem por via marítima. Além das grandes reservas de recursos naturais, energéticos e diversidade de seres marinhos existentes em nossa plataforma continental. A descoberta de pré-sal fez com que o país se tornasse possuidor de uma das maiores reservas de petróleo do Mundo (RUCKS, 2014).

Podemos concluir que, para manter a hegemonia de toda a extensão que envolve o EEB e suas riquezas, são necessárias ações de patrulhamento, controle, conscientização marítima e combate as atividades ilícitas que devem ser priorizadas e fomentadas, objetivando evitar a formação de uma zona militarizada na região, pois outros Estados estão interessados em expandir seu poder e manter suas hegemonias Mundiais, como: EUA, Rússia, China, Grã-Bretanha e França.

Conforme o PEM 2040 (BRASIL, 2020), uma das atribuições da Marinha do Brasil é manter a soberania do Atlântico Sul através do uso da força naval para manutenção e defesa dos interesses do Brasil frente as ameaças transnacionais (SOUZA; MONTEIRO, 2021).

Todo o EEB confere alta relevância estratégica comercial e de securitização em decorrência de múltiplas projeções de poder que a área pode oferecer. O Brasil tem procurado reforçar mecanismos de vigilância e defesa das suas linhas de comunicação marítima e tentado aumentar sua participação em fóruns regionais, como a ZOPACAS (RUCKS, 2014).

Baseado nesse cenário, podemos verificar que a região do Golfo da Guiné, como mencionado no capítulo anterior, assume grande relevância, pois está no EEB e apresenta, assim como o Brasil, significativas reservas de petróleo e gás, além de possuir uma posição geográfica estratégica e abrigar uma significativa quantidade de espécies marinhas, servindo de importante fonte de alimentos e relevante mercado econômico mundial.

4 REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

O capítulo abordará a localização e importância estratégica, política e econômica da região que a torna alvo de interesse e cobiça para outras nações mundiais. Serão discriminadas as atividades ilícitas praticadas como: pirataria, terrorismo, pesca ilegal e tráfico (pessoas, drogas e armas) e a dificuldade dos Estados africanos em executarem e manterem um controle marítimo adequado e eficiente na região.

Será dada ênfase ao esforço coordenado regional para conter a insegurança marítima na região, além de reforçar a necessidade da ajuda da comunidade internacional aos países e organizações internacionais da região com o objetivo de combater a pirataria e todos os outros ilícitos ocorridos no entorno do Golfo da Guiné.

É feita referência a CNUDM que estabeleceu, em 1982, padrões jurídicos internacionais para mares e oceanos, respeitando a soberania dos Estados. Ademais, será mencionada a diferenciação entre os termos pirataria e terrorismo, assim como, definido o conceito de pesca ilegal e suas categorias.

4.1 Localização

“África pelas suas particularidades geopolíticas está intimamente ligada ao Mundo marítimo, em que suas potencialidades em recursos minerais, tornam a porção oceânica de toda a África subsaariana estratégica” (GINGA, 2020).

A região do Golfo da Guiné apresenta em seu relevo uma acentuada reentrância de dimensões alargadas que se localiza na costa marítima ocidental da África, sendo banhada pelo oceano Atlântico, representando o maior dos golfos africanos e, recebendo em suas águas o desague dos rios Volta, Congo e Niger (BUENO, 1998). O delta do rio Niger forma um acidente geológico chamado de esporão que origina outros dois golfos menores denominados Benim e Biafra. A extensão do território do Golfo da Guiné compreende desde a Guiné-Bissau até o estado de Angola, exibindo sua costa marítima o valor aproximado de 1.130 milhas náuticas. Na localização do Golfo estão presentes duas importantes áreas da África que compreendem a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), ambas pertencendo a Comissão do Golfo da Guiné (CGG) e a União Africana (UA) (ROCHA, 2018b).

Na porção do Atlântico Sul, o Golfo da Guiné se localiza entre Port Gentil no Gabão e o cabo Palmas situado no sul da Libéria. Nesta topografia há o encontro do meridiano de Greenwich com a linha do Equador. (Anexos B e C).

A região do Golfo possui a maior rede hidrográfica mundial, o segundo maior conjunto florestal do Mundo e a terceira maior bacia hidrográfica mundial, que são extremamente importantes para o desenvolvimento econômico da região. A região se destaca por possuir grandes reservas de petróleo e gás natural, além de sua posição geográfica estratégica para o Atlântico Sul, possibilitando uma excelente rota marítima para linhas de comunicação e comércio entre outros países e continentes. Todos os fatos mencionados acima, tornam a região um alvo de cobiça e interesse por diversos atores endógenos e exógenos que buscam obter lucros, vantagens e a hegemonia da região (GASPAR, 2017).

4.2 Importância

Como visto no capítulo 3, a nova estruturação geopolítica, estratégica e econômica Mundial do século XXI, fez com que surgissem novos Estados candidatos a potências hegemônicas mundiais, os quais passaram a enxergar o continente africano como sendo um território propício à exploração de petróleo, recursos minerais e matérias primas agrícolas, e assim, servir como uma forma de alavancarem seus ganhos econômicos, por meio da conquista de novos mercados.

Importante ressaltar a necessidade que o mundo globalizado trouxe ao cenário atual na busca por rotas alternativas de comércio frente as tradicionais já existentes entre Ocidente e Oriente, por meio do canal de Suez (1869) e do canal do Panamá (1914), objetivando atender novos mercados, bem como viabilizar a navegação de navios cargueiros e petroleiros com suas dimensões avantajadas. No mundo atual, mais de 80% do volume do comércio é transportado por via marítima (MANGAN, 2017).

A descoberta e a valorização de novas rotas marítimas para as linhas de comunicações e comercialização de produtos, transformou as regiões possuidoras de grandes fronteiras marítimas, territórios valorosos e extremamente estratégicos para a expansão dos domínios das maiores potências Mundiais da atualidade.

Dos países pertencentes à região (Libéria, Costa do Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria, Camarões, Guine Equatorial, Gabão, Angola e São Tome e Príncipe), Nigéria e Angola assumem importantes papéis estratégicos, por serem os maiores produtores de petróleo do Golfo da Guiné, sendo a Nigéria o segundo maior país em reservas petrolíferas, estando atrás somente da Líbia (ESCORREGA, 2010).

Já em relação: a exportação, se destaca por ser o maior exportador de petróleo do continente africano e o décimo quinto exportador Mundial (EPE, 2023).

O continente africano representa cerca de 9,36% da indústria Mundial do petróleo e, somente nos Estados de Angola, Nigéria e Líbia são produzidos mais de 3,9 milhões de barris por dia (PEREIRA; SILVA, 2019).

Por ser o Golfo da Guiné uma região rica em atrativos minerais e possuir uma posição geográfica estratégica, a região sofre com a instabilidade e insegurança, sendo constantes os crimes transnacionais, como: ataques de pirataria, terrorismo, pesca ilegal e outras atividades ilícitas envolvendo tráfico de drogas, armamentos e pessoas (ESCORREGA, 2010).

Os Estados africanos livres foram incapazes, em seus processos de descolonização, de desenvolverem bases políticas fortes, coesas, assim como, princípios sociais e étnicos capazes de estabelecer a lei, a ordem, segurança e coesão social (UKEJE; ELA, 2013). Segundo Therezinha de Castro⁷ (1999), “o destino geopolítico de África durante séculos foi de viver atrás da barreira do litoral, fruto da origem de sua própria história, por questões de identidade cultural, é marcada pela cultura da territorialidade”.

Com o objetivo de reduzir a influência do FMI, Banco Mundial, Estados e Instituições Ocidentais, os países do Golfo adotaram a estratégia dos “créditos de petróleo”, a qual privilegiaram financiamentos oriundos de economias como, China e Índia (LEÃO *et al.*, 2013). Como resultado negativo, veem limitadas suas capacidades de influência nos assuntos domésticos, como questões de governança, transparência e reformas políticas e macroeconômicas.

O Golfo da Guiné, nos últimos anos, tem vivido fortíssimo crescimento econômico devido à exportação de petróleo, principal expoente energético, assumindo, segundo Manuel

⁷ Therezinha de Castro foi uma importante historiadora, geógrafa, pesquisadora, escritora e professora brasileira, nascida no Rio de Janeiro em 1930. Publicou diversos artigos e livros, especialmente na Revista Brasileira de Geografia e no Boletim Geográfico e dentro de sua especialidade Geopolítica era conhecida como referência no Brasil e no Mundo. Aposentou-se pelo IBGE e faleceu em Portugal no ano de 2000 (IBGE, 2010).

Barros (2023a, 2023b), importante papel geoestratégico para a segurança energética global. É, hoje, um dos principais atrativos para investidores internacionais do setor, tais como *Exxon-Mobil, Total, Chevron Shell e British Petroleum* (LEÃO *et al.*, 2013).

A economia do petróleo representa mais de 60% do PIB das economias locais e 90% das exportações do Golfo da Guiné. Essa dependência pode acarretar riscos a esses países, uma vez que os preços do mesmo, no mercado internacional, são voláteis e suscetíveis a especulações (BARROS, 2023a, 2023b).

Os países do oeste da África são *players* importantes no mercado internacional de petróleo, em especial a Nigéria e a Angola. A produção na região aumentou a partir da década de 2000 com o descobrimento de campos *offshore* em águas profundas. Recentemente, descobertas do pré-sal africano criaram expectativas positivas que elevaram a importância do oeste da África para a indústria mundial do petróleo (EPE, 2017).

Concluimos assim que, as riquezas energéticas representam um fortalecimento econômico e político para os Estados pertencentes: a região do Golfo da Guiné, e através de sua produção e comercialização vão adquirindo um importante e significativo destaque na geopolítica e economia atuais, servindo de território de reserva energética estratégica mundial.

4.3 Atividades ilícitas

Segundo Rocha (2018a) “O trabalho ilícito é aquele prestado de forma ilícita, uma vez que o próprio objeto do contrato de trabalho é a prestação de serviços ilícitos. Não há reconhecimento de seus efeitos, não podendo alegar o desconhecimento da vedação legal”. Nesse caso é exemplificado o trabalho como contrabando, plantação de psicotrópicos, tráfico de armas, drogas, pesca ilegal etc.

4.3.1 Pirataria e Terrorismo

A CNUDM estabeleceu no ano de 1982 padrões jurídicos internacionais para mares e oceanos respeitando a soberania dos Estados e definiu, em seu artigo 101, a pirataria como sendo:

- a) todo ato ilícito de violência ou de detenção ou todo ato de depredação cometidos, para fins privados, pela tripulação ou pelos passageiros de um navio ou de uma aeronave privados, e dirigidos contra:
 - i) um navio ou uma aeronave em alto mar ou pessoas ou bens a bordo dos mesmos;
 - ii) um navio ou uma aeronave, pessoas ou bens em lugar não submetido à jurisdição de algum Estado;
- b) todo ato de participação voluntária na utilização de um navio ou de uma aeronave, quando aquele que o pratica tenha conhecimento de fatos que deem a esse navio ou a essa aeronave o caráter de navio ou aeronave pirata;
- c) toda a ação que tenha por fim incitar ou ajudar intencionalmente a cometer um dos atos enunciados nas alíneas a ou b (COELHO, 2020).

Já o artigo 100 da CNUDM referência que todos os Estados devem cooperar em toda medida do possível na repressão da pirataria no alto mar ou em qualquer outro lugar que não se encontre sob a jurisdição de algum Estado (MARTINS, 2008).

O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o qual fazem parte como membros permanentes: EUA, França, Reino Unido, Rússia e China, estabeleceu em sua resolução número 2634, em 31 de maio de 2022, apoio internacional: a criminalização e julgamento aos crimes de pirataria e roubos praticados no mar pelos países pertencentes ao Golfo da Guiné (BANDEIRA, 2022).

As grandes reservas de hidrocarbonetos existentes na região do Congo (1957), Angola (1955) e Nigéria (1956) já faziam destes territórios alvos atrativos, porém o aperfeiçoamento de modernas tecnologias para extração de petróleo *offshore* tornaram a porção ocidental africana mais produtiva e extremamente importante aos interesses das grandes potências exógenas no início do século XXI (ZUCATTO; BAPTISTA, 2014).

A pirataria está presente no continente Africano desde 1990, e tanto o Golfo de Áden como o Golfo da Guiné, sofrem com esse tipo de atividade ilícita. A costa leste do continente abrangendo o território da Somália, conhecida como “chifre africano”, se apresentava como área comum para prática de pirataria (ZUCATTO; BAPTISTA, 2014). A partir de 2012, foram tomadas medidas para redução dos índices de insegurança local, por meio de ações de cooperações multinacionais com a utilização de uma Força Naval denominada Operação Atlântica criada pela União Europeia (UE) e a Força-Tarefa 151 multinacional criada pelo CSNU. Estas

ações, combinadas com uma maior utilização de medidas que visavam aumentar a segurança marítima local, contribuíram para o declínio deste ilícito na região (XAVIER, 2021).

A falta de segurança marítima na África se reflete para outros continentes do mundo. No ano de 2007, cerca de 60% da cocaína que entrou no mercado europeu (avaliada em 1,8 mil milhões de USD) foi proveniente da África Ocidental, sendo que parte dos carregamentos do narcotráfico chegam à África em navios de carga, sendo depois repassados para embarcações menores gerando a navegação de transbordo (GINGA, 2020). Ginga (2020) ao falar de contrabando mencionou que, “775 milhões de USD em cigarros provenientes do contrabando e cerca de 438 milhões de USD em medicamentos para o combate: a malária, passam pela África Ocidental por meio do mar”.

Os baixos índices de integração e cooperação regionais têm representado uma dificuldade no controle das fronteiras marítimas, seja do mar territorial e da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), como das águas internacionais, onde estão incluídas as rotas marítimas, provocando insegurança e atraso ao desenvolvimento dos países africanos. Essas dificuldades de controle da navegação territorial, também são estendidas aos lagos, rios e vias interiores navegáveis (OYEWOLE; DUYILE, 2021).

A pouca eficiência dos governos africanos locais para combater as atividades ilegais da região do Golfo da Guiné tem desestabilizado o comércio marítimo e a extração de petróleo *offshore*, afetando as atividades comerciais locais (ESCORREGA, 2010). Acrescenta-se, a falta de uma política administrativa coesa e a presença endêmica de uma cultura voltada para corrupção gerando grandes desigualdades e desequilíbrios sociais com diferentes e discrepantes concentrações de renda. Os rendimentos provenientes do petróleo são monopolizados pelas elites locais e as empresas estrangeiras privadas, não havendo assim, investimento para melhorias na infraestrutura dos Estados, contribuindo para o precário desenvolvimento socioeconômico da população local (OYEWOLE; DUYILE, 2021).

Segundo Gaspar (2017), elevados níveis de corrupção, instabilidade política, altos índices demográficos, altas taxas de desemprego, baixos índices de desenvolvimento e fracos recursos financeiros foram fatores que propiciaram o surgimento de uma rede criminosa no Golfo da Guiné, somadas as riquezas da região (ROCHA, 2018b).

O terrorismo marítimo é uma forma de ilícito que pode ser confundido com pirataria onde o furto do petróleo, seja através de roubo de carga nos navios tanque ou por meio de

danos aos ductos petrolíferos, tem se constituído uma atividade lucrativa para os grupos criminosos, que utilizam o mercado negro para o escoamento do produto através de uma máfia transnacional organizada, que financia e facilita as operações piratas (BALDAUF, 2012). Neste tipo de atividade criminosa, destacam-se grupos como o Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (em inglês, *Movement for the Emancipation of the Niger Delta* - MEND) e o *Boko Haram*, que representa um grupo islâmico que se concentra na porção nordeste do Estado da Nigéria.

Podemos concluir que, o terrorismo significa uma perda econômica para região, e o derramamento de óleo no mar, provocados pelo furto e danos aos ductos petrolíferos durante a prática do ilícito, além de reduzirem os ganhos financeiros, contribuem para o aumento da poluição ao meio ambiente, comprometendo a vida dos seres vivos marinhos e favorecendo o desequilíbrio do ecossistema. Convém mencionar que, a região do Golfo da Guiné abriga uma pluridiversidade marinha, sendo a pesca uma importante atividade econômica local servindo como fonte de alimentos para um continente extremamente populoso, como o africano.

É importante entender a diferenciação entre pirataria e terrorismo marítimo:

O conceito de terrorismo marítimo difere da noção de pirataria marítima, devido a sua natureza, sendo que o fator diferencial encontra-se nas motivações e no objetivos que encerram um e outro fenômeno, isto é, a pirataria é de uma maneira geral motivada por interesses privados, não estando subjacentes objetivos de caráter político-ideológico, enquanto o terrorismo marítimo é percebido como uma das várias formas de rebelião armada, geralmente de caráter político ideológico, visando a provocação-repressão-desestabilização. A pirataria marítima surge assim como um instrumento do terrorismo marítimo, sendo que o terrorismo abrange todas as atividades ilícitas no espaço marítimo, que tenham motivação político ideológicas (COTTIM, 2008).

Embora o contrabando de drogas e a prática da pesca ilegal sejam relevantes e estejam aumentado na África ocidental, tem se observado, nos últimos três anos, um declínio da pirataria mundial com reflexos na região do Golfo da Guiné. Tal fato tem ocorrido fruto de bons resultados de ações conjuntas multilaterais e presença de atores endógenos e exógenos interessados em manter a estabilidade local evitando assim, os ilícitos regionais (IBID, 2014).

A nível internacional, em 2011, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, adotou a Resolução nº 2018, na qual condena todos os atos de pirataria e roubos à mão armada cometidos na costa do Golfo da Guiné, incentivando a união e organização dos membros regionais

africanos como a *Economic Community of Central African States (ECCAS⁸)*, *Economic Community of West African States (ECOWAS⁹)* e a CGG, a desenvolverem uma estratégia marítima eficiente ao combate dos ilícitos regionais. A resolução visa a cooperação entre os países do Golfo e as indústrias navais, destacando que todos devem trabalhar em conjunto com a Organização Marítima Internacional (no Inglês, *International Maritime Organization - IMO*) para prestar orientação aos navios que chegam na região, evitando a prática de crimes marítimos (CSNU, 2011).

A Resolução nº 2018 acabou originando o Código de Conduta de Yaoundé, assinado por 25 Estados africanos, entre eles todos os Estados que compõem o entorno do Golfo da Guiné, tendo como objetivo o combate aos diversos ilícitos marítimos, como a pirataria e o roubo armado contra navios, na região central e na costa ocidental da África (EPRS, 2020).

O *International Chamber of Commerce - International Maritime Bureau¹⁰* (ICC-IMB, 2022) é uma organização internacional criada para combater os ilícitos marítimos, que tem por objetivo a proteção do comércio internacional, por intermédio do combate: as seguintes práticas: pirataria, roubo de carga e desvio de navio. O *International Maritime Bureau* (IMB) registrou, em 2022, quedas significativas da pirataria marítima global. O Golfo da Guiné, em 2021, já havia apresentado uma redução de 58% dos ataques. No ano de 2022, registrou uma diminuição de, aproximadamente, 54% no número de incidentes registrados em comparação com 2021 (BANDEIRA, 2023).

⁸ A ECCAS foi criada em 18 de outubro de 1983 por membros de São Tomé e Príncipe e membros da Comunidade Econômica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL criada em 1976 pela República Democrática do Congo, Burundi e Ruanda). Hoje, os países membros são: Angola, Burundi, Camarões, República do Congo, República Democrática do Congo, Gabão, Guiné Equatorial, Chade, São Tomé e Príncipe. O objetivo é a promoção da cooperação e do desenvolvimento dinâmico, equilibrado e autossustentado em todos os domínios da atividade econômica e social, elevando o nível de vida da população. A ECCAS lidera o processo de integração regional na África Central e é reconhecida pela União Africana (archive.uneca.org., 2023).

⁹ A ECOWAS foi estabelecida pelo Tratado de Lagos assinado em 28 de maio de 1975 por quinze países da África Ocidental: Benin, Burkina, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leone, Togo. Cabo Verde aderiu à Comunidade em 1976, mas a Mauritânia decidiu sair em 2000. O seu principal objetivo é "promover a cooperação e integração com a perspectiva de uma União Econômica da África Ocidental com vista a elevar o nível de vida dos seus povos, manter e aumentar a estabilidade econômica, fortalecer as relações entre os Estados Membros e contribuir para o progresso e o desenvolvimento do continente africano (archive.uneca.org., 2023).

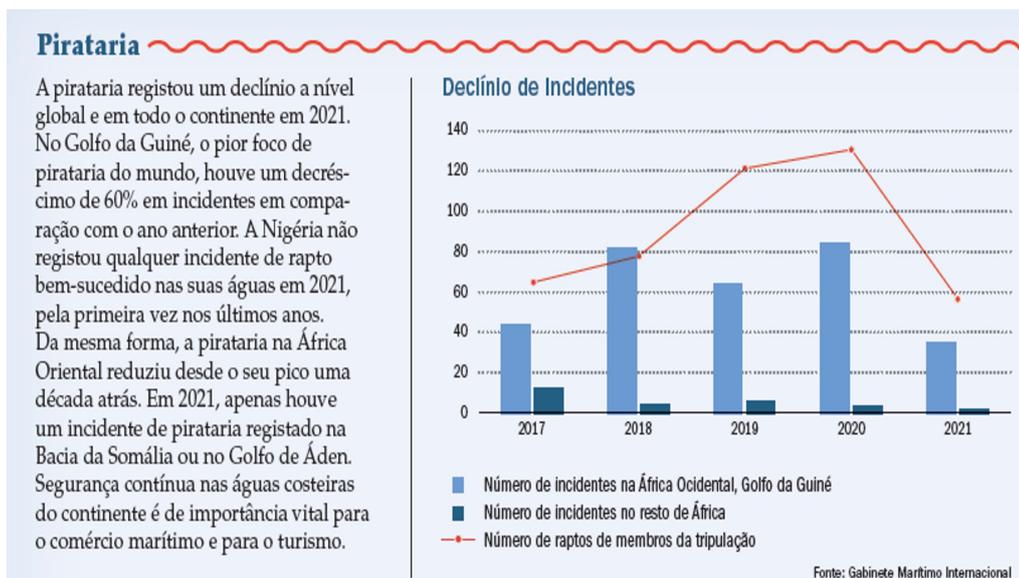
¹⁰ O Internacional Maritime Bureau (ICC-IMB) é uma divisão especializada da International Chamber of Commerce (ICC). É uma organização sem fins lucrativos, criada em 1981 para atuar como um ponto focal na luta contra todos os tipos de crime e negligência marítimos. Possui o único escritório independente no mundo para receber relatórios de ataques de piratas funcionando 24 horas por dia, o Piracy Reporting Center – IMBPRC. (Fonte: <http://www.imo.org/About/Pages/Default.aspx>).

O sucesso no declínio da pirataria é atribuído, principalmente, aos esforços das atividades realizadas de forma integrada visando garantir a segurança marítima regional, através do compartilhamento de informações, patrulhamento conjunto e criminalização da pirataria nas legislações nacionais, como na Nigéria e no Togo (BANDEIRA, 2023). O sucesso das ações, também resultam, da cooperação de outros Estados como os EUA, Grã-Bretanha e França que promovem ações militares conjuntas visando melhorar o controle e a segurança marítima. O Estado chinês também participa deste combate utilizando embarcações patrulha na região.

Em dezembro de 2022, os EUA doaram para Benin um navio patrulha, participaram da construção de uma oficina para manutenção de um hangar, elaboraram uma rampa para o lançamento de embarcações e realizaram o adestramento da Unidade da Polícia Marítima e Fluvial Especial do Benin (USPFM) (BANDEIRA, 2023).

Em 2021, a Nigéria lançou seu Projeto *Deep Blue*, como forma de enfrentar a pirataria no Golfo da Guiné. O projeto custou cerca de US\$ 195 milhões e conta com a participação de navios, aeronaves e drones para patrulhar as movimentadas rotas marítimas de sua costa com o objetivo de combater a pirataria. O projeto utiliza cerca de 600 tropas treinadas de forma especial, 16 veículos blindados, quatro drones e 17 barcos de interceptação rápida, juntamente com outros navios e aeronaves (ADF, 2022). A coordenação é realizada pela *Nigerian Maritime Administration and Safety Agency* (NIMASA) por meio de um Centro de Comando e Controle que tem a missão de receber, analisar e disseminar dados para a atuação dos meios envolvidos no combate aos ilícitos. A Marinha da Nigéria participa do projeto fornecendo pessoal para compor a tripulação nos navios de missão especial, embarcações de rápida interceptação e no Centro de Comando e Controle (MACEDO, 2023) (Apêndice B). A Figura 1 demonstra a queda nos índices de pirataria no ano de 2021, em relação aos anos anteriores desde de 2017.

Figura 1 - Registro de Ilícitos na África Ocidental



Fonte: Gabinete Marítimo Internacional, 2022.

Dessa forma, podemos concluir que, a presença de marinhas exógenas na região do Golfo da Guiné pode levar: a securitização da área, pois as marinhas africanas sozinhas, salvos algumas raras exceções como a Nigéria, não possuem organização, capacitação e nem meios adequados e em números suficientes para poderem combater os ilícitos regionais. Logo, o Golfo da Guiné representa uma região estratégica na questão de segurança energética e alimentar Mundial para os Estados, sendo a manutenção dos domínios dos recursos energéticos e da abundante biodiversidade da região, fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico dos países que buscam conquistar sua supremacia hegemônica diante de outras potências.

4.3.2 Pesca ilegal

A Pesca ilegal é definida como sendo aquela não declarada e não regulamentada (INN) e, geralmente, está ligada a outros tipos de ilícitos. Os envolvidos nesta atividade continuam a se beneficiar da fraca fiscalização e da falta de transparência na indústria pesqueira global (BRUSH, 2019).

Assim, a pesca INN corrói a segurança regional e mundial, mina a ordem baseada nas regras marítimas, prejudica o acesso e a disponibilidade de alimentos, e destrói economias legítimas (SCHULTZ, 2020).

Estima-se que a pesca INN, transportada, preferencialmente, por navios comerciais europeus e asiáticos, custe à África subsaariana mais de 1.000 milhões de USD anualmente (VOGEL, 2009).

A Organização para Alimentação e a Agricultura das Nações Unidas (FAO), em 2001, elaborou um plano de ação para definir, prevenir, impedir e reduzir a pesca INN e a dividiu em três categorias:

a) Pesca ilegal:

- Atividade conduzida em águas sob soberania ou jurisdição de um Estado, sem a sua permissão, ou em violação da sua lei;
- Atividade conduzida por navios que arvoram bandeira de Estados que integram determinada Organização Regional de Gestão da Pesca (ORGP), mas operando em violação das medidas de conservação e gestão adotadas por esta, e às quais os Estados aderentes estão vinculados, ou de disposições da legislação internacional aplicável;
- Atividade conduzida em violação das leis nacionais ou obrigações internacionais, incluindo aquelas assumidas pelos Estados integrantes de uma ORGP.

b) Pesca não declarada:

- Não declarar, ou declarar incorretamente, o pescado capturado, à autoridade nacional competente, em violação da legislação nacional;
- Capturar pescado em áreas sob responsabilidade de uma ORGP não o declarando, ou declarando-o incorretamente, violando procedimentos de notificação estabelecidos por essa organização.

c) Pesca não regulamentada:

- Captura realizada em área de jurisdição de uma ORGP, conduzida por navios sem nacionalidade; ou por navios que arvoram a bandeira de um Estado que não faça parte dessa organização; ou conduzida em violação das medidas de conservação e gestão dessa organização para esse local;
- Captura realizada em áreas, ou tendo por alvo populações de peixe, face às quais não existam medidas de conservação ou gestão aplicáveis e onde a atividade de pesca seja conduzida ao abrigo de leis nacionais inconsistentes com as responsabilidades do EC pela conservação dos recursos marinhos, à luz do Direito Internacional (DI).

A pesca INN pode ser vista como sendo um tipo de pirataria, comprometendo a segurança marítima global, levando à deterioração dos sistemas políticos mais frágeis, aumentando a tensão entre as nações pesqueiras mundiais, ameaçando a estabilidade geopolítica global, acabando por levar ao desaparecimento de recursos marinhos fundamentais para a Humanidade (FAO, 2020).

Nos ilícitos praticados no mar, a IMO, criada em 1948, é um órgão especializado da ONU que tem por objetivo promover um mecanismo de cooperação, prover a segurança marítima e a prevenção da poluição e remoção de obstáculos ao tráfego marítimo, sendo responsável por “emitir recomendações, diretivas e procedimentos, direcionados aos Estados, às tripulações a bordo de navios, e às empresas envolvidas nos transportes marítimos” (FORTES, 2014).

O tráfico de seres humanos é um dos ilícitos ligados: a pesca INN. Na região do Golfo da Guiné, as embarcações de pesca são usadas para o tráfico de armas, drogas, pessoas e roubos de petróleo. Algumas vítimas nos arrastões da pesca INN são crianças. Segundo o Centro de Pesquisa e Extensão sobre Tráfico de Seres Humanos, mais de 13.000 crianças, de 5 a 7 anos, foram traficadas em Boké, na Guiné, para trabalharem em embarcações de pesca, de abril de 2020 a abril de 2021 (ADF, 2023).

A China é o país com a maior frota de pesca em águas longínquas do mundo e é o Estado que mais realiza a pesca ilegal mundialmente, de acordo com o Índice de Pesca INN. Das 10 principais empresas envolvidas na pesca ilegal a nível mundial, oito são da China (ADF, 2023). Os arrastões chineses têm a fama de praticar o “*flagging in*” (sinal comum de envolvimento da embarcação na pesca ilegal), realizam esta atividade com a finalidade de imputar o crime a embarcações detidas e operadas por estrangeiros, colocando-as no registo africano. De acordo com a *Financial Transparency Coalition*, esse tipo de atividade ilícita tem contribuído com perdas financeiras significativas aos cofres dos governos locais africanos com valores, aproximados que variam de 2,3 a 9,4 bilhões de dólares anuais (ADF, 2023).

O Boletim Geocorrente¹¹, em sua edição especial de junho de 2022, considera o Golfo da Guiné como sendo um *hotspot* global da pesca INN, com grandes prejuízos financeiros, além de comprometer os estoques pesqueiros locais, destruir os ecossistemas marinhos, aumentar a pobreza das populações que dependem da pesca e, conseqüentemente, comprometem toda a cadeia de segurança alimentar da população.

A Pesca INN é uma atividade nociva e insustentável que tem se disseminado por todo o continente africano, devido ao seu elevado retorno econômico. Os Estados membros do Golfo da Guiné se apresentam impossibilitados de assegurar a sua prevenção e dissuasão (SILVEIRA, 2020).

Nesse sentido, podemos concluir que há necessidade de se proteger o meio ambiente evitando a pesca predatória e todas as conseqüências provenientes dessa atividade ilícita, para que se possa construir um sistema auto sustentável que englobe tanto as atividades de pesca quanto as direcionadas para agricultura, objetivando o aprimoramento e a melhoria da qualidade de vida das populações, pois não devemos esquecer os constantes e significativos

¹¹ Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC), vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN).

crescimentos populacionais, acompanhados do crescente aumento na expectativa de vida dessa população, levando o Mundo a ter o peso da responsabilidade sobre o gerenciamento e a manutenção adequados dos alimentos e em quantidades suficientes para garantir a continuidade da existência humana.

5 FORMA DE ATUAÇÃO DOS ATORES EXÓGENOS PRESENTES NA REGIÃO DO GOLFO DA GUINÉ

Esse capítulo fará referência: a atuação, a relevância, a força e importância de grandes atores exógenos, como: EUA, França, Grã-Bretanha, Rússia, China e Índia na região do Golfo da Guiné e como cada um exerce sua presença na região.

Os diferentes domínios exógenos no continente africano serão relatados e de que forma essas ações ocorrem dentro dos Estados africanos, com ênfase no *hard power*¹², exercido, predominantemente, pelos EUA e, no *soft power*¹³, que é a forma de atuação do governo chinês, e as diferenças existentes entre eles.

A dependência econômica dos Estados africanos e suas ligações políticas e econômicas com cada uma dessas grandes potências exógenas e suas consequências, também, serão mencionadas nesse capítulo.

5.1 Estados Unidos da América

Desde o início da Guerra Fria, a bipolarização exercida pelos EUA e a ex-União Soviética fizeram com que as duas nações buscassem novos Estados para exercerem suas hegemonias e domínios econômicos. Como o continente africano passava pelo processo de descolonização, apresentava significativas riquezas minerais, matéria prima abundante, posição geográfica estratégica e governos recém-formados, os quais se apresentavam frágeis, com inúmeras diferenças socioeconômicas, culturais e étnicas, além de se apresentarem dominados por uma política corrupta com distribuição desigual de renda. Todos estes motivos mencionados acima, tornaram os estados africanos terrenos férteis e propícios aos interesses externos, principalmente, aquelas potências que estavam despontando naquele momento da Guerra Fria (OLIVEIRA, 2009).

¹² O *Hard Power* consiste na capacidade agir por meio da força. As fontes desse poder são os militares, os incentivos financeiros e as sanções econômicas sendo uma forma de influência direta (MARINHO, 2023).

¹³ O *Soft Power* ou “poder brando” é definido como sendo a habilidade de influenciar os desejos do outro por meio do exemplo através de uma influência indireta. Há três fontes de *soft power*: política externa, cultura e valores políticos (MARINHO, 2023).

Alguns outros acontecimentos, também foram relevantes e contribuíram para a hegemonia capitalista dos EUA, como a crise petrolífera mundial de 1973, em que o Estado americano se viu obrigado a buscar territórios alternativos para abastecer seu mercado interno, somando-se ao processo da globalização mundial do século XXI, o qual demandou novos rumos econômicos e geopolíticos, os quais foram relevantes para mudança na forma de relacionamento das grandes potências mundiais em relação aos Estados que se apresentavam em desenvolvimento e outros subdesenvolvidos (VENDRUSCOLO; SANTOS, 2020).

Na década de 1980, quando a Guerra Fria chegava ao seu fim, os EUA começaram a investir recursos financeiros no continente africano através da utilização de organizações multilaterais, apoiando iniciativas humanitárias e a liberação de recursos para as economias africanas em troca de reformas políticas e liberalização do comércio (ALVES; SANTOS, 2020).

Hoje, podemos dizer que os EUA exercem no continente africano um tipo de “*hardpower*” que é um conceito realista sobre o poder da força militar e econômica que um Estado pode exercer sobre outro (GRAY, 2011). Atualmente, os EUA têm por finalidade, política e estratégica, capacitar as forças militares africanas através de operações e exercícios militares, contando com a cooperação de outros Estados aliados, como França, Reino Unido e Brasil, com o objetivo de preparar os contingentes africanos militares para combaterem os ilícitos regionais, principalmente os que estão relacionados com a pirataria, o terrorismo e o contrabando de armas e drogas no Golfo da Guiné (FIGUEIREDO; SILVA, 2022).

Neste tipo de cooperação militar estadunidense, podemos destacar a operação denominada *Obangame Express*, que representa o maior exercício marítimo multinacional na África Ocidental e seu controle está sob a responsabilidade do Comando dos EUA na África (AFRICOM), que é um comando militar criado em 2007, que somente se tornou atuante em 2008, durante o governo de George Walker Bush, com o objetivo de aumentar a segurança marítima no Golfo da Guiné e combater as atividades ilícitas na região (JUSTINO, 2018).

Em fevereiro de 2023, a Marinha do Brasil, juntamente com outros 32 países, participou do *Obangame Express 2023*, e a atuação brasileira ocorreu por meio da utilização do Navio-Patrolha Oceânico “Araguari” (BARROS, 2023a).

Os meios navais empregados nas missões do AFRICOM são oriundos da Sexta Esquadra estadunidense, sediada em Nápoles. Essa esquadra, denominada *U.S. Naval Forces Europe-Africa*, se divide em *Naval Forces África* (NAVAF) e *Naval Forces Europe* (NAVEUR). Suas áreas

de responsabilidade cobrem toda a Europa, norte da Rússia e a maior parte da África, alcançando 105 Estados distintos (FIGUEIREDO; SILVA, 2022).

Os EUA também participam da *Grand African Nemo*, que é um exercício anual comandado pela França com a participação de Estados africanos da porção ocidental africana e outras Nações amigas para o controle e combate às atividades de pirataria praticadas no Golfo da Guiné (PADILHA, 2020).

No período compreendido entre 2017 a 2020, os interesses de *Washington* no continente africano se caracterizaram por propósitos diretamente vinculados à contenção da influência chinesa e russa (ALVES; SANTOS, 2020).

A relação comercial entre os EUA e a África é pautada na Lei de Crescimento e Oportunidades para a África (AGOA, na sigla em inglês) elaborada no ano de 2000 pelos estadunidenses, com o objetivo de expandir e aprofundar as relações comerciais e de investimento com a África Subsaariana. Contudo, o acordo só tem validade desde que os produtos dos países africanos cumpram com todos os requisitos de elegibilidade, o que torna o acordo desigual para os africanos e mantém a dependência econômica com o estado americano (ALVES; SANTOS; FRANCISCO, 2020).

Em entrevista a Sputnik Brasil, em janeiro de 2023, Tahirá Endo¹⁴, referiu que a China é diferente dos EUA nos acordos comerciais entre os Estados africanos, pois os EUA "condicionam as questões de comércio às práticas determinadas por organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional [FMI]". Já a China, ao financiar obras no continente africano, não faz exigências políticas ou sociais aos países. "A política é pautada na exportação de bens públicos, como estradas e ferrovias, e na nova Rota da Seda, com interesses voltados para indústrias e desenvolvimento". Esta forma de política externa chinesa faz com que as Nações africanas "enxerguem" maiores benefícios internos, fazendo com que o domínio chinês cresça cada vez mais.

Em agosto de 2022, o presidente americano *Joe Biden*, publicou um documento (*Sub Saharan Africa Strategy*¹⁵) onde fez referência: a importância da África Subsaariana para os EUA, e definiu como sendo quatro os objetivos principais para a região: fomentar a abertura

¹⁴ Tahirá Endo é um analista geopolítico internacional africano e professor da Universidade Jean Piaget de Angola.

¹⁵ Ver o conteúdo original, disponível em: <https://www.state.gov/vital-partners-shared-priorities-the-biden-administrations-sub-saharan-africa-strategy/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

de sociedades; entregar dividendos democráticos e prover segurança; promover a recuperação da pandemia e estimular oportunidades econômicas; e apoiar questões climáticas e uma transição justa de energia.

Os EUA veem o continente africano como um parceiro estratégico em termos políticos e militares na região. Há na Nigéria diversas empresas petrolíferas norte-americanas atuando conjuntamente, e são crescentes os investimentos norte-americanos nas áreas de TI (*Microsoft, Google, Amazon*) e de bens de consumo como a *Procter e Gamble*. Em 2027, os EUA inaugurarão em Lagos o maior e mais moderno consulado do Mundo, com um investimento de cerca de US\$ 670 milhões, que hospedará o nó de conexão da intranet do governo norte-americano com todo o continente africano (Apêndice A).

Podemos concluir que, as relações dos EUA com os Estados africanos sempre oscilaram, desde o período da Guerra Fria, conforme os interesses econômicos e políticos do primeiro. Porém, os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 marcaram uma mudança na política de defesa dos EUA (ADAM; SCHUTZS, 2019). O próprio processo de globalização e a busca hegemônica de outras Nações por novas linhas de comércio, matriz energética e alimentos, trouxe uma necessidade de um novo realinhamento político com os governos africanos por parte dos EUA, como forma de manterem sua supremacia Mundial ameaçada por outros Estados exógenos presentes no continente africano, que já adotaram novas práticas econômicas e políticas com os africanos, como os Estados da Turquia, Israel e Índia.

5.2 França

A França, entre as potências coloniais europeias, é a que mais intervém nos assuntos africanos. Desde o processo de descolonização até os dias atuais, os franceses já promoveram mais de cinquenta intervenções militares em países africanos (SIRADAG, 2014).

A descolonização das áreas francesas na África, diferente de outros Estados europeus, não significou um processo simples e desprovido de guerras internas, pelo contrário, se caracterizou por grandes conflitos armados, destacando-se como exemplos os processos de independências da Guiné, em 1958 e da Argélia, em 1962 (PENNA FILHO; KOFFI, 2014).

A atuação francesa na África é motivada por fortes interesses econômicos e estratégicos. Desde 1960, a França mantém uma rede de bases permanentes e temporárias em suas antigas colônias com o objetivo de somar forças àqueles líderes ou governos regionais que

possam, de alguma forma, garantir vantagens ou algum benefício para o Estado francês (PI-GEAUD, 2020).

Assim, a França é o país que mais intervém militarmente nos assuntos africanos, sendo que os franceses já promoveram diversas intervenções militares, ajudando a depor ou sustentando governantes de acordo com os seus interesses (PENNA FILHO; KOFFI, 2014).

No Gabão, a atuação francesa representou uma necessidade de preservação política estratégica, pois o país africano é o principal exportador de urânio para França, além de grande exportador de minérios e manganês (GRIFFIN, 2007).

Na África ocidental, a atuação francesa é voltada para região do Golfo da Guiné com objetivo de combater as atividades ilícitas praticadas na região. Este tipo de atuação foi denominado de *Grand African Nemo*, sendo o Estado francês o grande responsável pelo exercício que reúne outras nações por meio de ações conjuntas multilaterais. Em 2022, o exercício envolveu 17 dos 19 países que fazem fronteira com o Golfo da Guiné e mais 7 nações parceiras (Bélgica, Brasil, Dinamarca, Itália, Espanha, Reino Unido, EUA) (ADF, 2022).

Durante o exercício, uma aeronave francesa Falcon 50 localizou um navio de pesca em perigo e as autoridades guiaram um navio mercante próximo para ajudar sete pescadores a bordo. Em outro exercício, a fragata francesa Germinal e seu helicóptero embarcado localizaram uma canoa suspeita de tráfico de drogas e guiaram um barco patrulha marfinense para interceptar a canoa (ADF, 2022).

A França representa a sexta economia do mundo e a segunda maior da União Europeia (UE) (FMI, 2023), sendo um país membro permanente do CSNU, juntamente com o Reino Unido, Rússia, EUA e China, e apresenta a primeira maior Zona Econômica Exclusiva Mundial¹⁶ (MESQUITA, 2022) com territórios distribuídos na América, na porção sul do oceano Índico e no oceano Pacífico. Na América do Sul tem o domínio da Guiana Francesa, que representa o maior território terrestre fora da França, e o qual faz fronteira com o Brasil através do Amapá, com uma extensão territorial de 730 Km, fazendo parte do EEB (MESQUITA, 2022).

O conflito entre Rússia e Ucrânia (2022) impactou diretamente as relações comerciais entre os países da União Europeia (UE) e a Rússia. Países como França, Alemanha, Holanda, Itália, Polônia e Bélgica, impuseram sanções: a Rússia e tiveram que buscar mercados alterna-

¹⁶ Segundo o *World Atlas*, em primeiro lugar está a França com 11.691.000 Km², seguida pelos Estados Unidos, Austrália, Rússia, e Reino Unido. O Brasil ocupa o décimo segundo lugar (MESQUITA, 2022).

tivos para importação de petróleo e gás natural, como forma de garantir seus próprios abastecimentos internos; embora continuem importando hidrocarbonetos de origem russa. Os países da UE eram os maiores compradores de petróleo e gás natural da Rússia. As sanções impostas pelos países europeus e EUA à Rússia elevaram os preços da energia, metais e cereais provocando inflação em toda economia global (EPE, 2023).

Neste contexto de guerra podemos concluir que, ficou muito relevante a importância estratégica dos países africanos produtores de petróleo e gás natural, tendo destaque no território do Golfo da Guiné, o Estado da Nigéria, sendo o maior exportador de hidrocarbonetos do continente africano. Os países da UE têm buscado nos países africanos aumentar as exportações de petróleo e gás não liquefeito como forma de abastecimento interno, o que tem sido lucrativo para as economias africanas.

5.3 Reino Unido

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é um Estado soberano composto por quatro nações constituintes: Inglaterra, País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte, que totalizam uma população de 67 milhões de pessoas (EPE, 2023).

Apresenta domínios territoriais nas regiões Euro-Atlântica e Indo-Pacífica, que formam 14 territórios ultramarinos, havendo reservas de petróleo existentes nas Ilhas *Falklands*, situadas na região do Atlântico Sul dentro do EEB (BARBOSA JÚNIOR, 2007).

“O Reino Unido deixou de ser um Estado-Membro da União Europeia em janeiro de 2020 (movimento conhecido como “Brexit”), sendo, atualmente, a quinta maior economia do mundo (BANCO MUNDIAL, 2023) e o terceiro maior país consumidor de energia da Europa Ocidental” (EPE, 2023).

A saída do Reino Unido da UE em 2020, segundo Uzoamaka Madu¹⁷ (2020), fez com que os ingleses vissem no território africano um importante parceiro para crescimento e conquistas de novos mercados econômicos.

O Reino Unido é um país membro permanente do CSNU e, igualmente como EUA, França e outros países da UE, participa de ações militares conjuntas que auxiliam na cooperação com a segurança marítima no Golfo da Guiné, porém existindo um diferencial na forma

¹⁷ Uzoamaka Madu é consultora africana especializada nas relações entre a União Europeia e África.

de atuação do Reino Unido, o qual procura envolver o governo africano e entidades privadas nas suas ações. As participações do Reino Unido nas operações militares para o combate: as atividades ilícitas da região ocidental da África ocorrem através da *Obangame Express* (EUA) e *Grand African Nemo* (França). Os britânicos têm a região do Golfo da Guiné como sendo de grande valor estratégico para os interesses políticos e econômicos (VELLOSO, 2014).

Nas últimas décadas, o país passou por um amplo processo de transformação em sua política energética, na qual o carvão mineral perdeu a posição de destaque para o gás natural, passando pelo petróleo e, mais recentemente, para as energias renováveis (EPE, 2023).

Em 2022, até o final do terceiro trimestre, a produção de gás natural no Reino Unido aumentou 15%, atingindo níveis próximos ao pré-pandemia e a produção de petróleo segue em níveis semelhantes aos de 2021 (BEIS, 2022).

A Nigéria, que já foi colônia britânica e se libertou em 1960, por possuir grandes riquezas minerais e despontar na atualidade como sendo a grande potência africana, representa um parceiro energético estratégico para o Reino Unido. “O Reino Unido, como ex-potência colonial da Nigéria, possui presença marcante, com um comércio de cerca de US\$ 8,5 bilhões, com forte superávit para os britânicos”, afirmou o Embaixador Francisco Luz¹⁸ (Apêndice A).

O conflito entre Rússia e Ucrânia deixou bem claro a dependência energética da União Europeia (UE) pelo petróleo e gás russos. Os Estados europeus passaram a focar suas políticas na diversificação dos aprovisionamentos de energia e aceleração da transição para as energias renováveis. No âmbito da diversificação, passaram a aumentar a aquisição de gás natural liquefeito (GNL) de fornecedores como os EUA, Catar, Noruega e Estados africanos. Essa guerra, também, já provocou um afluxo maciço de refugiados à União Europeia (BORRELL, 2022).

O Reino Unido tem realizado esforços para redução da dependência em relação ao gás russo, utilizando substancialmente sua infraestrutura de regaseificação de GNL e interconexões com a Europa continental. As exportações foram quatro vezes maiores que as observadas no 3º trimestre de 2021, e, 29% acima do recorde anterior do 2º trimestre de 2003 (EPE, 2023).

¹⁸ Francisco Luz é Embaixador brasileiro que serviu no continente africano durante 18 anos tendo atuado em Pretória, África do Sul, Moçambique, Tanzânia, onde foi responsável pelas relações do Brasil com a República de Seicheles e a União das Comores, além de representar nosso país junto à Comunidade da África Oriental, organismo regional com sede em Arusha, Tanzânia. Em 2015, foi transferido para a Jordânia. Em outubro de 2019, retornou ao continente africano, como Cônsul Geral do Brasil em Lagos Nigéria, onde permaneceu até janeiro de 2023.

Concluimos assim, que o Reino Unido embora ainda possua dependência das exportações energéticas russas, tem apresentado interesse em buscar e desenvolver formas alternativas de energia objetivando formas mais limpas e sustentáveis que sejam capazes de reduzir, gradativamente, sua dependência energética da Rússia.

5.4 Rússia

A Guerra fria era pautada no fortalecimento militar, crescimento armamentista e desenvolvimentos dos ideais socialistas e capitalistas entre os Estados, de cada uma das duas potências dominantes, que lutavam pelo controle hegemônico Mundial (MELOS; MEROLA, 2014).

O Mundo dividido em dois blocos durante a Guerra fria, fez despertar em algumas nações africanas, que eram estados recém libertos, que se apresentavam fragilizados e, propícios a propagação de novas ideias de regime político, o interesse pelas doutrinas socialistas difundidas pela ex-União Soviética (MELOS; MEROLA, 2014).

O regime socialista se iniciou pelos Estados africanos localizados ao norte do continente e envolveram: Egito, Tunísia, Marrocos, Gana, Etiópia e Guiné. A ex-União Soviética teve relevante atuação nas guerras de independência de Angola (1975-1992), Moçambique (1977-1978) e na guerra de Ogaden, entre a Etiópia e a Somália (1977-1978) (EGOROV, 2019).

Como as nações africanas estavam ainda em processo de libertação e, conseqüentemente, não apresentavam capacidade financeira para se desenvolverem e se sustentarem, os soviéticos logo enxergaram esta lacuna de dependência financeira e assinaram tratados de cooperação e participação na construção de empresas e fábricas, além de fornecerem créditos financeiros para inúmeros Estados africanos (GARRIDO, 2023). Com o término da Guerra fria (1991), que culminou com a perda de territórios e fragmentação da União Soviética, os russos acabaram por perder força política no continente africano.

A globalização ocorrida no início do século XXI, trouxe uma nova mudança na situação geopolítica econômica mundial e o continente africano voltou a ter sua importância estratégica para Rússia, que focou seus interesses na expansão das atividades comerciais, cooperações no setor energético e no campo técnico-militar. A grande relevância que o governo Putin atribuiu aos recursos energéticos, colocando o petróleo como elemento estratégico, foi fundamental para que o Estado Russo se fortalecesse no cenário internacional e recuperasse, por

meio das exportações, a sua estabilidade interna (FERREIRA *et al.*, 2021). A Rússia começou a aumentar rapidamente sua capacidade de produção de petróleo e intensificou os esforços para substituir a Arábia Saudita e a OPEP como um fornecedor importante para o Ocidente” (ELASS; JAFFE, 2009).

Grandes empresas de mineração russa como: *Alrosa, Rusal, NordGold, Uralchem e Renova*; e de petróleo e gás como a *Gazprom, Rosneft e Lukoil*, passaram a ter plena atividade no continente africano (BAOBAB NEWS, 2019).

Em 2020, durante a pandemia global, as exportações russas para a África cresceram em cerca de 7% em comparação com o ano anterior, representadas principalmente por grãos e armas, sendo os Estados da Argélia e do Egito os maiores compradores (ZOLOTOVA; ALHASSAN, 2021). A Rússia tornou-se o principal exportador de armas convencionais, equipamentos militares e cereais para o continente africano (GARRIDO, 2023).

A Rússia exporta quase metade das armas que entram no continente africano, de acordo com o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo, vendendo para países como Angola, Sudão, Argélia e Egito (BARINI, 2022).

Em julho de 2022, a *Uranium One*, ligada à estatal nuclear russa, anunciou investimentos aproximados de até US\$ 500 milhões na Namíbia, para exploração de urânio. A empresa também anunciou o início da construção da primeira usina nuclear do Egito, em parceria com outra estatal (BARINI, 2022).

Em virtude da guerra entre Rússia e Ucrânia, podemos concluir que, a região do Golfo da Guiné com seus Estados ricos em petróleo e gás não liquefeito passaram a ser considerados como forma alternativa para o abastecimento dos mercados americanos e europeus, embora esses países não tenham deixado de importar hidrocarbonetos russos, porém esse conflito serviu para diversificar os mercados energéticos e expor a necessidade de renovação da matriz energética atual por outras mais limpas e sustentáveis. A guerra fez com que a Índia e a China passassem a ser os principais importadores de petróleo e GNL da Rússia.

5.5 China

A China é a segunda maior potência econômica Mundial ficando atrás somente dos EUA e, atualmente, é o segundo país mais populoso do mundo, tendo sido ultrapassado, este ano de 2023, pela Índia (ADF, 2023). Seu crescimento despontou no final do século XX e início

do século XXI, através de uma mudança política implementada por Deng Xiao Ping entre os anos de 1978 a 1992, que permitiu a abertura do mercado interno chinês para empresas estrangeiras, que se viram atraídas por mão de obra abundante e barata, baixos impostos, elevado mercado consumidor e facilidade de exportação dos produtos fabricados (AZEVEDO, 2019). A forma inicial de mudança política teve como foco a necessidade de modernização das atividades voltadas para agricultura, indústria, defesa e importância do desenvolvimento de uma consistente, moderna e consolidada ciência e tecnologia (SCHERER, 2015).

Existe na China uma dependência de demanda de consumo externo para seus bens intermediários, para manter sua taxa de crescimento e atividade industrial, ou seja, quando os países emergentes reduzem suas demandas por commodities e bens intermediários, a China precisa sustentar investimentos em infraestrutura nos países emergentes para esses consumirem a capacidade ociosa da produção doméstica chinesa (SCHERER, 2015).

A China em sua política externa com a África, adotou o princípio de não interferência em assuntos internos, atuando como sendo um doador, um financiador, um investidor, um empreiteiro e um construtor em suas relações com os países africanos (WANG, 2007). A busca chinesa por recursos naturais não se restringiu somente ao petróleo (1990 e 2005), mas ao consumo de alumínio, cobre, níquel e minério de ferro, que saltou de 7% para mais de 20% (JIANHAI; ZWEIG, 2005). A China enxergou na África do século XXI, uma necessidade de captação de recursos naturais, uma oportunidade de investimentos financeiros e uma possibilidade de influência política para atingir seus objetivos (ALVES, 2020).

As empresas chinesas atuam dando um atrativo adicional nos processos licitatórios dos direitos de exploração, através da utilização de uma linha de crédito de longo prazo aos governos locais africanos e isentos de condicionalidade, ocorrendo o contrário com os recursos colocados à disposição por entidades multilaterais como o FMI e o Banco Mundial, que exigem como contrapartida a observância de padrões mínimos de governança (ALVES, 2020).

Em 2012, o líder chinês Hu Jintao passou o governo a Xi Jinping, que assumiu o poder com o compromisso de dar continuidade ao processo de desenvolvimento econômico chinês, voltado para o crescimento da infraestrutura e exportação (MOTHE, 2017).

[...] até a metade deste século a China será uma moderna nação socialista, líder global nas suas expressões do Poder Nacional e influência internacional [...] sendo necessário, para isso, desenvolver um poderoso Poder Militar que, até 2035, deverá tornar-se uma força moderna e, até o meio do século, uma força de projeção global” (Xi Jinping, em seu discurso no 19° Congresso do Partido Comunista em outubro de 2017) (MOTHE, 2017).

A China do século XXI se caracteriza por ser uma grande potência econômica, porém este crescimento não foi pautado em medidas autossustentáveis, pelo contrário, a dependência energética, principalmente do carvão, que é uma matriz energética não renovável, a torna dependente de fontes energéticas poluentes, contribuindo para que o país seja um dos principais colaboradores para a degradação do meio ambiente, com constantes e significativos aumentos nos percentuais de emissão de gases poluentes (PENA, 2020). Em 2007, a China tornou-se o país com mais emissões de dióxido de carbono em todo o Mundo, deixando para trás os Estados Unidos. O país, no entanto, passou a investir pesadamente em energia renovável, apesar de continuar dependendo significativamente de energia gerada com carvão (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Em setembro de 2020, Pequim anunciou seu plano de passar a reduzir o total de suas emissões de dióxido de carbono até 2030 e, até o ano de 2060, tentar atingir a chamada neutralidade de carbono tendo por objetivo não emitir mais que a quantidade absorvida por florestas, solo ou oceanos (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Atualmente, a China prioriza seu crescimento econômico voltado para conquista de novos mercados com seu robusto poder de oferta através de uma infraestrutura de transporte grandiosa em diversas regiões do Mundo, em especial nos territórios da América do Sul e no continente Africano, dando ênfase ao que denomina como sendo uma “nova rota da seda” a qual objetiva conectar a Europa, a Ásia e a África, através de projetos de infraestrutura por via terrestre e via marítima (SCHUTTE, 2022).

O Estado chinês utiliza como forma de poder o que é denominado de “*soft power*” que é um termo utilizado por *Joseph Nye*¹⁹, que o denomina como sendo "a capacidade de um Estado em conseguir o que ele deseja pela atratividade de sua cultura, suas ideias, sua política doméstica e diplomacia" (TREMBLAY, 2007).

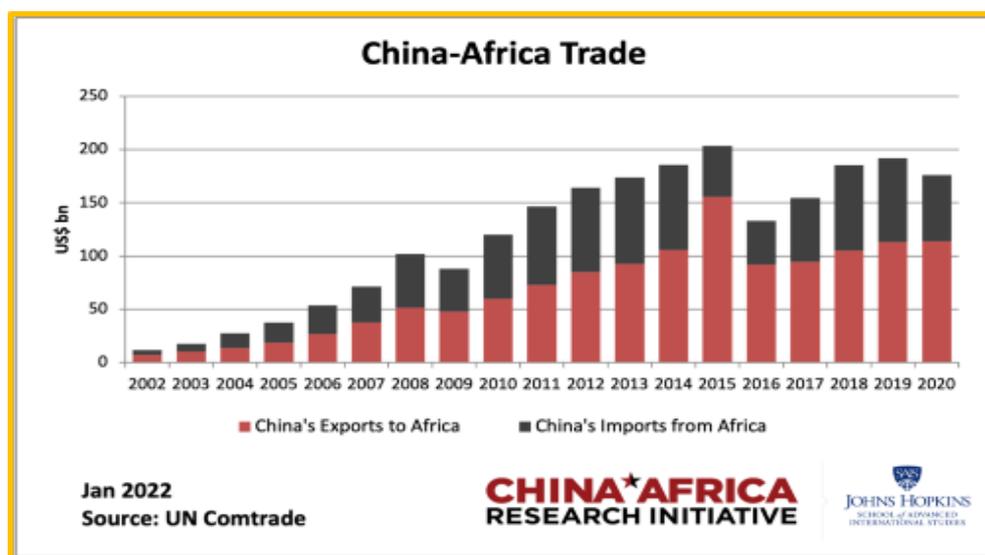
No continente africano, o estado chinês tem realizado grandes investimentos voltados para a construção de portos, ferrovias e melhorias na infraestrutura aquaviária, principalmente nos estados pertencentes: a região do Golfo da Guiné, que é tida como região geopolítica e econômica estratégica para o governo chinês, com suas grandiosas quantidades e diversidades de pescado e riquezas minerais (RIBEIRO, 2022).

¹⁹ Joseph Samuel Nye Jr. é um teórico de Relações Internacionais (RI) e ciência política nascido no ano de 1937. Nye é Ph.D em ciência política pela universidade de Harvard, e um dos maiores e mais influentes estudiosos da vertente neoliberal das RI por ter analisado o sistema internacional de forma mais complexa, considerando a importância de outros atores além do Estado (PONTES, 2021).

Construído pela *China Harbour Engineering Company Ltda* (CHEC), o porto de águas profundas de Lekki é o maior porto marítimo da Nigéria e um dos maiores portos da África Ocidental, distando apenas 60 km a leste da 15ª maior cidade do mundo, Lagos, e esse porto possibilitará aumentar o potencial de transporte de contêineres de 3.000 para até 20.000 contêineres (ROAD, 2022). O *Lekki Deep Sea Port*, foi inaugurado em janeiro de 2023, pelo presidente nigeriano, *Muhammadu Buhari*, e teve com um custo aproximado de 1,5 milhões de dólares (JORNAL DE ANGOLA, 2023)

No período de 2000 a 2021, a China importou da África US\$1,2 trilhões e exportou US\$1,27 trilhões, segundo o *Belt and Road Portal* (2021). Segundo a Figura 2, do John Hopkins (2022), que mostra o gráfico de exportações e importações entre a China e a África. Há uma pequena queda gradual das exportações chinesas para África com tendência a estabilização nos últimos anos.

Figura 2 – Quadro demonstrativo das importações e exortações entre China e África



Fonte: U.S. Bureau of Economic Analysis, Johns Hopkins, 2022.

Segundo a universidade americana Johns Hopkins, é no continente Africano que a expansão internacional da China é mais expressiva, consistente e múltipla. Foram investidos perto de US\$ 40 bilhões em mais de 20 países do continente africano envolvendo centenas de projetos que vão desde à exploração de petróleo e gás e extração de minérios (principalmente ferro, cobre, urânio e cobalto) à construção de estradas, portos e aeroportos por onde as matérias primas podem ser escoadas (BBC NEWS BRASIL, 2021).

Na Nigéria, de acordo com o Indicador de Investimento do Leste Asiático (2016), a China criou mais de 200 empresas de propriedade exclusiva e *joint-ventures*, que estão ativamente envolvidos no setor de construção, petróleo e gás, serviços de tecnologia e setores de educação da economia nigeriana (BBC NEWS BRASIL, 2022).

Concluimos assim que, a África representa um importante e significativo continente para a continuação das aspirações de crescimento econômico chinês, o qual se apresenta cada vez mais ávido por matriz energética e mercados consumidores de seus produtos manufaturados. Além da abundante oferta de pescado existente na costa africana servindo como um relevante mercado fornecedor de alimentos, pois a China apresenta a maior frota de navios pesqueiros do Mundo. As relações comerciais entre os Estados africanos e a China diferem do Ocidente e fazem com que ambos vejam vantagens em prosseguir com essas alianças comerciais.

5.6 Índia

O relacionamento da Índia com o continente africano é significativo e com raízes históricas. Os primeiros hindus chegaram ao que hoje é o Estado da Nigéria no início do século XIX. Hoje, a população indo-nigeriana está estimada em cerca de 800 mil pessoas, com forte presença no comércio. As trocas bilaterais alcançaram US\$ 15 bilhões em 2022, com forte superávit para a Nigéria. A Índia é hoje o maior comprador de petróleo nigeriano, que a coloca também como o principal importador de produtos daquele país, com compras que superam os US\$ 10 bilhões anuais (Apêndice A).

A Índia é hoje o segundo maior parceiro comercial do continente africano; embora o volume de negócios sino-africanos ainda seja três vezes superior, segundo dados das Nações Unidas de 2018, o comércio anual entre a Índia e a África cresceu em média 17,2% desde 2001. No início, a Índia concentrou suas atividades nos países da África Austral e Oriental, com os quais mantinha ligações históricas. Hoje, as empresas indianas operam também em outras partes do continente africano, principalmente em países ricos em recursos energéticos como a Nigéria (SCHWIKOWSKI, 2019).

A Índia importa da África petróleo, ouro, carvão e outros minerais. Em contrapartida, a África importa da Índia produtos já transformados, como os têxteis, eletrônicos e os produtos farmacêuticos (SCHWIKOWSKI, 2019).

“As condicionalidades impostas pelos países ocidentais aos países africanos para a co- operação econômica e técnica e realização de investimentos, servem como barreiras ao desenvolvimento nacional, o que não existe nas relações com os gigantes asiáticos”, relatou Francisco Luz, em sua entrevista em junho de 2023. As negociações com China e Índia avançam baseadas somente nos interesses específicos de cada um daqueles países com seus interlocutores africanos (LUZ, 2022).

Nesse ano de 2023, a Índia ultrapassou a China e passou a ser o país mais populoso do Mundo com 1,428 bilhão de habitantes. A China apresenta 1,425 bilhão de habitantes seguido em terceiro lugar dos Estados Unidos com 334,6 milhões de habitantes (GLOBO, 2023).

Atualmente, a Índia é o principal parceiro comercial da Nigéria e o maior importador de produtos petrolíferos do Estado africano. Existem mais de cem empresas indianas atuando no estado nigeriano sendo as mais proeminentes *BhartiAirtel*, *Indorama*, *New India Assurance*, *Bhushan Steel*, *KEC*, *Skipper Nigeria*, *Dabur*, *Godrej* e *Primus Super-speciality Hospital*, sendo muitas indústrias voltadas para produção de produtos farmacêuticos, aço e energia (PWC, 2014).

Podemos concluir então que, as relações comerciais entre Índia e Nigéria se tornam muito importantes para ambos os países, pois para os indianos o Estado africano representa uma segurança energética para a continuação de seu desenvolvimento e conquista de novos mercados despontando assim, como uma possível potência hegemônica. Já para Nigéria representa um mercado significativo para importação de bens de consumo e de seu principal produto de exportação que é o petróleo.

6 NIGÉRIA

6.1 Contextualização inicial

A partir do início do século XX, o território da atual Nigéria foi bipartido, dando origem aos protetorados britânicos da Nigéria do Norte e da Nigéria do Sul. Esses protetorados foram unidos em 1914, formando assim, a colônia britânica da Nigéria (CABRAL, 2020).

Em 1947, a Grã-Bretanha faz uma nova divisão do território em três regiões: o norte para o Hauçá-Fula, o oeste para o Iorubá e o leste para o Igbo. A divisão do território, incentivada pelos britânicos, contribuiu historicamente para a falta de coesão interna na Nigéria (OLIVEIRA, 2009).

Após a Segunda Guerra Mundial, movimentos nacionalistas cresceram, somados aos movimentos de independência e descolonização iniciados em vários países africanos, e em 1º de outubro de 1960, o governo britânico reconheceu a independência do Estado da Nigéria (CABRAL, 2020).

A independência, sob a liderança de Balewa (1960-1966), resultou em um país fraco e pouco coeso. Como explicado por Clapham (1996), “os países da África Subsaariana, recém-independentes, sofreram com diversas mazelas endêmicas no seu processo de formação como Estados debilitados”.

Os constantes conflitos entre o Norte e o Sul apenas evidenciaram os problemas estruturais advindos da formação do Estado nigeriano. A instabilidade política era traduzida em sucessivos golpes de Estado, que impediam que lideranças de longa duração estabelecessem um domínio efetivo sobre o país heterogêneo (CLAPHAM, 1996).

Em 1967, três Estados nigerianos que ficavam no Sudeste separaram-se do país e formaram a República de Biafra, sob a liderança do coronel *Odumegwu Emeka Ojukwu*. Esse conflito durou três anos, e mais de 1 milhão de civis morreram devido a sanções e bloqueios imposto à região. Após todo esse período turbulento e violento, os Estados voltaram a ser incorporados ao território da Nigéria (FRÖHLICH, 2020).

Assim, podemos ver que desde que a Nigéria se tornou independente, em 1960, as lutas por diversas ideologias políticas, econômicas e religiosas sempre representaram um entrave para o equilíbrio e melhor coesão do Estado, o que acabou por comprometer seu crescimento social, estabilidade e maior possibilidade de ganhos econômicos.

6.2 População e geografia

Com quase 200 milhões de habitantes, a Nigéria é o Estado mais importante do continente africano, conhecido como “o gigante da África”, sendo habitado por mais de 250 grupos étnicos diferentes, dentre os quais, os *igbos* e *iorubas*, que foram muito presentes na época do Brasil Colonial (1500-1815), devido ao tráfico de negros africanos escravizados e trazidos para o nosso país (CABRAL, 2020).

A Nigéria está situada no Golfo da Guiné, com uma superfície territorial de 923.768 km², sendo considerado o país mais populoso da África e um dos maiores exportadores de petróleo do Mundo. O nome “Nigéria” tem origem no rio Níger, que é tido como o principal rio do Oeste da África que atravessa o país e termina em um extenso delta, proporcionando uma importante rede hidrográfica, equivalente a 13.000 km² de superfície de águas. O território marítimo compreende 12 milhas náuticas (MN) de mar territorial, 200 MN de Zona Econômica Exclusiva. Fazendo fronteira ao norte com o Níger, a nordeste com o Chade, a leste e a sudeste com Camarões e, a oeste com o Benim, sendo banhado ao sul pelo Golfo da Guiné. O relevo da Nigéria se caracteriza por planaltos com altitudes entre os 600 e os 1200 metros, divididos por pequenas planícies por onde correm seus principais rios, o Níger e o Benué. Esses dois rios juntam-se na região central do país, desaguando no Golfo da Guiné (ANDRADE, 2017).

O clima do país é predominantemente tropical, porém a região mais seca se localiza ao norte, próxima ao deserto do Saara. No contexto histórico da Nigéria, há a formação de múltiplas etnias, provenientes de povos migratórios, procurando abrigo das intempéries do deserto e das mazelas climáticas que caracterizam essas regiões. A República Federal da Nigéria é constituída por 36 estados, tendo Abuja como sua capital, uma cidade que foi planejada para substituir Lagos e proporcionar o equilíbrio econômico entre o Sul, região mais rica, e o Norte, região mais empobrecida (ANDRADE, 2017).

Como dito anteriormente, o país é dividido pelo delta do Níger e formado por, aproximadamente, mais de 250 grupos étnicos, que pertencem na sua maioria a quatro grandes grupos, conforme Visentini (2011) “os Hausa e os Fulani, predominam no norte, são majoritariamente muçulmanos e compõem 29% da população do país, os Iorubá, no sudoeste, representam 21% da população e os Igbos, no sudeste, compõem 18% da população nigeriana” (ANDRADE, 2017).

Os estados nigerianos mais significativos são: Lagos, Rivers, Delta, Oyo, Imo, Kano e Port Harcourt. As principais cidades são Abuja (capital), Lagos, Ibadan, Benin e Kano. A cidade de Lagos é a mais populosa, abrigando um contingente superior a 15 milhões de habitantes e reconhecida como sendo a capital econômica da Nigéria (BRASIL, 2013).

Na região do Delta do Níger, estão localizados os principais poços de petróleo do país e as principais indústrias nigerianas, reunindo a maior concentração populacional do território. Porém, essa população não é necessariamente beneficiada com a indústria do petróleo, havendo um crescente empobrecimento ao redor dos grandes centros urbanos (MELOS; MEROLA, 2014).

Em 2007, foi calculado que, aproximadamente, 50,5% da população era apontada como islâmica e 48,2% como cristã. O norte da região apresenta a maior concentração de grupos islâmicos e onde se localizam os menores índices de desenvolvimento econômico. Já a região Sul, concentra os grandes centros industrializados da Nigéria (MELOS; MEROLA, 2014).

Em 2010, cerca de 70% dos nigerianos viviam abaixo da linha da pobreza, indicando um gravíssimo problema de concentração de renda no país (MELOS; MEROLA, 2014).

A problemática referida acima, pode ser entendida nas palavras citadas por Paladini (2014): “A ineficiência na governança, corrupção e pobreza estão intimamente ligadas na Nigéria, sendo uma consequência da outra. A política nigeriana é movida pelo dinheiro e o país é considerado como um dos mais corruptos”.

Após os ataques de 11 de setembro de 2001 contra os EUA, o grupo conhecido como *Al Qaeda* ganhou notoriedade, e passou a influenciar grupos radicais islâmicos em todo o Mundo (PALADINI, 2014).

Na Nigéria, ficou conhecido o grupo denominado *Boko Haram* que surgiu em 2002, na cidade de Maiduguri, no estado de Yobe, tendo como líder, Mohamed Ali. As regiões norte e nordeste do país representam o centro do poder de atuação desse grupo que faz com que seu discurso penetre em uma área de ampla diversidade étnica. Além disso, ele é extremamente politizado e com capacidade de abrangência de grande parte da população e, dessa forma, foi ganhando destaque no Mundo islâmico por utilizar a religião como solução para os problemas políticos. Internacionalmente, o grupo ficou conhecido por suas ações violentas (PALADINI, 2014).

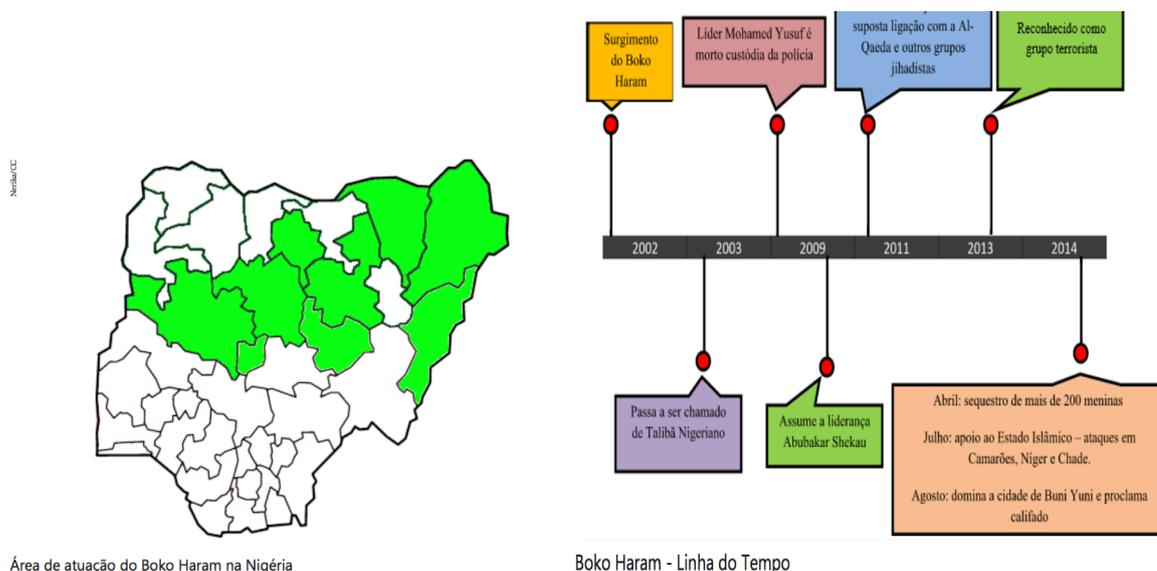
Em abril de 2014, o *Boko Haram* sequestrou mais de 200 meninas em uma escola na cidade de *Chibok*, e despertou grande indignação dentro da Nigéria e, também, na comunidade internacional. Em 2015, o grupo abandonou seu compromisso com a rede *Al-Qaeda* e jurou lealdade à organização do Estado Islâmico (BUSARI, 2021).

No ano de 2015, Nigéria, Chade, Camarões e Níger formaram uma colisão militar e expulsaram o *Boko Haram* das cidades principais para dentro da floresta de Sambisa (BUSARI, 2021).

Nesse mesmo ano de 2015, foi eleito para presidente *Muhammadu Buhari*, representando o primeiro candidato de oposição a vencer uma eleição presidencial nigeriana (BUSARI, 2021).

Na Figura 3 está demonstrado o local de atuação e a linha do tempo de evolução do *Boko Haram*.

Figura 3 – Área de atuação e evolução do BOKO HARAM



Fonte: Paladini (2014).

De acordo com o estudo publicado no *The Lancet*, em 2022, a população da Nigéria se multiplicará por quatro, passando de 206 milhões, em 2017 para 790 milhões em 2100, se tornando assim, o segundo país mais populoso do Mundo. A alta populacional durante todo o século se explicaria pela taxa de natalidade elevada atualmente (5,11%), embora o número de filhos por mulher tenha tendência de redução, ou seja, 1,69% esperado até 2100 (BBC NEWS BRASIL, 2022).

A África Subsaariana como um todo terá uma trajetória similar e verá sua população triplicar (de 1 bilhão para 3 bilhões). Uma evolução que tornará a região uma das primeiras fontes de imigração. Tal fato ocorre devido ao percentual aproximado de 70% dos cidadãos africanos terem menos de 30 anos, ou seja, população com alta prevalência de adultos jovens o que contrasta com o resto do mundo onde a população está envelhecendo rapidamente (BBC NEWS BRASIL, 2022).

6.3 Política e economia

A produção petrolífera nigeriana é a décima segunda maior do mundo, sendo o oitavo maior exportador de petróleo mundial. A exportação do óleo combustível chega a representar mais de 90% do Produto Interno Bruto (PIB), posicionando a Nigéria como sendo a maior economia da África. A exportação de carvão mineral e gás natural, também contribuíram para o crescimento econômico do país. Por sua projeção internacional no comércio de hidrocarbonetos, a Nigéria ingressou na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1971 (RODRIGUES, 2022).

A Nigéria possui 3% das reservas de petróleo e gás conhecidas do planeta, e o que é extraído, é em grande parte enviado para a Europa. Como forma alternativa para compensar a perda de suprimentos energéticos provocadas pelo conflito entre Rússia e Ucrânia, os países europeus buscaram os países africanos para seus abastecimentos internos e pretendem aumentar, cada vez mais, as importações africanas (NANETTI, 2023).

Segundo Melos e Merola (2014), “O grande potencial petrolífero da região do Golfo da Guiné, no qual a Nigéria faz parte, confere ao país um importante papel no cenário internacional, devido a relevância que as questões energéticas têm na agenda global”. O petróleo, juntamente com seus derivados, aparece como principais produtos da pauta das exportações nigerianas, desde 1970 (MELOS; MEROLA, 2016).

Na agricultura, o país é o maior produtor de mandioca e inhame do mundo, chegando a somar 59,4 milhões de toneladas de mandioca e 47,5 milhões de toneladas de inhame produzidos em 2018. As produções de cana-de-açúcar, cacau e milho, também têm relevância, sendo boa parte exportada para o Estados Unidos, China e Brasil (RODRIGUES, 2022).

Embora a Nigéria apresente um aumento em suas taxas de crescimento econômico, a dependência de seus recursos energéticos é um fator de desequilíbrio interno, pois as exportações de matérias-primas e as importações de bens manufaturados colocam o país em uma posição de dependência econômica em relação: as grandes potências (MELOS; MEROLA, 2014). Em termos de importação, os principais produtos estão relacionados à indústria de base, como maquinário e à química, assim como, manufaturados em geral e alimentos (FONTANELLI, 2015).

De acordo com o Indicador de Investimento do Leste Asiático (2016), já mencionado anteriormente, a China criou mais de 200 empresas de propriedade exclusiva e *joint-ventures* na Nigéria, que estão ativamente envolvidos no setor de construção, petróleo e gás, serviços de tecnologia e setores de educação da economia nigeriana.

O comércio do petróleo e a aplicação dos dividendos resultantes da referida exploração energética, tornou-se uma das principais causas dos conflitos internos. Na região de Abuja e das províncias do Centro-Norte, que produzem pouco, mas que compõem os grupos politicamente dominantes, absorvem 87% da renda petrolífera, enquanto as províncias do Sul, produtoras de petróleo, ficam com 13%. As etnias que habitam as zonas produtoras no Sul (Ibos, Ijaws e Ogonis) acabam utilizando o argumento étnico para mobilizar a luta pela renda petrolífera (OLIVEIRA, 2007). A falta de uma política coesa e a presença de governantes ineficazes e corruptos tornam as diferenças sociais e o empobrecimento populacional mais evidentes (OLIVEIRA, 2007).

O analista político nigeriano, Ignatius Chukwu (2020) considera que o país precisa diversificar a sua economia e deixar de depender só do petróleo. "Há cerca de 40 anos, quando estávamos nas escolas primárias, o valor de um naira, moeda local, era quase equivalente a um dólar. Hoje, estamos a falar de quase 500 nairas por um dólar". Ele considerou que a indústria têxtil e outras empresas estão em uma situação muito precária.

Em entrevista ao site *Atlantico online* em janeiro de 2022, o cônsul geral do Brasil em Lagos, Francisco Luz, fez algumas considerações importantes da economia nigeriana:

Lagos estaria hoje com 25 milhões de habitantes, o que a coloca entre as 3 maiores cidades do mundo e espera-se que assim ela continue podendo vir a ser a maior até 2050 e atingir o número de 100 milhões de habitantes até 2100. Hoje, a cidade de Lagos representa metade da economia nigeriana e caso a cidade fosse um país, se destacaria como a oitava maior economia da África. Lagos era uma ilha que conta hoje com 15 cidades satélites. É a área mais dinâmica do país onde todas as empresas operam e aí você inclui os bancos, sedes de empresas brasileiras e demais instituições de grande relevância comercial. O porto de Lagos é um dos maiores da África,

um dos mais congestionados do Mundo e o segundo mais caro em termos de operação a nível global. O governo nigeriano fez uma concessão para uma empresa chinesa e uma operadora holandesa para a construção de um terminal de *containers* que deve ser inaugurado esse ano e que deve diminuir muito o congestionamento no porto de Lagos e baratear custos (RODRIGUES, 2022).

Os investimentos chineses na Nigéria têm comprometido a segurança econômica africana, que é substancialmente afetada pelo dumping de produtos industriais chineses no país, falta de transferência de tecnologia da China para a Nigéria, menos oportunidades para a sobrevivência dos investimentos nigerianos, vistos e restrições de emprego aos africanos para explorar negócios e oportunidades no país chinês (ADEWOLE; OGUNRINU, 2018).

Em entrevista realizada em junho de 2023 (Apêndice A), o Embaixador Francisco Luz prevê para os próximos anos, uma maior diversificação da economia nigeriana impulsionada pelo setor privado através da atuação de importantes grupos industriais como *Dangote* e *BUA*, e atuação de grandes bancos nigerianos, como *Access*, *Ecobank* e *Zenith*. O setor de serviços, também assume grande importância nesse processo por ser o mais dinâmico da economia, dando maior ênfase na tecnologia da informação e comércio eletrônico. O uso de plataformas de *e-commerce* como a *Jumia*, que operam em mais de 40 países africanos, a utilização de recursos humanos nas empresas de tecnologia, como a *Andela*, e *Fintechs*, como a *Interswitch*, *Flutterware* e *Opay*, dominam, atualmente, as operações financeiras em grande parte do continente africano e foram bem-sucedidas em sua busca por internacionalização. Na opinião do Embaixador, todas essas mudanças são importantes e significativas para economia nigeriana, e irão contribuir conjuntamente para uma maior diversificação e consequente redução da dependência das exportações de petróleo e derivados.

7 RELAÇÕES ENTRE NIGÉRIA E BRASIL

7.1 Contextualização inicial

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, e segundo o Ministério das Relações Exteriores Brasileiro, foi o único país sul-americano convidado a participar do evento de proclamação de sua independência. Em 1961, o Brasil abriu sua embaixada no país africano e, cinco anos depois, a embaixada nigeriana teve sua representação em solo brasileiro (LYRA, 2016).

As relações com os países africanos se consolidariam no governo de Ernesto Geisel (1974 a 1979), em decorrência da valorização do petróleo e a busca por novos mercados produtores do mineral, capazes de atender a demanda brasileira por recursos energéticos. Nesse contexto, a Nigéria se transformou um parceiro estratégico dos brasileiros, estabelecendo relações comerciais, acordos de cooperação técnica e programas de intercâmbio cultural (NADIR *et al.*, 2021).

Em 1980, a Nigéria se consolidou como principal estado africano na relação comercial com o Brasil, que já vinha apresentando distanciamento de seu antigo parceiro financeiro, a África do Sul, por não compactuar com as ideias do regime conhecido por *Apartheid*, o qual representava uma segregação racial muito dominante. Esse tipo de regime, teve no governo nigeriano seu forte opressor e, em 1963, a Nigéria expressou formalmente sua ajuda a Nelson Mandela²⁰ tornando-se um importante Estado no contexto internacional a fazer frente ao regime de dominação e discriminação racial do governo Sul-Africano. Nessa mesma época, o Banco do Brasil aumentou suas relações comerciais com o Estado nigeriano através de implementação de programas de crédito e o número de brasileiros atuantes no Estado africano aumentou. Nesse período, tanto o Brasil quanto a Nigéria, utilizaram os *countertrades*²¹, que possibilitavam a troca do petróleo nigeriano por produtos brasileiros (NADIR *et al.*, 2021).

²⁰ Nelson Mandela (1918-2013) foi presidente da África do Sul. Foi o líder do movimento contra o Apartheid - legislação que segregava os negros no país. Condenado em 1964 à prisão perpetua foi libertado em 1990 depois de grande pressão internacional. Recebeu o "Prêmio Nobel da Paz", em dezembro de 1993, por sua luta contra o regime de segregação racial (FRAZÃO, 2021).

²¹ Countertrade é um sistema de comércio internacional que ajuda os governos a reduzir os desequilíbrios no comércio entre eles e outros países. Envolve a troca direta ou indireta de bens por outros bens em vez de moeda.

O Estado nigeriano foi um aliado brasileiro na implementação da ZOPACAS como sendo um espaço estratégico para sul-americanos e africanos. As mudanças geopolíticas internacionais ocorridas no final da década de 1980, fizeram com que as relações entre Brasil e África tivessem uma retração, resultando no fechando de algumas embaixadas no continente africano. Contudo, a Nigéria continuou com seu papel relevante nas relações com o Brasil, principalmente com a atuação da Petrobras no território nigeriano (NADIR *et al.*, 2021).

Na atualidade, o Brasil possui embaixada na capital nigeriana, Abuja, comandada pelo embaixador Ricardo Guerra de Araújo, para assuntos políticos multilaterais, de Defesa, e todo o relacionamento de governo a governo. Já o consulado-geral em Lagos, cuida de assuntos consulares, comércio, cultura e educação (LUZ, 2022 *apud* RODRIGUES, 2022).

7.2 Política e economia

No final do século XX, a Petrobrás investiu na Nigéria objetivando aumentar seus domínios e investimentos no exterior, pois o Estado africano era um grande produtor de petróleo, e se destacava na exploração de poços em águas profundas no Atlântico, o que representava uma área de interesse para empresa brasileira. No ano de 2005, a Petrobras e a *Nigerian National Petroleum Corporation* assinaram um acordo de adição de álcool à gasolina nigeriana e, nesse acordo, a estatal brasileira se comprometia em prestar assistência técnica a empresa nigeriana.

No ano de 2007, um acordo para a importação de gás natural liquefeito foi firmado com a *Nigerian LNG*. Conforme dados da Agência Nacional do Petróleo (2012), em 2009, o Brasil importou 75 milhões m³ de gás natural liquefeito da Nigéria; em 2010, esse número subiu para 869 milhões de m³ (NADIR *et al.*, 2021).

O governo Lula (2003 a 2011) marcou uma mudança na postura da diplomacia brasileira, na qual a hegemonia dos EUA e o neoliberalismo, que predominavam naquela época, sofreram duras críticas. Tais questionamentos, foram favorecidos pela presença no Itamaraty, de um pensamento nacionalista, desenvolvimentista e pró-integração regional, fomentados pelos embaixadores Celso Amorim e Samuel Pinheiro Guimarães; somados a uma necessidade

É, frequentemente, usado quando uma moeda estrangeira é escassa ou quando um país aplica controles cambiais que são limites impostos à disponibilidade de moedas estrangeiras para importadores para a compra de produtos estrangeiros. O countertrade é usado por países em desenvolvimento para controlar o comércio e como uma técnica de desenvolvimento.

de mudança na nova configuração política e econômica do sistema internacional da época. (MAPA, 2011). “A atual política externa do Brasil corresponde aos interesses estratégicos de uma potência periférica” (POMAR, 2010). Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa, 2011), a era do governo do presidente Lula favoreceu as relações entre Brasil e África que por meio de uma integração Sul-Sul puderam ser firmadas cooperações bilaterais, aproximação diplomática, trocas comerciais e projetos multilaterais para inserção no plano internacional.

A diplomacia exercida pelo presidente Lula, buscou o fortalecimento do Mercado Comum do Sul²² (Mercosul), o combate às assimetrias e a defesa do multilateralismo, porém esse protagonismo presidencial exercido junto a países em desenvolvimento, não significou descaso com os países industrializados e, tão pouco, com os Estados da região sul-americana (SEITENFUS; ZANELLE; MARQUES, 2007). Houve na época, a vontade e necessidade de exportar a indústria brasileira. Mapa (2011) relata que “O Estado empresário cede lugar à iniciativa privada e passa a prestar “apoio logístico” ao processo, cuja linha de ação estratégica é direcionada aos países emergentes”.

A partir do governo Dilma Rousseff (2011 a 2016) e os outros governos que se sucederam posteriormente, as transformações políticas e econômicas ocorridas, tanto no cenário internacional quanto no cenário interno nacional, trouxeram mudanças nas relações entre o Brasil e os Estados africanos. Houve uma redução gradual na intensidade dessas relações, com um declínio comercial importante no ano de 2015, chegando ao menor patamar financeiro, no ano de 2020, com valores próximos de US\$1,22 bilhões (OLIVEIRA; MALLMANN, 2020). “Esses números eram inflados anteriormente, por causa da presença da Petrobras, exportando o óleo que produzia aqui na Nigéria para o Brasil”, esclarece Francisco Luz (2022), cônsul-geral do Brasil em Lagos, a maior cidade nigeriana. Nos anos anteriores, a Nigéria representava o principal parceiro comercial do Brasil no continente africano. Hoje, ocupa a terceira posição, atrás do Marrocos e da África do Sul (LUZ, 2022 *apud* RODRIGUES, 2022).

²² O Mercado Comum do Sul (Mercosul) é um processo de integração regional formado inicialmente pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai ao qual posteriormente incorporaram a Venezuela e a Bolívia, esta última em processo de adesão. Tem por objetivo principal propiciar um espaço comum que gere oportunidades comerciais e de investimentos mediante a integração competitiva das economias nacionais ao mercado internacional.

Em janeiro de 2020, a venda de 50% da Petrobras Oil & Gas B.V, que atuava na costa oeste africana, para a canadense *AFRICA OIL CORP* marcou o fim das operações da empresa Petrobrás na África, que atuou por mais de 40 anos naquele continente. Fato ocorrido, em parte, devido ao grande escândalo de corrupção interna da empresa e mudanças políticas e econômicas em sua estratégia de atuação (COUTINHO, 2020).

Mesmo diante das mudanças e alternâncias políticas, o Brasil está entre os principais parceiros comerciais da Nigéria. Em 2017, o Brasil comprou US\$ 829 milhões de GNL nigeriano, e vendeu para o país o quantitativo de US\$ 737 milhões em commodities de açúcar, tabaco e tiras de alumínio. No mesmo período, o Brasil era o décimo sexto maior fornecedor de produtos para a Nigéria e seu nono maior comprador. Em 2019, a Nigéria importou do Brasil o equivalente a US\$ 418 milhões em produtos do agronegócio (NADIR *et al.*, 2021).

Em 2021, a Nigéria iniciou a exportação de ureia para o Brasil, representando um importante crescimento para o setor de fertilizantes, sendo capaz de suplantar a exportação do óleo combustível, em novembro de 2021 (RODRIGUES, 2022). Já no ano de 2022, a ureia, petróleo cru, nafta²³ e gás natural representaram 98% das importações brasileiras oriundas da Nigéria (LUZ, 2022 *apud* RODRIGUES, 2022).

Os brasileiros importaram 3,8 milhões de toneladas de ureia nos sete primeiros meses de 2022, principalmente de Omã (22%), Nigéria (19%) e o Catar (18%), segundo dados do governo federal. As importações de ureia nigeriana cresceram 174% em 2022, chegando a 736 mil toneladas, representando quase que o mesmo volume importado durante todo o ano de 2021 (POLO, 2022).

O Brasil tem uma alta dependência do mercado externo em relação a fertilizantes com uma produção interna muito abaixo do necessário, tendo no ano de 2021 importado o equivalente a 86% do seu consumo, conforme dados da Associação Nacional para Difusão de Adubos. Os principais fertilizantes importados são: o cloreto de potássio, que representa, em média, 38% do total importado nos últimos cinco anos (2017-2021); seguido da ureia com 22%, do fosfato monoamônico (MAP) com 14%, do sulfato de amônio com 9%, e do nitrato de amônio com 6% (OSAKI²⁴, 2023).

²³ A nafta (do árabe, naft) é um derivado de petróleo utilizado principalmente como matéria prima da indústria petroquímica (“nafta petroquímica” ou “nafta não-energética”), na produção de eteno e propeno, além de outras frações líquidas, como benzeno, tolueno e xilenos.

²⁴ Mauro Osaki é pesquisador da área de Custos Agrícolas do Cepea, Data de publicação: 14/03/2023 cepea@usp.br.

Os dois últimos anos, fizeram com que o mercado mundial de fertilizantes passasse por transformações significativas. Primeiro, devido à pandemia de covid-19, seguido da alta no preço do gás natural e, por último, das consequências provenientes do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, no qual os países envolvidos na guerra sempre foram líderes de exportação de fertilizantes para o Mundo. A Rússia era o maior fornecedor do produto para o Brasil. Em 2022, o Brasil aumentou a importação de cloreto de potássio do Canadá, Israel e Alemanha, e reduziu as importações da Rússia e de Belarus. No ano de 2022, a Rússia exportou para o Brasil 3,1 milhões de toneladas de cloreto de potássio, representando uma queda de 13,7% em comparação com o ano de 2021. Já Belarus em 2022, exportou 1,07 milhão de toneladas do insumo, o que representou uma queda de 55,3% em comparação com o ano anterior (OSAKI, 2023).

Podemos concluir que, embora o Brasil seja um grande produtor e exportador de *commodities* agropecuárias a sua dependência de fertilizantes estrangeiros no cenário internacional é extremamente alta, o que faz com que a manutenção de boas relações comerciais com Estados ricos e produtores desse insumo seja quase que obrigatória para o Brasil. Em 2021, a empresa nigeriana *Dangote* aumentou seus investimentos financeiros em fertilizantes através da criação de uma nova planta de ureia na zona de livre comércio de *Lekki*, no Estado de Lagos. Segundo o seu dono, *Aliko Dangote* (2021), “a empresa está sendo desenvolvida para produzir 3 milhões de toneladas por ano, capaz de abastecer todos os grandes mercados da África Subsaariana e aumentar suas exportações para países como o Brasil” (DANGOTE..., 2021).

O agronegócio brasileiro aumentou em 53,2% as exportações para o Oriente Médio em novembro de 2022, em relação ao mesmo mês, no ano de 2021 e, em relação: a África, onde estão alguns países árabes, cresceram 39,2% em igual comparativo, segundo dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). O Oriente Médio foi o quarto maior mercado de produtos do agronegócio brasileiro e a África foi o quinto. A Ásia, ocupa o primeiro lugar, seguido da União Europeia e da América do Norte em terceiro lugar (BRASIL, 2023a).

O *Green Imperative Project*, é um projeto entre a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Governo da Nigéria, criado em 2018, e conta com o apoio da Embaixada do Brasil na Nigéria. Tem por objetivo a cooperação tecnológica agrícola entre os países para o maior desenvolvimento e produção de alimentos no continente africano. O projeto prioriza o desenvolvimento

de uma agricultura sustentável de baixo carbono e visa desenvolver a produção local de alimentos básicos para a população. O *Green Imperative Project* é um projeto de alta relevância para o governo nigeriano, e visa aumentar a segurança alimentar da população e diminuir o êxodo rural. Incluído neste projeto está o lançamento do Centro Internacional de Inovação e Transferência de Tecnologia Agrícola (CIITTA) na cidade de Uberaba em Minas Gerais, no Brasil. É um acordo muito interessante porque visa transferir a tecnologia de mecanização agrícola brasileira para a Nigéria e aumentar as exportações brasileiras que podem chegar a 1,2 bilhões de reais nos próximos anos. A primeira fase é totalmente privada, administrada por fundos árabes através do *Deutsche Bank* que também, está presente na segunda fase em cooperação com um banco de desenvolvimento inglês, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) só entraria na terceira fase, caso fosse necessário. O projeto é coordenado no Brasil pela FGV Europa visto que o incentivo vem do *Deutsche Bank* e é um megaprojeto agrícola do Brasil (FGV, 2018). Em março de 2023, o projeto foi enfim assinado e aprovado pelas autoridades nigerianas, já que o processo ficou parado durante todo o período da pandemia de Covid-19 (Apêndice A).

Concluimos então que, o *Green Imperative Project* representa uma grande oportunidade de ganhos econômicos e tecnológicos para ambos os países, pois o Brasil terá como exportar material agrícola e conhecimentos, ou seja, maquinário e tecnologia suficientes para tornar a agricultura nigeriana mais produtiva, moderna e autossustentável. Esse acordo, também representa um importante ganho para o campo do desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação brasileira, pois serve de estímulo para o desenvolvimento de pesquisas e avanços tecnológicos e a partir de bons resultados obtidos com esse projeto, o Brasil poderia estendê-lo para outros países africanos ou até para outros continentes, aumentando assim, sua projeção e reconhecimento no cenário internacional. Não devemos esquecer o que já foi mencionado anteriormente nesse trabalho, em relação ao crescimento populacional da Nigéria. O estudo publicado no *The Lancet*, em 2022, fez uma projeção de crescimento da população nigeriana de 790 milhões para o ano de 2100, se tornando assim, o segundo país mais populoso do Mundo (BBC NEWS BRASIL, 2022). Ter uma agricultura suficiente e autossustentável é extremamente importante para o Estado nigeriano, pois dependerá dessa atividade, que deverá ser exercida de forma adequada, consciente e responsável, a continuada manutenção do sustento e alimentação de seu povo e, conseqüentemente, das aspirações de crescimento e desenvolvimento dessa Nação.

7.3 Importância do Entorno Estratégico Brasileiro e Atuação da Marinha do Brasil

“A globalização do século XXI, pautada no dinamismo das informações, dos transportes e das transações econômicas, trouxe ameaças para os Estados de forma acelerada, tornando-as transnacionais, afetando a segurança e a defesa de forma Mundial” (XAVIER, 2020).

A conjuntura internacional marítima no final da segunda década do século XXI já aponta para duas tendências. A primeira como sendo crescente a importância econômica e militar dos oceanos, e a segunda faz referência ao aumento das tensões oriundas das fronteiras marítimas artificiais (SILVA; MARCONDES, 2019).

Diante do que foi dito anteriormente, proteger o EEB das frequentes ameaças transnacionais que envolvem pirataria, terrorismo, pesca ilegal e os mais diversificados tipos de contrabando (pessoas, armas e produtos), as quais fazem da região alvo de disputa entre vários atores os quais buscam conquistar sua hegemonia, tornando a tarefa de proteção extremamente importante e necessária. Principalmente as regiões que envolvem o Golfo da Guiné, Amazônia, Antártica e, mais recentemente, a elevação do Rio Grande, os quais representam territórios ricos em minerais, alimentos e grande biodiversidade; que são fundamentais para continuidade, expansão e sobrevivência dos povos.

Segundo Vaz (2011), “a II Política de Defesa Nacional (BRASIL, 2005) e a Estratégia Nacional de Defesa (BRASIL, 2008) reconhecem o Atlântico Sul, ao lado da Amazônia, como espaço prioritário para os interesses brasileiros de segurança e defesa”.

O Entorno Estratégico brasileiro é citado em todos os três principais documentos oficiais de Defesa Nacional do Brasil, ou seja, a Política Nacional de Defesa²⁵, a Estratégia Nacional de Defesa²⁶ e o Livro Branco de Defesa Nacional²⁷. A extensão de abrangência do EEB envolve a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica (SOIS; ROEDDEL, 2015).

O Plano Estratégico da Marinha (PEM) 2040, fala que a soberania no Atlântico Sul está diretamente ligada às atribuições da Marinha do Brasil, cabendo a força manter a segurança

²⁵A Política Nacional de Defesa é o documento no qual se “fixa os objetivos da Defesa Nacional e orienta o Estado sobre o que fazer para alcançá-los” (BRASIL, 2012, p. 7).

²⁶A Estratégia Nacional, por sua vez, “estabelece como fazer o que foi estabelecido pela Política [Nacional de Defesa]” (BRASIL, 2012, p. 7).

²⁷O Livro Branco de Defesa Nacional é o documento no qual é exposta a visão do governo brasileiro sob determinado tema, assim como, esclarece as intenções e atividades, no âmbito nacional quanto internacional.

dos mares e rios e monitorar toda a costa brasileira, representando a autoridade do Estado responsável por todas as questões que envolvam o mar. O PEM 2040 é um documento de alto nível, que estabelece os programas estratégicos da Marinha com o propósito de prover o Brasil com uma Força Naval moderna e de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do país (BRASIL, 2020).

O Atlântico Sul representa uma via comercial importante e abriga uma incalculável reserva de recursos minerais no subsolo marinho, além de servir como zona de acesso à Antártida (PADILHA, 2018). “Proteger a riqueza é estratégico”, afirma o cientista político Aloysio Azevedo. “É uma questão de segurança nacional, é prioridade” (2018).

O ex-diretor da área de compras de petróleo da Petrobras, Armando Guedes Coelho, prevê que em 2025, o Brasil deverá estar produzindo com o pré-sal, entre 6 milhões e 7 milhões de barris diários, podendo a exportação chegar a 3 milhões de barris, o que poderá tornar a região do Atlântico Sul nas figuras do Brasil e Estados da costa Oeste da África grandes exportadores de petróleo mundiais. A geopolítica do petróleo provocará mudanças nas relações comerciais entre os Estados assumindo grande relevância o Atlântico Sul (PADILHA, 2013).

O Brasil delimita o Atlântico Sul como um espaço marítimo que tem pelo “paralelo 16 norte, a costa oeste da África, a Antártica, o leste da América do Sul e o leste das Antilhas Menores” e a existência de 8.000 km de litoral e 3.500.000 km² de área marítima de salvamento sob jurisdição brasileira (BRASIL, 2016).

A ZOPACAS foi uma proposta originalmente brasileira na qual foi aceita e referendada pelas Nações Unidas, em 1986, com a finalidade de promover a cooperação regional, manutenção da paz e segurança no entorno dos 24 países que apresentavam litoral no Atlântico Sul, em particular os Estados militarmente significativos, que concordaram com uma política que não houvesse armamentos nucleares ou outros armamentos de destruição em massa no Atlântico Sul (NAVARRO, 2023).

Após um período de 10 anos sem haver encontro entre os membros da ZOPACAS, a cidade de Mindelo, em Cabo Verde, sediou a VIII Reunião Ministerial nos dias 17 e 18 de abril de 2023. A comitiva brasileira foi composta pela Marinha do Brasil (MB), o Ministério da Defesa (MD) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). A delegação foi chefiada pelo Ministro das Relações Exteriores, o Chanceler Mauro Vieira, e o MD foi representado pelo Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante de Esquadra José Augusto Vieira da Cunha de Menezes.

O encontro contou com a presença de 16 dos 24 países membros, que se reuniram para discutir e finalizar a declaração e o plano de ação de Mindelo 2023. A próxima IX reunião ocorrerá no Brasil (BARROS, 2023a, 2023b).

O Brasil tem atuado para manutenção da paz, segurança e estabilidade no Atlântico Sul e em seu entorno estratégico, buscando fortalecer as relações com os países da região, principalmente, no que tange ao combate dos ilícitos, que ocorrem na costa ocidental africana, na região do Golfo da Guiné (BARROS, 2023a, 2023b).

Embora a ZOPACAS fomente o incremento da cooperação, da troca de experiências e ações de presença entre os países amigos, objetivando garantir a segurança marítima e combate aos ilícitos no Atlântico Sul (BARROS, 2023a, 2023b), o acordo sofre com sua redução de importância devido a uma ausência de periodicidade em suas reuniões, falta de uma sede própria e uma baixa institucionalidade (SILVA; MARCONDES, 2019).

A segurança marítima dos Estados do EEB está muito ligada ao Poder Naval e aos meios navais existentes e disponíveis em cada um desses países que fazem parte do acordo. Essa condição, também deverá estar associada a um maior incremento no desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, o que representa um grande desafio as Nações banhadas pelo Atlântico Sul (SILVA; MARCONDES, 2019).

Na região do EEB há uma importante formação rochosa que têm ganho grande relevância nos últimos anos, pois através de estudos e pesquisas científicas realizadas na região, é grande a possibilidade de riquezas minerais existentes em suas águas profundas, sendo por esse motivo chamada de região do pré-sal da mineração. A Elevação do Rio Grande (ERG) se localiza no Atlântico Sul a uma distância, aproximada, de 1.300KM e 1.500KM dos litorais do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, respectivamente e possui 150.000 km² (XAVIER, 2021).

Em dezembro de 2018, o governo brasileiro teve ratificado pela ONU o direito de ampliação da sua plataforma continental o que permitiu incluir a ERG, recebendo assim, o direito exclusivo de pesquisa exploratória da região por um período de 15 anos, conforme disposto na CNUDM (XAVIER, 2021).

No dia 6 de abril de 2023, a Fragata brasileira Independência foi acionada como Navio de Serviço da Esquadra, com a missão de realizar uma patrulha naval na área da ERG, distante do porto do Rio de Janeiro cerca de 855 milhas náuticas, pois havia a informação de que um navio estrangeiro estava realizando pesquisas científicas no leito e subsolo marinho, sem autorização do governo brasileiro, contrariando as normas da CNUDM (BARROS, 2023a, 2023b).

A atuação da Marinha do Brasil nesse episódio, representou a utilização do Poder Naval como forma de dissuasão frente a uma Nação estrangeira que estava realizando uma atividade não permitida dentro da área de jurisdição brasileira, fato que não poderia ocorrer. Logo, a integridade da soberania brasileira dentro de seu território marítimo foi mantida por meio da atuação da Marinha do Brasil (BARROS, 2023a, 2023b).

No dia 22 de janeiro de 2021, foi assinado um decreto, pelo ex-presidente da República Jair Bolsonaro, instituindo o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para atualização da Política Marítima Nacional (Decreto nº 10.607), pois o anterior já se apresenta antigo (1994) e desatualizado. Coube à Marinha do Brasil, a tarefa de executar a coordenação da reformulação política do espaço marítimo, diante do crescente fenômeno de territorialização dos mares e oceanos. A imensa área oceânica de 5,7 milhões de km² sob jurisdição brasileira, denominada Amazônia Azul, é repleta de recursos naturais e rica biodiversidade, sendo muitas dessas riquezas ainda desconhecidas, e por isso, alvo de interesses por outras Nações (BRASIL, 2020).

O PEM 2040 define:

O Poder Marítimo é a projeção do Poder Nacional resultante da integração dos recursos de que dispõe a Nação para a utilização do mar e das águas interiores, quer como instrumento de ação política e militar, quer como fator de desenvolvimento econômico e social, visando conquistar e manter os objetivos nacionais (BRASIL, 2020).

Como forma de aumentar a segurança marítima no EEB a Marinha do Brasil tem participado de missões e exercícios militares com Nações africanas visando combater as práticas de pirataria e outros ilícitos presentes no continente africano. A Operação Guinex é uma missão militar que acontece conjuntamente com os países da Costa Africana que busca fomentar a interoperabilidade entre as Nações, as Marinhas e as Guardas Costeiras dos países participantes, desenvolver a diplomacia, além de combater as ameaças assimétricas como pirataria e outras atividades ilícitas praticadas no mar. Os países africanos diretamente envolvidos são: Costa do Marfim, São Tomé e Príncipe Camarões, Nigéria e Cabo Verde (BARROS, 2023a, 2023b).

No dia 13 de agosto de 2021, a Fragata Independência atracou no Porto de Malabo, na Guiné Equatorial, dando início a Operação Guinex I. Em 2022, a Marinha do Brasil participou da Guinex II com a Fragata União tendo a bordo um Destacamento Aéreo Embarcado (DAE) com a aeronave orgânica UH-12 Esquilo N-7082, pertencente ao 1º Esquadrão de Helicópteros

de Emprego Geral (HU-1), e uma equipe de Mergulhadores de Combate. Em agosto e setembro de 2023, serão os meses que ocorrerão a Operação Guinex III que contará com a participação da Fragata Liberal (WILTGEN, 2022).

A diplomacia naval exercida pela Marinha do Brasil (*policy makers*) durante as operações de cooperação com outras Marinhas e Estados, tem sido de grande relevância para manutenção dos interesses brasileiros no EEB. Segundo Chiozzo (2018) a diplomacia naval se caracteriza como sendo “a implantação de uma ampla gama de atuações de elementos do Poder Naval de um país a fim de alcançar resultados diplomáticos que atendam aos interesses nacionais daquele que a emprega”. A Marinha do Brasil, tem atuado como expoente nos campos da diplomacia e defesa na região, a fim de assegurar a ambição do Brasil no papel de “*global player*” e líder regional.

A diplomacia, segundo o Almirante José Cláudio Oliveira Macedo (2023), Subchefe de Estratégia do Estado Maior da Armada (EMA), em entrevista anexada ao apêndice B desse trabalho, relata que a diplomacia contribui como sendo um dos propósitos da missão da MB e serve de apoio a política externa brasileira através da possibilidade do estabelecimento de alianças estratégicas (Apêndice B).

Importante ressaltar que, marinhas não existem somente para se contraporem às ameaças existentes no ambiente marítimo e nas vias navegáveis interiores, embora esse seja seu papel preponderante. O ambiente marítimo não revela somente ameaças, mas também oportunidades, como o exercício da diplomacia e a possibilidade do estabelecimento de alianças estratégicas (Apêndice B).

O Subchefe de Estratégia do EMA em sua entrevista (Apêndice B) aponta para uma maior aproximação da MB com o Estado nigeriano através do envio de um oficial Capitão de Mar e Guerra para realizar o Curso de Altos Estudos na *National Defense College* (2023), equivalente ao C-PEM. Além de incentivar a participação da Marinha nigeriana nas operações *Guinex*.

Concluimos assim que, a diplomacia exercida pelo Brasil é reconhecida mundialmente em virtude de suas ações bem-sucedidas e colaborativas para o reconhecimento e respeito do Estado brasileiro, porém somente sua ação isolada não é suficiente para manter a hegemonia de todas as áreas compreendidas no EEB. Além disso, vimos que o Poder Naval brasileiro é um instrumento relevante no apoio a ela. Porém há a necessidade que outras ações sejam tomadas para evitar a militarização da região do Atlântico Sul.

8 CONCLUSÃO

Manter a integridade e segurança do EEB é tarefa determinada nos documentos de Defesa do Brasil por meio do uso adequado do poder das forças armadas. Entenda-se por esse uso, não somente o emprego militar dos meios, mas também, a atuação de nossa diplomacia através de boas relações comerciais, políticas e militares com os Estados pertencentes a esse entorno.

A extensa área territorial brasileira com sua grande biodiversidade marinha e inúmeras riquezas minerais, sejam elas existentes em águas profundas ou não, sendo muitas ainda desconhecidas, fazem dos nossos territórios da Amazônia, região do pré-sal e, mais recentemente, a elevação do Rio Grande, regiões ricas e atrativas, servindo de alvos para cobiça e interesses de vários países, sejam eles endógenos ou exógenos ao EEB.

Assim como o Brasil, o continente africano em sua costa oeste onde está localizado o Golfo da Guiné, possui uma vasta área territorial rica em recursos naturais com grandes concentrações de petróleo e gás natural, e uma ampla biodiversidade de seres marinhos que conferem uma atividade pesqueira de destaque mundial. A pesca por ser diversificada e abundante é realizada, muitas vezes, de forma ilegal dando margem para que vários ilícitos sejam cometidos na costa do Golfo da Guiné.

A própria necessidade de preservação da costa oeste africana contra a pirataria, terrorismo, contrabando (pessoas, armas e drogas) e pesca ilegal fazem com que Estados externos a região se juntem aos países africanos por meio de missões militares de cooperações e patrulhamento regional na tentativa de coibir e reduzir a prática das atividades ilícitas, as quais tanto prejudicam as concentrações de riquezas minerais e sabotam o equilíbrio dos ecossistemas através do uso de atividades predatórias e não autossustentáveis.

Pertencendo a essa região do Golfo da Guiné, está a maior potência econômica da África, o Estado da Nigéria, que se apresenta como sendo o segundo maior país em concentração petrolífera do continente, estando atrás somente da Líbia, mas se destacando como sendo o principal exportador africano de petróleo e gás, além de corresponder ao Estado mais populoso da África.

Dentro do território nigeriano existem grandes empresas estrangeiras de petróleo e gás. Fato que ocorre devido aos interesses que esses Estados externos têm pela Nigéria, pois há a preocupação, por parte dos estrangeiros, em manterem uma relação próxima com o país

africano visando assegurar a exportação de petróleo para seus países, sendo esse recurso energético essencial para preservar e desenvolver as necessidades dos mercados internos de cada uma dessas nações estrangeiras e, dessa forma, dar continuidade ao desenvolvimento de suas diversificadas atividades. Sendo essas atividades no campo econômico, capazes de assegurarem um lugar de destaque, no contexto mundial, fazendo com que esses Estados tenham condições de disputar uma posição hegemônica local, continental ou mundial.

A globalização do século XXI trouxe ao Mundo atual, significativas mudanças na geopolítica e economia, nas quais outros objetivos e conquistas passaram a ser perseguidos e valorizados pelos Estados como, a busca incansável por energia e alimentos. A importância em adquirir esses recursos devem ser somados: as necessidades de buscas por novas rotas comerciais capazes de assegurar um comércio mais moderno, ágil e eficaz entre as Nações. As novas formas de comunicação também sofreram grandes transformações nos últimos anos, e a passagem de cabos submarinos no fundo dos mares e oceanos transformaram profundamente as comunicações entre os Estados, passando a ser a preservação, manutenção e segurança, desses cabos, questões extremamente importantes e relevantes entre os governos dos diferentes países do mundo.

Os Estados exógenos ao Golfo da Guiné apresentam diferentes formas de relacionamento com os governos africanos. Essas relações estão muito baseadas na maneira do pensamento político-econômico e nos antecedentes históricos com que cada um dos Estados se relacionava com o continente africano no período colonial, antes dos processos de libertação dos países africanos. Como já foi dito anteriormente, nesse estudo.

O Brasil desde a libertação do Estado nigeriano possui um bom relacionamento político, social e econômico com a antiga colônia britânica e foi o primeiro país a reconhecer sua independência, em 1960. O Estado da Bahia, no nordeste do Brasil, apresenta uma etnia marcante em seu território composta de nigerianos e seus descendentes que são formados pelos iorubas e os haussas, que vieram para o Brasil oriundos do período de escravidão.

As relações brasileiras com os povos africanos tiveram um significativo incremento através da diplomacia exercida nos períodos de 2003 a 2011, no qual a política externa brasileira tinha por objetivo uma maior aproximação dos países africanos, principalmente aqueles que participavam da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e, nessa época, alguns contratos comerciais, científicos e sociais foram assinados. Nos governos posteriores, a partir de 2012 até o início de 2023, as relações comerciais e de reciprocidade tiveram uma

retração, resultado de uma política externa brasileira não tão ampla e questões políticas e econômicas mais voltadas para os problemas internos brasileiros, acrescido de mudanças ocorridas no cenário internacional e da presença da pandemia de Covid-19.

Importante ressaltar que, independente do governo e do tipo de política brasileira externa realizada pelo Ministério das Relações Exteriores, a Marinha do Brasil sempre esteve atuante em solo africano exercendo sua eficaz e reconhecida diplomacia naval, seja pela presença dos navios Cisne Branco e Escola Brasil realizando suas missões de visitação aos diferentes Estados africanos, quer seja, pela presença de tropas militares nos exercícios de cooperação, controle e patrulhamento da costa africana com outras Marinhas, Guardas Costeiras e Nações, visando combater a prática de atividades ilícitas no Golfo da Guiné (*Obangame Express, Grand African Nemo* e *Guinex*).

No ano de 2021, foi criado por iniciativa da Nigéria o chamado projeto *Deep Blue*, como forma de enfrentar a pirataria no Golfo da Guiné. O projeto conta com a participação de navios, aeronaves e drones para patrulhar as movimentadas rotas marítimas de sua costa com o objetivo de combater a pirataria. Esse tipo de iniciativa tem ajudado a reduzir o número de atividades ilícitas na costa nigeriana. Entretanto, o combate: a pesca ilegal, a Nigéria e demais países africanos ainda carecem de um maior apoio externo e recursos internos. Nesse contexto a Base Industrial de Defesa brasileira poderia ser fomentada através da comercialização de Navios Patrulha de 500 toneladas para a Nigéria, já que é um país africano que está investido em patrulhamento visando combater as atividades ilícitas em sua costa.

Em março de 2023, foi assinado pelo governo nigeriano o *Green Imperative Project* que representa um projeto de alta relevância entre os governos do Brasil e da Nigéria, sendo que esse último, visa aumentar a segurança alimentar da população e diminuir o êxodo rural nigeriano. Lembrando que o Estado da Nigéria é o mais populoso do continente africano. Dentro do projeto está incluído o lançamento do Centro Internacional de Inovação e Transferência de Tecnologia Agrícola (CIITTA) na cidade de Uberaba, em Minas Gerais. É um acordo que objetiva transferir a tecnologia de mecanização agrícola brasileira para a Nigéria e, dessa forma, aumentar o volume das exportações brasileiras que podem chegar a 1,2 bilhões de reais, nos próximos anos. Além de fomentar o desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação da agricultura e outras atividades econômicas que possam contribuir para crescimento e exportação em níveis, cada vez maiores, do chamado “agronegócio”. Esse tipo de projeto propiciará

uma agricultura responsável, moderna, mecanizada e autossustentável para o governo nigeriano que depende dessas ações de modernização agrícola para a continuada alimentação de seu povo. A partir do esperado sucesso do acordo entre os Estados, o Brasil poderá tentar novos mercados no continente africano ou mesmo em outras regiões, como forma de alavancar seu crescimento e reconhecimento internacional através do seu maior desenvolvimento científico e tecnológico.

Importante destacar a importância das importações dos fertilizantes nigerianos para o Brasil, principalmente após o conflito entre Rússia e Ucrânia. Antes da guerra, os russos eram os principais fornecedores de fertilizantes para o Brasil, que depende quase que exclusivamente dos mercados externos para esse insumo. Lembrando que o sucesso do “agronegócio” além do uso de técnicas modernas e eficientes, depende da importação desses fertilizantes.

Em relação: a presença da Marinha do Brasil no EEB, somente a ação da diplomacia naval não é suficiente para garantir a supremacia do Brasil no Atlântico Sul, embora a eficiência e relevante atuação dessa diplomacia seja reconhecida mundialmente. O Brasil necessita de uma posição mais incisiva, contínua e frequente da ZOPACAS, na qual a cobrança seja mais firme aos países pertencentes ao acordo com o objetivo de que esses países se tornem mais unidos e coesos e, dessa forma, capazes de elegerem um só membro que, verdadeiramente, possa o representa-los em toda região e, conseqüentemente, assumir uma posição de destaque e garantir a hegemonia do Atlântico Sul. O Brasil pelas dimensões que ocupa, pelas riquezas minerais em seu território, grande biodiversidade, diplomacia naval eficiente e reconhecida mundialmente e melhor preparo das forças armadas, poderia ser essa Nação da ZOPACAS, o que daria maior fortalecimento ao acordo evitando a militarização na região.

A Marinha do Brasil poderia estreitar relações militares com a Nigéria através da criação de uma Adidância Naval, embora esteja enviando em setembro/outubro, desse ano de 2023, um oficial superior (Capitão de Mar e Guerra) para realizar o curso de altos estudos no país africano. A Nigéria, atualmente, possui um Coronel do Exército brasileiro como adido de Defesa.

Enfim podemos concluir que, no Mundo globalizado em que vivemos onde mudanças e objetivos ocorrem dentro de um de tempo quase que instantâneo, alternativas e soluções deverão ser estudadas, perseguidas e encontradas objetivando uma maior proximidade com o continente africano e, principalmente, com a Nigéria para que tenhamos condições de man-

ter a segurança e navegação do nosso EEB e, através dessas medidas, possamos ser reconhecidos como verdadeira potência hegemônica do nosso entorno. Não podemos esquecer que outras Nações já vislumbraram grandes possibilidades com a maior proximidade das relações com a Nigéria.

Diante do que foi exposto nesse estudo, sugere-se a possibilidade da criação de um grupo de trabalho dentro da Marinha do Brasil que possa estudar e analisar a viabilidade das sugestões vislumbradas, e dessa forma poder aproximar e fortalecer as relações com o Estado nigeriano.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, Adriana Erthal; SOUZA NETO, Danilo Marcondes de. O Brasil e a cooperação em defesa: a construção de uma identidade regional no Atlântico Sul. **Revista Brasileira Política Internacional**, Brasília, DF, v. 57, n. 1, p. 5-21, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/m3W3TxbXMFpLTRYdGXXHhG/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 2 ago. 2023.

ABEGUNRIN, O. **African in global politics in the twenty - first century**. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2009.

ADEWOLE, Raji Shiitu; OGUNRINU, Adenike. Investimento Chinês e suas consequências para a segurança econômica Nigeriana. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, Porto Alegre, v. 3, n. 6, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/87314>. Acesso em: 8 ago. 2023.

ÁFRICA é o novo campo de disputa entre Rússia e China por influência comercial e política. **BBC News Brasil**, [s. l.], 25 ago. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-45257031>. Acesso em: 27 jun. 2023.

ALVES, Maryanna Ságio; SANTOS, Kethelyn; FRANSCISCO, Flávio. A relação entre o continente africano e os Estados Unidos na era Trump. *In*: OBSEVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 2020. Disponível em: <https://opeb.org/2020/11/14/a-relacao-entre-o-continente-africano-e-os-estados-unidos-na-era-trump/>. Acesso em: 15 abr. 2023.

ANDRADE, Margarete Gomes Lopes. **Perfil cultural da Nigéria**. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão de Empresas) – ISCTE Business School, Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, outubro 2017. Disponível em: https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/16284/4/master_margarete_lopes_andrade.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO BRASILEIRO DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS. Rio de Janeiro: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, 2012. Disponível em: <https://www.gov.br/anp/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/anuario-estatistico/anuario-estatistico-2012>. Acesso em: 8 ago. 2023.

AZEVEDO, Wagner Fernandes de. A maior transformação econômica dos últimos 250 anos". China tende a assumir a hegemonia mundial e a liderança do comércio de tecnologia. Entrevista especial com José Eustáquio Alves. *In*: INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. **Entrevistas**. São Leopoldo, RS: IHU, 7 maio 2019. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/588888-a-maior-transformacao-economica-dos-ultimos-250-anos-china-tende-a-assumir-a-hegemonia-mundial-e-alideranca-do-comercio-de-tecnologia-entrevista-especial-com-jose-eustaquio-alves>. Acesso em: 2 jun. 2023.

BARBOSA JÚNIOR, Ilques. **Importância do Atlântico Sul para a segurança nacional e a integração com países da América do Sul**. 2007. 100 p. Monografia (Curso de Altos Estudos de

Política e Estratégia) – Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://repositorio.esg.br/handle/123456789/725>. Acesso em: 4 ago. 2023.

BARINI, Filipe. Com armas, diamantes e ditadores, Rússia reforça sua presença na África. **O Globo**, Rio de Janeiro, 1 ago. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2022/08/com-armas-diamantes-e-ditadores-russia-reforca-sua-presenca-na-africa.ghtml>. Acesso em: 11 jul. 2023.

BARRIOS, Cristina. **Fighting piracy in the Gulf of Guinea**: offshore and onshore. [S. l.]: European Union Institute for Security Studies, May 2013. (Brief issue, 20). Disponível em: <https://ciaotest.cc.columbia.edu/pbei/weu/0029434/index.html>. Acesso em: 8 ago. 2023.

BARROS, Marcelo. Exercício Obangame Express 2023 ajuda na segurança marítima no Golfo da Guiné. **Defesa em Foco**, Maceió, 6 fev. 2023a. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/exercicio-obangame-express-2023-ajuda-na-seguranca-maritima-no-golfo-da-guine/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

BARROS, Marcelo. Fragata “Independência” realiza patrulha naval na Elevação do Rio Grande. **Defesa em Foco**, Maceió, 1 maio 2023b. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/fragata-independencia-realiza-patrulha-naval-na-elevacao-do-rio-grande/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

BOLETIM DE CONJUNTURA DA INDÚSTRIA DO ÓLEO & GÁS. [S. l.]: Empresa de Pesquisa Energética, n. 13, 2023. Disponível em: https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-226/topico-676/BOG%20%2%BAse-mestre2022_2023.02.24.pdf. Acesso em: 24 jun. 2023.

BOLETIM DE CONJUNTURA DA INDÚSTRIA DO PETRÓLEO. Rio de Janeiro: Empresa de Pesquisa Energética, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-226/topico-337/Boletim%20de%20Conjuntura%20da%20Ind%3%BAstria%20do%20Petr%3%B3leo%20-%20n%2%BA%202.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BORREL, Josep. A guerra na Ucrânia e as suas implicações para a UE. *In*: EUROPEAN UNION. External Action. [Bruxelles]: EEAS, Mar. 31, 2022. Disponível em: https://www.eeas.europa.eu/eeas/guerra-na-ucr%3%A2nia-e-suas-implica%3%A7%3%B5es-para-ue_pti. Acesso em: 22 maio 2023.

BRASIL. Marinha. Centro de Comunicação Social. **Amazônia Azul**. [S. l., 2023]. Disponível em: www.mar.mil.br/hotsites/amazonia_azul/. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Marinha. **Plano estratégico da Marinha (PEM 2040)**. Brasília, DF: Marinha, 2020. Disponível em: https://www.marinha.mil.br/sites/all/modules/pub_pem_2040/book.html. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura e Pecuária. Secretaria de Política Agrícola. Projeções do agronegócio: Brasil – 2022/23 a 2032/33: projeções de longo prazo. Brasília, DF: Ministério

da Agricultura e Pecuária, 2023a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/politica-agricola/todas-publicacoes-de-politica-agricola/projecoes-do-agronegocio/projecoes-do-agronegocio-2022-2023-a-2032-2033.pdf/>. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Atuação. Relações Internacionais. Fóruns internacionais. **Zona de paz e cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 19 jan. 2023b. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacassers/joserenomoura/Downloads/cepik,+roc+V.9+N.18+\(PT\)-204-227%20\(1\).pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/relacoes-internacionais/foruns-internacionais-1/zopacassers/joserenomoura/Downloads/cepik,+roc+V.9+N.18+(PT)-204-227%20(1).pdf). Acesso em: 26 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Livro branco de defesa nacional: Brasil 2020**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/estado_e_defesa/livro_branco/Versaodolivroemporgues2020.pdf. Acesso em: 3 maio 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa [e] estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2012. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/END-PNDa_Optimized.pdf. Acesso em: 7 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Política nacional de defesa [e] estratégia nacional de defesa**. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/ptbr/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congressonacional_22_07_2020.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Departamento de Promoção Comercial e Investimentos. **Guia de negócios Nigéria**. Abuja: Embaixada do Brasil em Abuja, [2013?]. Disponível em: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conhecamos-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/GNNigeria.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

BRATTI, José Bruno. FURG celebra Dia Internacional dos Direitos Humanos. *In*: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE. Notícias. **Institucional**. Natal: UFRN, 9 dez. 2022. Disponível em: <https://www.furg.br/noticias/noticias-institucional/furg-celebra-dia-internacional-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BUSARI, Stephanie. Após 7 anos, meninas sequestradas escapam do Boko Haram na Nigéria. **CNN**, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/varias-meninas-desaparecidas-de-chibok-fogem-do-boko-haram/?hidemenu=true>. Acesso em: 7 ago. 2023.

CAMPOS, Rodrigo Duque Estrada; GONÇALVES, Camila Helena Pereira; RIEGER, Fernando Camara. Poder e identidade na África: o imperialismo e suas consequências para o continente. **Revista Perspectiva**, [s. l.], n. 7, p. 143-162, 2011.

CAPOSSA, Romão. Algumas consequências da Conferência de Berlim (1884-1885) para a atual África. **Identidade!**, São Leopoldo, RS, v. 7, p. 10-18, 2005. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/2261>. Acesso em: 6 ago. 2023.

CARVALHO, Daniel Duarte Flora. **Falência de Estados na África Subsaariana**: uma questão de autoridade. 2017. 278 p. Tese (Doutorado em Ciências) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/101/101131/tde-26062017-183356/publico/Daniel_Duarte_Flora_Carvalho.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

CERQUEIRA, Thais. Guinex-II: operação no Golfo da Guiné visa aumentar a segurança marítima no Atlântico Sul. **Agência Marinha de Notícias**, Rio de Janeiro, 18 jun. 2022. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/guinex-ii-operacao-no-golfo-da-guine-visa-aumentar-seguranca-maritima-no-atlantico>. Acesso em: 9 jul. 2023.

CHIOZZO, Vitor Deccache. Diplomacia naval: instrumento de política externa no mar. 2014. **Revista Marítima Brasileira**, [Rio de Janeiro], v. 138, n. 4/6, 2018. Disponível em: <https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/revistamaritima/article/view/332>. Acesso em: 8 ago. 2023.

CLAPHAM, Christopher. **Africa and the international system**: the politics of state survival. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

COELHO, Paulo Neves. A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982. **Relações Internacionais**, [s. l.], v. 66, p. 11-35, jun. 2020. Disponível em: https://ipri.unl.pt/imagens/publicacoes/revista_ri/pdf/ri66/RI_66_art02_PNC.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

COTTIM, Armando. Terrorismo no Mar de um Mundo Globalizado. **Nação & Defesa**, [s. l.], n. 120, p. 127-143, 2008. Disponível em: https://co-mum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/520/1/NeD120_ArmandoCottim.pdf. Acesso em: 8 ago. 2023.

COUTINHO, Isadora. Após quatro décadas, Petrobras encerra atividades no continente africano. **Revista Fórum**, Rio de Janeiro, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://ineep.org.br/apos-quatro-decadas-petrobras-encerra-atividades-no-continente-africano/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

DANGOTE, da Nigéria, vai iniciar exportações de fertilizantes para EUA e Brasil. **AgroTimes**, São Paulo, 22 jun. 2021. Disponível em: <https://www.moneytimes.com.br/dangote-da-nigeria-vai-iniciar-exportacoes-de-fertilizantes-para-eua-e-brasil/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

DANTAS, Luis Thiago Freire. **Filosofia desde África**: perspectivas descoloniais. 2018. 231 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/54739/R%20-%20T%20-%20LUIS%20THIAGO%20FREIRE%20DANTAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 8 ago. 2023.

DIALLO, Alfa Oumar. Integração Africana: da Organização da Unidade Africana à União Africana. **Espaço Jurídico Journal of Law**, Chapecó, SC, v. 6, n. 1, p. 7-20, 2005. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/8798>. Acesso em: 26 jun. 2023.

ESCORREGA, Luis Carlos Falcão. Estratégia Americana Para a África: Estratégia Americana Para a África. **Revista Estratégica**, [s. l.], 2010. Disponível em: https://www.academia.edu/2186815/Estrat%C3%A9gia_Americana_para_%C3%81frica_a_import%C3%A2ncia_do_Golfo_da_Guin%C3%A9. Acesso em: 20 abr. 2023.

FECHAMOS o ano de 2019 com ótimo desempenho operacional. *In*: PETROBRAS. **Fatos e dados**. [S. l.], 10 fev. 2020. Disponível em: <https://petrobras.com.br/fatos-e-dados/fechamos-o-ano-de-2019-com-otimo-desempenho-operacional.htm>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FGV. **Green Imperative Project, Nigeria, 2018**. Deutschland: FVG Europe, 2018. Disponível em: <https://fgveurope.fgv.br/projects-4>. Acesso em: 7 jul. 2023.

FIGUEIREDO, Moreno de Queiroz; SILVA, Marcos Valle Machado. Obangame Express - uma “ponte estratégica” para o Golfo da Guiné. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, 2022. Disponível em: <https://www.revistadaegn.com.br/index.php/revista-daegn/about/contact>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FIRMINO, Matheus de Athaides. **A competição das grandes potências na África e sua militarização**: os possíveis reflexos para Marinha do Brasil. 2021. 15 f. Monografia (Curso de Estado Maior para Oficiais Superiores) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <https://www2.spolm.mar.mil.br/handle/ripcmb/845287>. Acesso em: 4 ago. 2023.

FMI. **Perspetivas económicas regionais: África Subsariana: a grande contração do financiamento**. Washington: Fundo Monetário Internacional, abr. 2023. (Estudos económicos e financeiros). Disponível em: <https://www.elibrary.imf.org/display/book/9798400237980/9798400237980.xml>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FONTANELLI, Amanda de Rossi. **A dupla inserção da política externa brasileira frente à nova geopolítica do petróleo**. 2015. 72 p. Monografia (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/140483>. Acesso em: 7 ago. 2023.

FRAZÃO, Dilva. Nelson Mandela: político sul africano. *In*: eBIBLIOGRAFIA. [S. l.]: 7Graus, 2021. Disponível em: https://www.ebiografia.com/nelson_mandela/. Acesso em: 7 ago. 2023.

FRÖHLICH, Silja. Nigéria: 60 anos de dependência do petróleo. **Made for minds**, [s. l.], 1 out. 2020. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/nig%C3%A9ria-60-anos-de-depend%C3%A2ncia-do-petr%C3%B3leo/a-55114363>. Acesso em: 7 ago. 2023.

GASPAR, Rita Suriana Amaro. O papel da comissão do Golfo da Guiné na segurança marítima em África. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 10, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/28638>. Acesso em: 9 ago. 2023.

GINGA, Fernandes. A insegurança marítima na África subsaariana e seus efeitos na economia dos estados. **Austral**: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais, Porto Alegre,

v. 9, n. 18, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/108571>. Acesso em: 8 ago. 2023.

GRAND African NEMO faz sucesso no Golfo da Guiné. **ADF**, [s. l.], 2022. Disponível em: <https://adf-magazine.com/2022/11/grand-african-nemo-makes-waves-in-gulf-of-guinea/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

ICC-IMB. Cyprus Maritime. **Piracy And Armed Robbery**. Jan 2022. Disponível em: <https://maritimecyprus.com/wp-content/uploads/2022/01/2021-Annual-IMB-PiracyReport.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2023.

IISS. **The military balance 2021**. Londres: Routledge, 2021.

IMO. Assembly. **Resolution A.1025(26)**. Code of practice for the investigation of crimes of piracy and armed robbery against ships. London: International Maritime Organization, 2009. Disponível em: <https://www.wcdn.imo.org/localresources/en/OurWork/Security/Documents/A.1025.pdf>. Acesso em: 7 ago. 2023.

IMO. **Reports on acts of piracy and armed robbery against ships: annual Report – 2020**. London: International Maritime Organization, 2021.

ÍNDIA ultrapassa China e agora é a maior nação; saiba quais são os dez países mais populosos do mundo. **G1**, [s. l.], 29 abr. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2023/04/29/india-ultrapassa-china-e-agora-e-a-maior-nacao-saiba-quais-sao-os-dez-paises-mais-populosos-do-mundo.ghtml>. Acesso em: 7 ago. 2023.

LYRA, Rodrigo Pedrosa. **Relações bilaterais e indústria petrolífera: as relações Brasil-Nigéria (1995-2010) e a atuação internacional da Petrobrás**. 2016. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22901>. Acesso em: 4 ago. 2023.

MAPA, Dhiego de Moura. A África na política externa do governo Lula: fortalecimento do diálogo Sul-Sul. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300306681_ARQUIVO_artigo_AfricanaPEBdeLula_Dhiego.pdf. Acesso em: 4 ago. 2023.

MARINHO, Daniela. A diferença entre Soft Power e Hard Power. **SoCientífica**. [s. l.], 13 jan. 2023. Disponível em: <https://socientifica.com.br/a-diferenca-entre-soft-power-e-hard-power/>. Acesso em: 24 jun. 2023.

MELOS, Ana Carolina; MEROLA, Victor. As relações bilaterais Brasil-Nigéria: um estudo de caso do período colonial aos dias de hoje. **Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional**, João Pessoa, v. 7, n. 13, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Revista-Perspectiva/article/view/64963>. Acesso em: 4 ago. 2023.

MESQUITA, João Lara. As maiores zonas econômicas exclusivas do mundo. **Estadão**, São Paulo, 26 dez. 2022. Disponível em: <https://marsemfirm.com.br/as-maiores-zonas-economicas-exclusivas-do-mundo/>. Acesso em: 25 jun. 2023.

MONTYSUMA, Anna Marina. A rearticulação da quarta frota e o golpe no Brasil. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DO FOMERCO, 17., 2019, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Foz do Iguaçu: Fórum Universitário Mercosul, 2019. Disponível em: https://www.congresso2019.fomerco.com.br/resources/anais/9/fomerco2019/1566186707_AR-QUIVO_4c685a5963873a1df689202feb46e28d.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

MOTHE, Stephan. Os resultados do 19º Congresso do Partido Comunista da China e as repercussões para as relações entre a China e a América Latina. **Anuario de Integración**, [s. l.], v. 14, p. 53-70, 2017. Disponível em: <http://www.cries.org/wp-content/uploads/2018/04/005-Mothe.pdf>. Acesso em: 4 ago. 2023.

NADIR, Mohammed *et al.* Relações Brasil-Nigéria (1960-2002): do pós-guerra ao pós-lulismo. *In*: OBSEVATÓRIO DE POLÍTICA EXTERNA E DA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL. São Bernardo do Campo: Universidade Federal do ABC, 19 out. 2021. Disponível em: <https://oheb.org/2021/10/16/relacoes-brasil-nigeria-1960-2002-do-pos-guerra-ao-pos-lulismo/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

NANETTI, Lorenzo. Rússia e Ucrânia: a situação militar. Tradução Luisa Rabolini. *In*: INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. São Leopoldo, RS: IHU, 2023. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/626423-russia-e-ucrania-a-situacao-militar-artigo-de-lorenzo-nanetti>. Acesso em: 7 ago. 2023.

NAVARRO, Tassia. Países integrantes da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul retomam trabalhos. **Agência Marinha de Notícias**, Brasília, DF, 19 abr. 2023. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/agenciadenoticias/paises-integrantes-da-zona-de-paz-e-cooperacao-do-atlantico-sul-retomam-trabalhos>. Acesso em: 7 ago. 2023.

NIGÉRIA - produção de petróleo. *In*: TRADING ECONOMICS. [S. l.: s. n.], 2023. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/nigeria/crude-oil-production>. Acesso em: 26 jun. 2023.

NIGÉRIA constrói porto comercial avaliado em USD 1,5 mil milhões. **Jornal de Angola**, Luanda, 26 jan. 2023. Disponível em: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/nigeria-construi-porto-comercial-avaliado-em-usd-1-5-mil-milhoes/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

NIGÉRIA iniciou a construção do porto de águas profundas de Lekki. **Jornal da Economia do Mar**, Cascais, [2015]. Disponível em: <https://www.jornaldaeconomiaomar.com/nigeria-iniciou-a-construcao-porto-de-aguas-profundas-de-lekki/>. Acesso em: 29 maio 2023.

NIGÉRIA: perfil da nação mais populosa da África. **BBC News Brasil**, [s. l.], 2 mar. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56583609>. Acesso em: 11 jul. 2023.

OLIVEIRA, Eduardo de. **Filosofia da ancestralidade**: corpo e mito na filosofia da educação brasileira. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

OLIVEIRA, Guilherme; MALLMANN, Vinicius. A política externa brasileira para a África de Lula a Temer: mudança matricial em meio à crise. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 15, n. 3, p. 129-150, 2020. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/990>. Acesso em: 2 ago. 2023.

OLIVEIRA, Ricardo Soares de. A África desde o fim da Guerra Fria. **Relações Internacionais**, Lisboa, v. 24, p. 93-114, dez. 2009. Disponível em: https://ipri.unl.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/ri24/n24a11.pdf. Acesso em: 2 ago. 2023.

ORIENTE Médio importa 53% mais do agronegócio brasileiro. **Canal Rural**, São Paulo, 16 dez. 2022. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/oriente-medio-importa-53-mais-do-agronegocio-brasileiro/>. Acesso em: 7 jul. 2023.

OSAKI, Mauro. Com forte dependência do mercado externo, setor nacional de fertilizantes enfrenta desafios. *In*: UNIVERISADE DE SÃO PAULO. Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz. Departamento de Economia, Administração e Sociologia. **Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada**. Piracicaba: Cepea, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/opiniao-cepea/com-forte-dependencia-do-mercado-externo-setor-nacional-de-fertilizantes-enfrenta-desafios.aspx>. Acesso em: 7 jul. 2023.

OYEWOLE, Samuel; DUYILE, Abiodun. A relevância duradoura do poder naval: reflexões sobre defesa, segurança e projeção de poder da fronteira marítima. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 10, n. 20, p. 11-35, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/113269>. Acesso em: 8 ago. 2023.

PADILHA, Luiz. Futura ‘nova Opep’ no Atlântico Sul. **Defesa Aérea & Naval**, [Rio de Janeiro], 7 out. 2013. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/defesa/futura-nova-opep-no-atlantico-sul>. Acesso em: 2 jul. 2023.

PADILHA, Luiz. Marinha do Brasil participou da operação ‘GRAND AFRICAN NEMO 2020’. **Defesa Aérea & Naval**, [Rio de Janeiro], 18 nov. 2020. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/marinha-do-brasil-participou-da-operacao-grand-african-nemo-2020>. Acesso em: 24 jun. 2023.

PALADINI, Rafaela Tamer. A Nigéria e o Boko Haram. **Série Conflitos Internacionais**, São Paulo, v. 1, n. 5, out. 2014. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-nigeria-e-o-boko-haram.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PENNA FILHO, Pio; KOFFI, Robert Badou. A França na África: as intervenções militares e suas motivações – o caso da costa do marfim. **Carta Internacional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 156-172, 2014. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/197>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PEREIRA, Analúcia Danilevicz. O Atlântico Sul, a África Austral e o Brasil: cooperação e desenvolvimento. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 2, n. 4, p. 33-47, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/austral/article/view/41304>. Acesso em: 2 ago. 2023.

PONTES, Vinicius. Pensamentos internacionalistas: o neoliberalismo de Joseph Nye. *In: INTERNACIONAL DA AMAZÔNIA*. [S. l.: s. n.], 2021. Disponível em: <https://internacionaldaamazonia.com/2021/11/17/pensamentos-internacionalistas-o-neoliberalismo-de-joseph-nye>. Acesso em: 14 jun. 2023.

POR QUE futuro da humanidade pode depender da África. **BBC News Brasil**, [s. l.], 12 jun. 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61753061>. Acesso em: 7 jul. 2023.

PREVISÕES para populações da Índia, China, Nigéria, EUA, Japão e França em 2100. **Jornal Estado de Minas**, Belo Horizonte, 14 jul. 2022. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2020/07/14/interna_internacional,1166957/previsoes-para-populacoes-da-india-china-nigeria-eua-japao-e-franc.shtml. Acesso em: 7 jun. 2023.

PROJECTO ‘Deep Blue’ da Nigéria tem como alvo a pirataria. **ADF**, [s. l.], 10 Maio, 2022. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2022/04/projecto-deep-blue-da-nigeria-tem-como-alvo-a-pirataria/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

PWC. Nigeria-India: learnings from two large democracies. *In: PWC. PwC Nigeria. Insights and publications*. [S. l.]: PwC, 2014. Disponível em: <https://www.pwc.com/ng/en/publications/nigeria-india-learnings-from-two-democracies.html>. Acesso em: 11 jul. 2023.

REIS, Reginaldo Gomes Garcia dos. Atlântico Sul: um desafio para o século XXI – as velhas ameaças se perpetuam nas “novas”? *In: ACIOLY, Luciana; MORAES, Rodrigo Fracalossi de. (org.). Prospectiva, estratégias e cenários globais: visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia*. Brasília, DF: IPEA, 2011. p. 61-82. Disponível em: https://portallantigo.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_prospectiva_cenarios_globais.pdf. Acesso em: 6 ago. 2023.

REIS, Tiago. Países emergentes: saiba quais são os 5 principais. *In: Países emergentes: saiba quais são os 5 principais*. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.sunoo.com.br/artigos/paises-emergentes/>. Acesso em: 22 maio 2023.

RELAÇÃO comercial Brasil-Nigéria está em ascensão. **Diplomacia business**, [s. l.], 16 out. 2022. Disponível em: <https://www.diplomaciabusiness.com/relacao-comercial-brasil-nigeria-esta-em-ascensao/>. Acesso em: 4 jul. 2023.

ROAD, Xinhua Silk. Empresa chinesa entrega à Nigéria o seu primeiro porto de águas profundas. **Monitor Mercantil**, Rio de Janeiro, 1 nov. 2022. Disponível em: <https://monitormercantil.com.br/empresa-chinesa-entrega-a-nigeria-o-seu-primeiro-porto-de-aguas-profundas/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

ROCHA, Emmanuelle Silva. Atividade ilícita. *In*: DICIONÁRIO inFormal. [S. l.: s. n.]: 2018a. Disponível em: <https://www.dicionarioinformal.com.br/atividade%20il%C3%ADcita/>. Acesso em: 8 jul. 2023.

ROCHA, Pedro Diniz. A Unasul, o Conselho de Defesa Sul-Americano e a prevenção de conflitos na América do Sul. **Conjuntura Austral**, Porto Alegre, v. 9, n. 47, p. 62-82, jul./set. 2018b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/83100>. Acesso em: 8 ago. 2023.

RODRIGUES, Cesar. Relações econômicas entre Brasil e Nigéria: conversa com o Embaixador Francisco Luz. **Atlântico**, [s. l.], 7 jan. 2022. Disponível em: <https://atlanticoonline.com/as-relacoes-economicas-entre-brasil-e-nigeria/>. Acesso em: 22 maio 2023.

RUCKS, Jessika Tessaro. A geopolítica do Atlântico Sul: a importância da ZOPACAS para o Brasil. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: REBRAGEO; Porto Alegre: Editora Letra1, 2014. Disponível em: <https://www.editora letra1.com.br/anais-congeo/arquivos/978-85-63800-17-6-p147-158.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SCHWIKOWSKI, Martina. Índia e África: relação avança a passos largos. **Made for Minds**, [s. l.], 15 dez. 2019. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/%C3%ADndia-e-%C3%A1frica-rela%C3%A7%C3%A3o-avan%C3%A7a-a-passos-largos/a-51683323>. Acesso em: 2 maio 2023.

SEITENFUS, Ricardo; ZANELLA, Cristine; MARQUES, Pamela. O Direito Internacional repensado em tempos de ausências e emergências: a busca de uma tradução para o princípio da não-indiferença. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, DF, v. 50, n. 2, p. 7-24, dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpi/a/WQpgwqdCjJk-dtk3N4q3TVWn/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 8 ago. 2023.

SILVA, Antonio Ruy de Almeida; MARCONDES, Danilo. Globalização, segurança e defesa no Atlântico Sul. **Nação e Defesa**, Porto, n. 154, p. 69-88, dez. 2019.

SILVA, Roberto Jardim. Marcien Towa, da crítica à negritude Senghoriana à possibilidade da filosofia africana. *In*: CONGRESSO DAS/OS PESQUISADORAS/ES NEGRAS/OS DA REGIÃO SUL, 2., 2015, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: Associação Brasileira dos/as Pesquisadores/as Negros/as, 2015. Disponível em: <https://proceedings.science/copene-sul/trabalhos/marcien-towa-da-critica-a-negritude-senghoriana-a-possibilidade-da-filosofia-afr?lang=pt-br>. Acesso em: 2 jul. 2023.

SOLIS, Tullio; ROEDDEL, Cezar Cauduro. O entorno estratégico do Brasil: elementos históricos e atuais. *In*: CONGRESSO DE PESQUISA E EXTENSÃO DA FACULDADE DA SERRA GAÚCHA, 3., 2015, Caxias do Sul. **Anais [...]**. Caxias do Sul: FSG, 2015. Disponível em: <https://ojs.fsg.edu.br/index.php/pesquisaextensao/article/view/1653>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SOUZA, Alexandre da Fonseca Nepomuceno de; MONTEIRO, Marcus Vinicius Cardoso. A Importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico. **Observatório Militar da Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, nov. 2021. Disponível em: <http://ompv.eceme.eb.mil.br/geopolitica-e-defesa/geopolitica-e-capacidades-nacionais-de-defesa/423-aim>. Acesso em: 3 ago. 2023.

THE WHITE HOUSE. Briefing Room. Statements and releases. **Fact sheet**: U.S. strategy toward Sub-Saharan Africa. Washington, DC: The White House, Aug. 8, 2022. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2022/08/08/fact-sheet-u-s-strategy-toward-sub-saharan-africa/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

TOWA, Marcien. **A ideia de uma filosofia negro-africana**. Tradução de Roberto Jardim da Silva. Belo Horizonte: Ed. Nandyala, 2015.

TRÁFICO de seres humanos ligado à pesca ilegal no Golfo Da Guiné. **ADF**, [s. l.], 2 Maio 2023. Disponível em: <https://adf-magazine.com/pt-pt/2023/04/trafico-de-seres-humanos-ligado-a-pesca-ilegal-no-golfo-da-guine/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

UKEJE, Charles; ELA, Wullson Mvomo. **African approaches to maritime security**: the Gulf of Guinea. Abuja, Nigeria: Friedrich Ebert Stiftung, 2013. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/nigeria/10398.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2023.

VAZ, Alcides. O Atlântico Sul nas perspectivas estratégicas de Brasil, Argentina e África do Sul. **Boletim de Economia e Política Internacional**, [s. l.], n. 6, p. 63-68, abr./jun. 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4621/1/BEPI_n6_Atlantico.pdf. Acesso em: 26 jun. 2023.

VELLOSO, Ludovico Alexandre Cunha. **O Brasil e os países da costa oeste africana e a segurança marítima no Atlântico Sul**: os desafios do poder naval brasileiro para a segurança marítima no Golfo da Guiné: o caso da Nigéria. 2014. 86 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2014.

VENDRUSCOLO, Laura; SANTOS, Cleyton. **A crise do petróleo de 1973**: um estudo sobre seu impacto na economia mundial e brasileira. *In*: UNIVERSIDADE LA SALLE. [S. l.]: Universidade La Salle, 2020. p. 3-19. Disponível em: <https://www.unilasalle.edu.br/uploads/files/e5e5dac6a891386d055deb54a6e5da18.pdf>. Acesso em: 3 ago. 2023.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A África na política internacional**: o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá, 2010.

WILTGEN, Guilherme. Operação Guinex-II: Fragata 'União' vai realizar missão na costa africana. **Defesa Aérea & Naval**, [Rio de Janeiro], 15 jun. 2022. Disponível em: <https://www.defesaareanaval.com.br/naval/operacao-guinex-ii-fragata-uniao-vai-realizar-missao-na-costa-africana>. Acesso em: 9 jul. 2023.

XAVIER, Alexandre Tito dos Santos. Elevação do Rio Grande: oportunidade e vulnerabilidade para o Brasil. **Geopolítica**, [s. l.], 24 fev. 2021. Disponível em: <https://www.atitoxavier.com/post/eleva%C3%A7%C3%A3o-do-rio-grande-oportunidade-e-vulnerabilidade-para-o-brasil>. Acesso em: 9 jul. 2023.

ZUCATTO, Giovana Esther; BAPTISTA, Michele. Pirataria no Golfo da Guiné. **UFRGS Model United Nations**, [s. l.], v. 2, p. 531-565, 2014. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ufrgs-mun/2014/files/ZOP2.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023.

APÊNDICE A - ENTREVISTA COM O EMBAIXADOR FRANCISCO LUZ

Entrevista para a elaboração da Tese do C-PEM, com o Embaixador Francisco Luz, ex-Cônsul em Lagos na Nigéria, em junho de 2023.

1) Quanto tempo o senhor trabalhou no continente africano?

FL: Ao todo foram pouco mais de 18 anos. Cheguei à Pretória, África do Sul, em julho de 2001 como primeiro secretário da embaixada e aí fiquei até setembro de 2004, quando fui transferido, já como conselheiro, para a embaixada em Maputo, Moçambique, onde residi até julho de 2009. Promovido a ministro de segunda classe, fui indicado como embaixador comissionado na embaixada em Dar es Salam, Tanzânia, onde me ocupei também das relações do Brasil com a República de Seicheles e a União das Comores, além de representar nosso país junto à Comunidade da África Oriental, organismo regional com sede em Arusha, Tanzânia. Ocupei esta função até julho de 2015, quando fui transferido para a Jordânia. Em outubro de 2019, retornei ao continente africano, como Cônsul Geral do Brasil em Lagos Nigéria, onde permaneci até janeiro de 2023.

2) Como avalia a relação do Brasil com a África nos últimos anos?

FL: A meu ver, o engajamento do Brasil com a África, em termos de comércio, investimentos e cooperação começou a perder ímpeto ainda no governo Dilma Rousseff e essa tendência se intensificou ainda mais nos governos de seus sucessores, culminando com o fechamento de algumas embaixadas no continente. Vale ressaltar que o espaço antes ocupado pelo Brasil foi rapidamente ocupado por outros atores internacionais, em especial a China, a Índia e a Turquia. Em seus dois governos anteriores, a diplomacia do presidente Lula da Silva soube explorar muito bem o enorme capital político trazido pela visão de “potência benevolente do Sul Global” que o Brasil goza em todo o continente africano. Infelizmente, creio que boa parte desse *soft power* dificilmente poderá ser recuperado, mas ainda gozamos de muita simpatia e prestígio político junto aos africanos, o que espero o novo governo do presidente Lula saiba aproveitar, retomando iniciativas políticas que foram bem-sucedidas em suas administrações anteriores.

3) Especificamente da Nigéria, como o senhor avalia o seu crescimento econômico?

FL: Na última década, a Nigéria se consolidou como a maior economia da África, superando a África do Sul. Apesar de os indicadores de curto prazo indicarem uma economia em crise em 2020 e com crescimento entre 2 e 3% nos últimos dois anos, muito abaixo do necessário à redução da pobreza (6%), as estimativas de longo prazo indicam um futuro mais brilhante para a Nigéria. Os desafios ao crescimento são de toda natureza, como infraestrutura insuficiente ou decrépita, baixa produtividade da mão-de-obra e insegurança jurídica, por exemplo. Contudo, mantidas as atuais taxas de crescimento populacional anual, já em 2050, aquele país terá a terceira maior população do mundo, atingindo os 400 milhões de habitantes, superando os EUA. Além disso, a idade média da população deverá permanecer abaixo da média mundial. Com uma população jovem e dinâmica e com um mercado dessa magnitude, o país seguramente atrairá investimentos em todos os setores.

4) Como vê a atuação política do governo nigeriano atual? Existe a preocupação de mudança em relação a divisão de rendimentos do petróleo? Diversificar os produtos de exportação? Controlar a atuação do Boko Haram?

FL: Quando o governo do Bola Tinubu assumiu, eu já havia deixado o país, mas, como observador distante, entendo que há interesse em corrigir rumos nas políticas econômico-sociais do país. Já existe consciência na elite governante nigeriana de que a dependência exclusiva do petróleo já não é mais sustentável nem desejável. O próprio setor privado vem procurando diversificar-se, com o aparecimento de fortes grupos industriais como Dangote e BUA, e com os grandes bancos nigerianos, como Access, Ecobank e Zenith, dentre outros, investindo mais e mais no setor produtivo. O setor de serviços já é o mais dinâmico da economia, com ênfase na tecnologia da informação e comércio eletrônico. Plataformas de *e-commerce* como a Jumia, que opera em mais de 40 países africanos, de recursos humanos para empresas de tecnologia, como a Andela, e *fintechs*, como a Interswitch, Flutterware e Opay, que hoje praticamente dominam as operações financeiras em boa parte do continente africano, foram muito bem-sucedidas em sua busca por internacionalização. E seus exemplos vem sendo seguidos por outras empresas como Konga e Jiji (*e-commerce*) e Wave Mobile, Andela, Chipper Cash, Esusu Financial (*fintechs*). Essas mudanças irão começar a afetar em breve o mix das exportações nigerianas, diminuindo a importância relativa do petróleo e derivados.

Quanto à atuação de grupos terroristas, acredito que o problema seguirá ainda por muitos anos. Sua presença na região tem razões históricas e complexas, que tem haver com o sentimento de abandono sentido pelas populações das regiões no Nordeste daquele país, onde o Boko Haram atua, ou seja, não basta realizar intervenções militares sem que o Estado se mostre mais presente em áreas como saúde, educação, habitação e infraestrutura.

Além disso, vale lembrar a ameaça representada pelos grupos ligados ao Al-Qaeda no Magreb Islâmico (AQIM, em sua sigla em inglês), que atuam muito próximo de sua fronteira norte com o Níger. Outro complicador são os rebeldes de Biafra, região situada no sudeste da Nigéria na fronteira com o Cameroun, que voltaram à ativa depois de muito anos dormentes. Aqui já se trata mais de um movimento separatista, com causas históricas e étnicas. Outro desafio para o novo governo.

5) Como analisa a presença de atores exógenos como China, EUA, UE (especialmente a França) e Índia?

FL: Para minha surpresa, a presença chinesa na Nigéria não é tão visível como em outros países onde morei ou visitei, mas ainda assim é muito importante. A Nigéria é o terceiro parceiro comercial da China na África e um dos que mais recebe investimentos, com um valor acumulado de cerca de US\$ 20 bilhões, investido em projetos como o terminal de containers e zona franca de Lekki, em Lagos, (Lagos) e a zona franca de Ogun-Guandong (sudoeste da Nigéria), além de grandes projetos de infraestrutura como a hidrelétrica de Zungeru (700 Mw), as ferrovias Lagos-Ibadan e Abuja-Kaduna, estradas e terminais aeroportuários. Há ainda investimentos em montadoras de veículos, máquinas agrícolas e de eletrodomésticos.

Quanto aos países ocidentais, o relacionamento é mais intenso com os EUA, que vê na Nigéria, a maior democracia do continente, com um governo pró-mercado, como um parceiro estratégico em termos político-militares na região. Além de diversas empresas petrolíferas norte-americanas operando na Nigéria, são crescentes os investimentos norte-americanos nas áreas de TI (Microsoft, Google, Amazon) e de bens de consumo como a Procter e Gamble. Como prova desse engajamento, os EUA inaugurarão em Lagos, em 2027, o seu maior e mais moderno consulado do mundo, com um investimento de quase US\$ 670 milhões, que hospedará

também o nó de conexão da intranet do governo norte-americano para o todo o continente africano.

O Reino Unido, como a ex-potência colonial da Nigéria, possui presença marcante, com um comércio de cerca de US\$ 8,5 bilhões, com forte superávit para os britânicos. Com a França, as relações são basicamente econômico-comerciais, com uma corrente de comércio que atinge os US\$ 4 bilhões com forte superávit para os nigerianos, por causa das exportações de petróleo da empresa Total. O engajamento do restante da União Europeia é mais visível por meio dos grandes países, Alemanha, Itália, Espanha e Holanda, mas a guerra na Ucrânia aumentou o interesse pela Nigéria por países europeus menores como Portugal, Áustria e Dinamarca.

Com relação à Índia o relacionamento é intenso e possui raízes históricas. Os primeiros hindus chegaram ao que hoje é a Nigéria em meados do século XIX. A população indo-nigeriana está estimada hoje em cerca de 800 mil pessoas, a maior minoria racial naquele país, com forte presença no comércio. As trocas bilaterais alcançaram US\$ 15 bilhões em 2022, com forte superávit para a Nigéria. A Índia é hoje o maior comprador de petróleo nigeriano, que a coloca também com principal importador de produtos daquele país, com compras que superam os US\$ 10 bilhões anuais.

Em suma, o que difere o relacionamento da Nigéria com os países ocidentais e com China e Índia é a abordagem utilizado pelos parceiros. Como em toda a África, as condicionalidades cada vez maiores impostas pelos países ocidentais para a cooperação econômica e técnica e até para a realização de investimentos, muitas vezes notadas como barreiras ao desenvolvimento nacional ou como uma “agenda oculta”, não existem em suas relações com os gigantes asiáticos. As negociações com China e Índia parecem avançar baseadas somente nos interesses específicos de cada um daqueles países com seus interlocutores africanos.

6) Quais as consequências da guerra Rússia e Ucrânia para o continente africano e, principalmente, para a Nigéria?

FL: A meu ver, o continente africano, e a Nigéria em especial, vem sofrendo mais consequências positivas do que negativas com o conflito russo-ucraniano. Países produtores de petróleo e de fertilizantes, como a Nigéria, começaram a ocupar os espaços antes ocupados pelos dois países europeus em guerra. Ademais, o conflito pode destravar projetos de infraestrutura, em particular nos setores de energia e de transportes, para facilitar o acesso de derivados de petróleo aos mercados da Europa Ocidental. Um exemplo claro disso é a possível retomada do projeto do gasoduto Nigéria-Marrocos.

7) Saberia informar de que forma a Nigéria está atualmente estruturada militarmente?

FL: Infelizmente, por ter servido como Cônsul em Lagos não tenho condições de me pronunciar sobre a estrutura militar da Nigéria. Tive algum contato com a Marinha local, por causa das visitas de fragatas brasileiras ao porto de Lagos e posso comentar que me impressionaram positivamente o nível de prontidão e de profissionalismo daquela força, que considerei muito acima do que havia visto em outros países africanos onde morei e no mesmo nível da marinha sul-africana.

8) Para que o Brasil conquiste a hegemonia no seu Entorno Estratégico Brasileiro, de que forma a relação Brasil/Nigéria poderia contribuir para este objetivo?

FL: Entendendo hegemonia como a proteção de seus interesses nacionais em seu entorno, acredito que nossas relações com a Nigéria tenham um papel importante a desempenhar. Na medida em que aquele país se consolida incontestavelmente como a maior economia africana, como potência militar regional e como possível ocupante de um dos assentos africanos em uma futura e necessária reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas, julgo essencial que o Brasil persista na manutenção de um relacionamento estratégico com a potência africana. São numerosas as áreas possíveis de cooperação que vão da agricultura à inovação tecnológica, passando pelo combate a ilícitos transacionais e à garantia de segurança no Atlântico Sul.

9) Em sua opinião, quais perspectivas futuras o senhor vislumbra para o Brasil na porção ocidental da África? E para a Nigéria?

FL: Independente de choques e conflitos externos, estou confiante de que o continente africano tenderá a ser, nas próximas décadas, o único a apresentar crescimento econômico sustentável, transformando-se no motor da economia global. Acredito que países como a Etiópia, a Tanzânia, o Congo (RDC) e a Nigéria passarão a figurar entre os países mais populosos e as maiores economias do mundo. Cidades como Lagos, Dar es Salaam e Kinshasa estarão certamente entre as 5 maiores do mundo em 2050 e serão polos de crescimento e inovação em suas regiões. Nosso engajamento com o continente terá de ser crescente para acompanhar essas mudanças que começarão a se acelerar nos próximos anos. Países como a China, a Índia, a Turquia, a Coreia do Sul e a Indonésia já perceberam essas mudanças e aumentaram suas presenças no continente. Cabe a nós ocuparmos o nosso lugar nesse processo, rompendo a narrativa colonial de que a África é um continente condenado à pobreza e, portanto, sem perspectivas de desenvolvimento, dependendo sempre do paternalismo do Ocidente para sobreviver.

Quanto à Nigéria, nas próximas décadas, conforme já disse, será o terceiro país mais populoso do mundo e sua economia deverá crescer e figurar entre as 10 maiores do planeta. O Brasil, com experiência semelhante de desenvolvimento, por questões geográficas e populacionais, deverá ser parceiro preferencial e modelo de desenvolvimento daquele país nos próximos anos. Temos condições de desenvolver relações intensas e diversificadas, que melhor reflitam o tamanho de nossos países e de nossas economias, bem como o histórico de nossas relações políticas e as influências culturais que compartilhamos.

APÊNDICE B - ENTREVISTA COM O CONTRA-ALMIRANTE JOSÉ CLÁUDIO OLIVEIRA MACEDO

Entrevista para a elaboração da Tese do C-PEM com o Contra-Almirante José Cláudio Oliveira Macedo Subchefe de Estratégia do EMA, em julho de 2023.

1) Como o Sr. avalia a importância estratégica da África Ocidental para o Brasil, com ênfase para a região do Golfo da Guiné e, mais especificamente a Nigéria?

O Brasil e os países limítrofes da África Ocidental compartilham diversos traços comuns, que se estendem desde aspectos históricos a elementos de ordem geopolítica. As águas do Atlântico Sul selam laços de amizade e cooperação e são, indiscutivelmente, objeto de interesse comum entre Estados que buscam desenvolvimento e prosperidade. Além de ser um agente de união, o mar representa para as comunidades sul – atlânticas um fator decisivo no que diz respeito ao desenvolvimento econômico e sustentável de milhões de pessoas. Contudo, uma condição pode inibir drasticamente essas possibilidades: o comprometimento da segurança marítima.

Em que pese não haver um documento de alto nível específico para a região do Golfo da Guiné, percebe-se uma vontade política brasileira de cooperar com os países africanos em uma relação *win-win*. Essa vontade nasce de valores e padrões de conduta que são materializados por meio da diplomacia. Nesse contexto, podemos observar a fala do Embaixador Mauro Vieira na VIII Reunião Ministerial da ZOPACAS:

Venho, em minha primeira visita ao continente africano, com o mandato expresso do Presidente para colocar novamente a África como prioridade da política externa brasileira (Embaixador Mauro Vieira - Cabo Verde - ABR 2023).

Dessa forma, percebemos que a atuação brasileira no Golfo da Guiné não está desalinhada dos objetivos políticos, mesmo que esses não estejam explicitamente escritos. Adicionalmente, o Golfo da Guiné é uma região inserida no Entorno Estratégico brasileiro, onde o Brasil quer irradiar, preferencialmente, sua influência e seu estilo de liderança cooperativa nas vertentes: diplomática, econômica e militar. Sendo assim, é justificável que o Brasil busque aproximação com os países da Costa Ocidental da África e busque de alguma forma exercer sua influência e liderança.

A Marinha do Brasil contribui com a presença e atuação brasileira no Golfo da Guiné, realizando ações voltadas para a Diplomacia Naval. Este Campo de Atuação está associado ao

propósito da missão da MB de “apoio à Política Externa”. Importante ressaltar que, marinhas não existem somente para se contraporem às ameaças existentes no ambiente marítimo e nas vias navegáveis interiores, embora esse seja seu papel preponderante. O ambiente marítimo não revela somente ameaças, mas também oportunidades, como o exercício da diplomacia e a possibilidade do estabelecimento de alianças estratégicas.

No caso da Nigéria, a aproximação brasileira torna-se de grande relevância. Além das questões puramente econômicas²⁸ entre os dois países, a Nigéria é o principal ator nas questões de segurança marítima no GG. Até 2020, os incidentes ocorriam majoritariamente no Mar Territorial da Nigéria. O epicentro das atividades ilícitas era o Delta do Níger, onde se localizava grande parte das empresas petrolíferas da Nigéria e os grupos armados que praticavam os crimes. Nesse contexto, a Nigéria adotou uma postura autônoma, buscando uma solução isolada dos demais mecanismos de segurança²⁹ existentes na região. Por meio do *Deep Blue Project*, a Nigéria reduziu drasticamente as ocorrências de ilícitos em suas águas jurisdicionais e tornou-se um exemplo no combate à pirataria e outros crimes marítimos.

Vale ressaltar que a Nigéria é Estado-Membro da ZOPACAS e trabalhou próximo ao Brasil na criação da Zona. Na verdade, o país africano sugeriu a criação de algo semelhante uma década antes (1976), por meio do *Nigeria Institute of International Affairs*, localizado em Lagos (EKWE-EKWE,2017). Nesse sentido, o Brasil, ao se aproximar da Nigéria, poderá encontrar um parceiro relevante na busca pela revitalização e institucionalização da ZOPACAS.

No âmbito militar-naval, as relações entre a Marinha do Brasil e a Marinha da Nigéria (MNI) podem ser fortalecidas. Atualmente, a representação militar brasileira se faz por meio do Adido de Defesa, cargo que é preenchido por um Cel(EB). Na intenção de buscar uma aproximação, a MB selecionou um CMG para realizar o Curso Altos Estudos na *National Defense College* (2023), equivalente ao C-PEM. Essa iniciativa tem o objetivo de estreitar laços com a massa crítica nigeriana que pensa em defesa e segurança. Além disso, a MB tem convidado repetidamente a MNI para participar da GUINEX – exercício realizado anualmente pela MB no GG – ocasião na qual tem ocorrido as interações entre as duas marinhas.

²⁸ A Nigéria é o principal produtor de petróleo da região e principal parceiro comercial africano do Brasil em relação ao produto. O petróleo nigeriano corresponde a 15% das importações brasileiras do produto. Além disso, a Nigéria tem se tornado um importante parceiro no comércio de fertilizantes.

²⁹ A Nigéria sempre se posicionou de maneira cautelosa em relação à Arquitetura Yaoundé. Vale destacar que, apesar de ter assinado o Código de Conduta Yaoundé, não existe em território nigeriano nenhum Centro de Coordenação instalado.

Face ao exposto, é possível perceber a Nigéria como um importante parceiro brasileiro, não somente nas questões relativas ao GG, mas na segurança marítima do Atlântico Sul como um todo.

2) Saberá informar de que forma o Poder Naval da Nigéria está atualmente estruturado?

A Marinha da Nigéria (MNI) é comandada por um Vice-Almirante que é o Chefe do Estado-Maior. A MNI está dividida em três comandos: Leste, Oeste e Central que são chefiados por Contra-Almirantes. Em termos materiais, a MNI possui: 1F Classe Meko; 1F Classe Hamilton; 1F Classe Hero; 1Cv Mk 9 Vosper; Força de Patrulha composta por Navios Patrulhas de 1000t e Lanchas rápidas armadas com metralhadoras. Esses são os principais meios navais nigerianos que podemos verificar no *Jane`s Fighting Ships*. Entretanto, a atribuição da segurança marítima nas águas nigerianas é da *Nigerian Maritime Administration and Safety Agency* (NIMASA) que é a Autoridade Marítima Nacional. Essa Agência está subordinada ao Ministério dos Transportes.

Em 2021, fruto de uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério dos Transportes nigerianos, foi implementado o *Deep Blue Project*. O projeto consiste em ações conjuntas – integradas e coordenadas – no mar, no ar e em terra para combater a pirataria, roubo armado e outros crimes. A coordenação é realizada pela NIMASA por meio de um Centro de Comando e Controle que recebe, analisa e dissemina dados para a atuação dos meios (FIG. 1). Sendo assim, o projeto *Deep Blue* consiste em uma arquitetura para gerenciamento, controle e proteção das águas nigerianas.

A Marinha da Nigéria participa do projeto fornecendo pessoal para compor a tripulação nos Navios de Missão Especial (FIG.2), Embarcações de Rápida Interceptação (FIG.3) e no Centro de Comando e Controle (FIG.1).

3) Para que o Brasil conquiste a hegemonia no seu Entorno Estratégico Brasileiro, de que forma a relação Brasil/Nigéria poderia contribuir para este objetivo?

A busca por hegemonia não é uma vontade explícita da política externa brasileira. Hegemonia é um termo utilizado para particularizar países que buscam incutir regras no Sistema Internacional. Geralmente esses países possuem políticas externas de projeção de poder, utilizando-

se de todas as Expressões do Poder Nacional, priorizando muitas vezes a expressão militar para atingir seus objetivos. Por outro lado, o acumulado histórico da diplomacia brasileira tem como base a autodeterminação, não-intervenção e solução pacífica de controvérsias.

No caso brasileiro, especificamente no Entorno Estratégico, o Brasil deseja irradiar sua influência e liderança diplomática, econômica e militar por meio de ações cooperativas que gerem ganhos mútuos para os Estados. Nesse contexto, a Nigéria poderá ser um importante parceiro brasileiro na busca pela revitalização e institucionalização da ZOPACAS.

4) Sendo a Nigéria a maior potência econômica da África, e com projeções de crescimentos crescentes para os próximos anos, a maior aproximação militar com o Brasil, também não serviria para fomentar nossa Base Industrial de Defesa? Pois, como o país nigeriano tem um problema sério com a prática de ilícitos na costa africana, poderíamos vender meios que ajudassem no combate (ex: os navios patrulha de 500 T da Classe Macaé produzidos pelo Arsenal de Marinha).

Quando nos referimos à venda de Produtos de Defesa (PRODE) e Sistema de Defesa (SD) é necessário se ter em mente que esse mercado não é puramente comercial. Além da necessidade de se possuir PRODE ou SD com qualidade e requisitos suficiente que os torne competitivos, as questões políticas, tanto no ambiente interno quanto externo, influenciam de maneira determinante na aquisição ou não de PRODE e SD. Isso se deve a outra característica desse mercado: ser oligopsônio³⁰, ou seja, o principal comprador é o Estado.

A comercialização dos Navios Patrulha de 500t é uma possibilidade dentro desse mercado internacional. Entretanto, no contexto nigeriano, o *Project Deep Blue* dificulta, no momento, que o PRODE brasileiro tenha espaço suficiente para ser comercializado. Nesse contexto, a aproximação com a Nigéria torna-se ainda mais relevante.

³⁰ Estrutura de mercado caracterizada por haver poucos compradores.

Figura 1 – Arquitetura Deep Blue Project

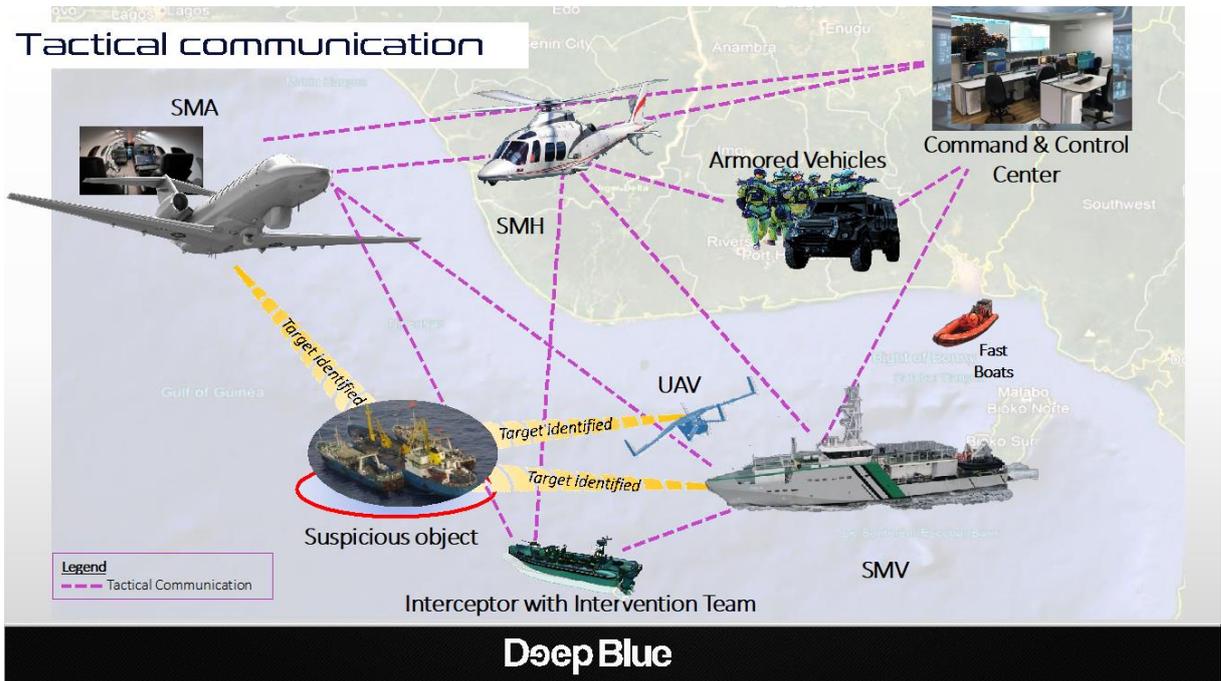


Figura 2 – Special Mission Vessel (SMV)

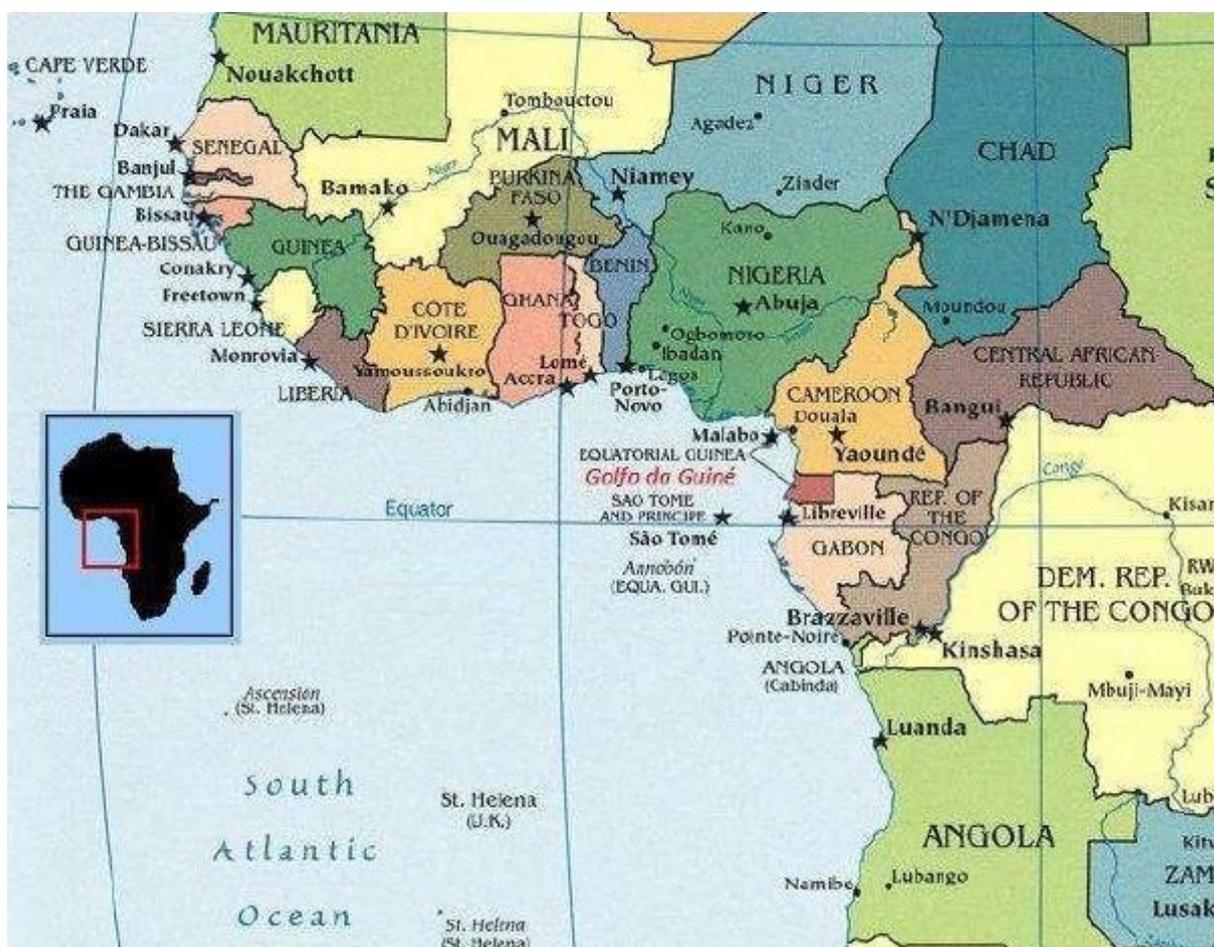


Figura 3 – *Fast Interceptor Boats*



ANEXO A – O TERRITÓRIO BANhado PELO ATLÂNTICO SUL

ANEXO B – OS ESTADOS QUE FAZEM PARTE DO GOLFO DA GUINÉ



ANEXO C - OS ESTADOS QUE FAZEM PARTE DO GOLFO DA GUINÉ

